



Sementes lançadas,
frutos colhidos
o Programa de Pequenos
Projetos Ecosociais

Sementes lançadas, frutos colhidos

o Programa de Pequenos
Projetos Ecosociais

A **PEQUI – Pesquisa e Conservação do Cerrado** é uma ONG fundada em 2000 com sede em Brasília. Sua missão é produzir e divulgar conhecimentos científicos sobre o Cerrado, bem como organizar e participar de movimentos e redes institucionais pela conservação do bioma e de ações que visam influenciar políticas públicas relacionadas à conservação do meio ambiente. Em todas essas atividades, a PEQUI conta com parcerias de instituições de ensino e pesquisa, organizações governamentais, outras ONGs, movimentos sociais e comunidades locais que vivem no Cerrado.

O **Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)** é um centro de pesquisa e documentação independente, brasileiro, sem fins lucrativos, fundado em abril de 1990 e sediado em Brasília. Tem como objetivo central contribuir para a viabilização do desenvolvimento sustentável com equidade social e equilíbrio ambiental. Para tanto, realiza e promove a pesquisa científica, dissemina conhecimentos e estimula o intercâmbio entre pesquisadores. Ao mesmo tempo, subsidia a atuação de movimentos sociais e ambientais e a formulação de políticas públicas nas interfaces entre desenvolvimento, população e meio ambiente. O ISPN é o responsável pela gestão e execução de projetos e programas voltados para o desenvolvimento sustentável. Por meio do PPP-ECOS, atualmente, são beneficiadas cerca de 300 comunidades no Cerrado e nas áreas de transição para a Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga e Pantanal.

Organização **Andréa Lobo, Isabel Figueiredo, Karenina Andrade**

Sementes Lançadas, Frutos Colhidos:
o Programa de Pequenos Projetos Ecosociais

Brasília, 2010

Sementes Lançadas, Frutos Colhidos: o Programa de Pequenos Projetos Ecosociais
2010

Organização **Andréa Lobo, Isabel Figueiredo, Karenina Andrade**
revisão de textos **Andréa Lobo, Donald Sawyer, Fábio Vaz, Lara Montenegro**
textos “retratos do PPP-ECOS” **Jaime Gesisky**
projeto gráfico **Marilda Donatelli**
ilustrações **Fernando Vilela**

realização

Pequi - Pesquisa e Conservação do Cerrado
ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza

apoios institucionais

PPP-ECOS (GEF/PNUD)

Comissão Européia

Esta publicação é uma realização do Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN e Pequi - Pesquisa e Conservação do Cerrado com apoio financeiro do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais - PPP-ECOS (GEF/PNUD) e da União Européia. Este documento é de responsabilidade do ISPN e Pequi e não reflete a posição de seus doadores.

Sementes lançadas, frutos colhidos: o Programa de Pequenos Projetos Ecosociais.

Andréa Lobo, Isabel Figueiredo, Karenina Andrade (Orgs). Brasília: 2010.

Realização: PEQUI/ISPN

ISBN 978-85-63288-01-1

1.Cerrado – 2. Comunidades – 3. Sustentabilidade – 4. Projetos

Apresentação

Particpei do Comitê Gestor Nacional do PPP-ECOS desde sua instalação, em 1995. Na ocasião, a decisão de priorizar projetos para o Cerrado foi tomada frente à total ausência de qualquer outra iniciativa de apoio para a conservação e o uso sustentável do bioma. E por mais consciência que tivéssemos naquele momento da importância que os recursos teriam para alavancar boas idéias que contribuíssem para a sustentabilidade do Cerrado, certamente não poderíamos imaginar resultados tão significativos.

O PPP-ECOS não contribuiu somente com a conservação e a valorização da biodiversidade do Cerrado, o que já seria em si um resultado de altíssima relevância. O PPP-ECOS contribuiu substantivamente para dar visibilidade aos esforços de inúmeras comunidades locais em encontrar caminhos de auto sustentação no uso dos recursos naturais, fortalecendo o papel da sociedade civil, do qual a Rede Cerrado é um dos exemplos, e explicitando um modo alternativo de convivência com o bioma mais ameaçado pela expansão do agronegócio no Brasil.

O PPP-ECOS inovou na forma de prover apoio aos projetos comunitários e soube inovar também ao apostar em uma carteira de amplo espectro. Soube com isso reconhecer e demonstrar que conservação não se faz sem o reconhecimento da diversidade cultural, sem uma sociedade civil atuante, sem a união do conhecimento tradicional e científico para o manejo sustentável, sem geração de renda. Mas sim com envolvimento comunitário, com estímulo à fixação dos trabalhadores no meio rural, influência em políticas públicas,

infra-estrutura adequada à produção sustentável, entre tantas outras áreas de atuação que o Programa privilegiou.

Encontrar caminhos para o desenvolvimento sustentável é um dos grandes desafios de nosso tempo. A única forma de enfrentá-lo é multiplicando boas idéias e gerando alternativas. O PPP- ECOS é a comprovação de que não é necessariamente no volume de recursos investidos que está o caminho do sucesso.

Os retratos apresentados na parte final do livro deixam claro que o sucesso do PPP-ECOS é mérito das dezenas de comunidades e organizações que apostaram no Programa como um caminho para colocar em prática seus planos de vida. É ali que encontramos, ainda que implicitamente, a força vital do PPP, nestas milhares de pessoas que não pouparam esforços para criar histórias de sucesso.

Este livro permite revisitar a história do PPP-ECOS, evidenciando seus desafios, erros e acertos, as histórias de vida que o programa influenciou e, principalmente, a contribuição que deu para a conservação do Cerrado, para seu reconhecimento como bioma de extrema importância e para a valorização de suas populações.

Adriana Ramos

Membro do Comitê Gestor Nacional do PPP-ECOS

Sumário

7 Introdução | *Andréa Lobo e Karenina Andrade*

PARTE I | FACES DO PPP-ECOS

- 27 Pescando ilusões? Pesquisas Ecosociais no Cerrado - PESCO | *Nurit Bensunsan*
- 45 Artesanato de capim dourado e buriti: união do conhecimento tradicional e científico para o manejo sustentável e geração de renda | *Isabel Figueiredo, Isabel Schmidt, Mauricio Sampaio*
- 59 Um projeto na cabeça e uma câmera na mão | *Mônica Nogueira*
- 87 Produção e comercialização de produtos agroextrativistas do Cerrado no PPP-ECOS: Avanços, limites e desafios | *Luis Carrazza*

PARTE II | RETRATOS DO PPP-ECOS

- 110 Agroextrativismo como alternativa de desenvolvimento regional na Chapada das Mesas
- 112 Quando um projeto não se expressa só em números
- 115 O doce sabor nativo do Maranhão
- 118 Gênero e desenvolvimento sustentável em Assentamentos da Reforma Agrária
- 121 Agroextrativismo no Bico do Papagaio
- 123 Exportando modos de vida sustentáveis
- 126 Comunidades Indígenas, alianças agroextrativistas e mercado de produtos sustentáveis
- 129 Um modelo cooperativista no norte de Minas Gerais
- 132 A construção de uma política pública para a medicina popular do Brasil
- 135 Futuro promissor
- 137 Ciência e tradição na experiência Xavante com o manejo de queixadas
- 139 Colhendo da terra um fruto novo
- 142 Água e saúde para o povo Xacriabá
- 147 Conclusão | *Donald Sawyer*



Introdução

por Andréa Lobo e Karenina Andrade¹

Este capítulo tem por objetivo apresentar um histórico do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS) desde sua origem no Brasil até a atualidade. Esse é um período que cobre os anos de 1994 a 2009, tempo suficiente para gerar acúmulos, lições e reflexões sobre o que foi produzido pelas e para as comunidades que habitam o Cerrado brasileiro, bioma que é o foco geográfico do programa no Brasil. O capítulo se dedica a apresentar, portanto, informações sobre o funcionamento do programa, dados sobre sua evolução ao longo dos anos de existência, bem como reflexões sobre as lições extraídas de sua execução. O intuito é de fazer conhecer sua estrutura ao público mais amplo, sistematizar alguns de seus resultados e salientar sua importância e contribuição para a preservação do Cerrado e seus povos.

O PPP-ECOS é a versão brasileira de um programa do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF), por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). No Brasil ele é executado pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), que constitui sua Comissão Técnico-Administrativa (CTA) desde 1994. Com 14 editais lançados até 2009, o programa já

1. Andréa Lobo prestou assessoria técnica ao PPP-ECOS no período de 2005 a 2008. Hoje é professora do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília e Pesquisadora Associada ao ISPN

Karenina Andrade prestou assessoria técnica ao PPP-ECOS no período de 2007 a 2009. Hoje é bolsista PRODOC da CAPES vinculada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília

apoiou 289 projetos no Bioma Cerrado contemplando comunidades de 14 estados brasileiros e o Distrito Federal, incluindo populações indígenas e quilombolas presentes no bioma.

O PPP-ECOS fornece apoio financeiro a organizações não governamentais (ONGs) e organizações de base comunitária (OBCs) para pequenos projetos em uma ou mais áreas focais do GEF, como conservação da biodiversidade, redução dos efeitos de mudanças climáticas e proteção de águas internacionais, entre outras. Dentro dessas categorias, os projetos do PPP-ECOS buscam melhorar a qualidade de vida de comunidades locais aliando aos aspectos ambientais a dimensão sócio-cultural.

Desde seu começo, o PPP-ECOS teve enfoque geográfico estratégico no bioma Cerrado (savana/floresta tropical), uma área de mais de 2 milhões de quilômetros quadrados em 14 estados. O Cerrado abriga ecossistemas que são particularmente ricos em diversidade biológica, estoques de carbono natural e recursos hídricos. Com cerca de metade de sua vegetação original destruída e ameaçada pela rápida expansão de atividades agropecuárias, especialmente a soja, é considerado um dos 25 *hotspots* globais. Até recentemente, o Cerrado foi marginalizado pela alocação de recursos e pela política ambiental, tendência que vem se modificando nos últimos anos com o bioma sendo foco de políticas ambientais por parte do Estado. Além da área central do bioma, o Programa abrange também as transições do Cerrado para outros biomas, incluindo em suas ações a área de transição para a Amazônia denominada de “arco do desmatamento”, a Caatinga e a Mata Atlântica.

O PPP-ECOS no Brasil, dadas as suas características, constitui-se hoje em uma iniciativa estratégica para o Cerrado e suas populações, iniciativa esta que alavancou experiências tidas como exemplos de ações sustentáveis, que incentivou a criação de metodologias replicáveis e que tem ajudado a retirar o Cerrado e seus povos da invisibilidade política a nível nacional e internacional. O caminho que deve ser trilhado ainda é longo e difícil e, antes de continuar a caminhada, um balanço se faz necessário. Este é o objetivo da presente empreitada.

2. É parte de um programa do GEF (o Small Grant Programme - SGP) que atua em mais de 100 países no mundo; fornece pequenos apoios destinados às comunidades e ONGs locais e; tem foco geográfico no bioma Cerrado.

COMO O PROGRAMA FUNCIONA

No âmbito do PPP-ECOS, pequenos projetos são entendidos como aqueles que recebem apoio no valor de até 35 mil dólares e que são executados no período de até dois anos. Devido ao acúmulo de experiência, nos últimos anos foi criada uma nova categoria de apoio, denominada de projetos de consolidação, com o teto de 50 mil dólares. O objetivo dessa categoria é apoiar iniciativas já em curso e que precisam ser aprimoradas ou consolidadas.

Para conceder tais apoios, o programa no Brasil funciona em ciclos anuais e por meio de editais. Cada edital, além de apresentar os critérios de elegibilidade, prazos, instruções e regras sobre o programa, é acompanhado de um roteiro para elaboração dos projetos que, sendo de fácil preenchimento, facilita o acesso das comunidades ao programa. É por meio da resposta ao edital que os projetos apresentados nos prazos estabelecidos a cada ano entram em concorrência na fase de seleção das propostas.

O processo de seleção é subdividido em dois momentos, a fase de triagem e, em seguida, a fase de seleção dos projetos. Na triagem é verificado o cumprimento dos critérios de elegibilidade presentes no edital. Os projetos elegíveis são, então, encaminhados a um comitê responsável pelo processo de seleção das propostas. O Comitê Gestor Nacional (CGN) foi criado em 1995 para estabelecer estratégias e normas, definir o *modus operandi*, selecionar os projetos a serem apoiados e supervisionar o programa em geral. O CGN inclui representantes de entidades governamentais, não governamentais, internacionais, privadas e acadêmicas, bem como especialistas.

Vera Azevedo, membro do CGN, destaca que o programa é inovador na sua forma de atuação e gestão. A composição do CGN, de acordo com Azevedo, confere credibilidade ao processo de seleção, pois o comitê é formado por profissionais cujo único compromisso é com o Cerrado e as populações que nele vivem. A diversidade de especialistas também torna a discussão muito mais rica. O PPP-ECOS já acumula uma experiência de quatorze anos, sendo bem conhecido e bem avaliado onde ele precisa ser – nas comunidades.

Os critérios de elegibilidade para propostas incluem a existência legal da organização, ou de uma instituição parceira que se disponha a apoiá-la, a localização geográfica de suas atividades, prioridades e critérios ambientais nacionais e enquadramento do projeto nos parâmetros do GEF. Os critérios de seleção frisam a inovação, a replicabilidade, a participação da comunidade, a adequação técnica, os benefícios sociais e as considerações de gênero, entre outros aspectos, dentro de uma visão estratégica do conjunto dos projetos do PPP-ECOS.

Os projetos que seguem tais requisitos são selecionados, havendo, a cada ano, um teto orçamentário que delimita o número de iniciativas a serem apoiadas naquele ciclo. Após a fase de seleção, inicia-se a fase de contratação dos projetos, seguida da fase de execução e monitoramento das atividades. A assinatura do contrato, denominado MOA (Memorandum of Agreement), é o que marca a etapa de contratação. Tal documento define direitos e deveres das partes contratantes, bem como o período de duração do projeto.

Após a assinatura do contrato inicia-se o período de execução das atividades, marcada pela realização da Oficina de Planejamento do PPP-ECOS. Tal evento dá início também ao processo de monitoramento das atividades pela equipe da CTA, que é marca registrada do Programa, com estratégias e metodologias próprias.

A Oficina de Planejamento reúne todos os projetos aprovados naquele edital por um período de aproximadamente cinco dias. Este é considerado um ponto alto do programa, o momento em que se conjugam o fim do ciclo de seleção e o início do ciclo de execução, ocasião em que as equipes se encontram para trocar informações que serão valiosas no processo de tornar o projeto que está no papel em realidade.

A Oficina de Planejamento tem por objetivos apresentar o programa aos novos beneficiários; oferecer um conjunto de informações e exercícios com o fim de provocar o aprendizado dos elementos presentes nas diferentes fases do ciclo de um projeto (elaboração de planos de trabalho, relatórios, prestação de contas, análise de riscos, divulgação das ações e de seus resultados, execução financeira,

articulação com outras organizações e governos etc); aproximar CTA e os projetos e favorecer o intercâmbio entre os beneficiários.

Com esse conjunto de objetivos abordados, os participantes retornam às suas comunidades para darem início à execução de suas ações. Preservadas as diferenças de cronograma de cada projeto, a execução é marcada pelos processos de apresentação de Relatórios Técnicos e Financeiros que descrevem as atividades e os custos incorridos em um dado período conforme Plano de Trabalho e Orçamento aprovados. Tais relatórios geram um Relatório de Monitoramento emitido pela CTA e um Certificado que possibilita a liberação, pelo PNUD, de mais uma parcela do montante total aprovado. Assim ocorre o ciclo de execução e monitoramento que culmina, ao fim do projeto, com o Relatório Final (técnico e financeiro).

A concepção de monitoramento adotada pela equipe de coordenação do PPP-ECOS no Brasil é de que se trata de um exercício sistemático e contínuo de reconhecimento e registro de mudanças e dos meios adotados para alcançá-las. Desse exercício participam diferentes atores: a própria coordenação do PPP-ECOS, as organizações não-governamentais (ONGs) que executam ou assessoram a implementação dos projetos e as organizações de base comunitária (OBCs) e comunidades, beneficiárias finais do programa. As estratégias e metodologias adotadas pelo PPP- ECOS partem dessa premissa e, por isso, buscam integrar as diferentes perspectivas, habilidades e motivações desses atores para o monitoramento (Nogueira, 2003).

Como afirma a autora, trata-se de uma experiência de parceria, que conjuga esforços em diferentes níveis do programa e estimula a participação, a aprendizagem social e a geração de conhecimento sobre os projetos e suas ações para o desenvolvimento sustentável.

Na avaliação de Adriana Ramos, membro do Comitê Gestor Nacional do programa, o PPP-ECOS desenvolveu um sistema de monitoramento muito positivo, com uma grande proximidade dos técnicos da CTA junto aos projetos e uma capacidade de contribuição muito efetiva. Segundo ela, esse tipo de monitoramento funciona quase como uma assistência técnica aos projetos, evitando

desperdícios, potencializando a disseminação de resultados e estimulando o intercâmbio, embora não esteja incorporado estruturalmente no programa global.

12

Dada a característica de flexibilidade e burocracia mínima do Programa, tem sido sua marca a agilidade e a alta qualidade de seu desempenho no Brasil. Graças a isso, é possível atuar em situações críticas que surgem devido à velocidade com que ocorre a degradação do Cerrado. Por outro lado, a flexibilidade do Programa permite que ele possa colocar-se como co-financiador em novos projetos, de forma a complementar a relação com outras fontes, inclusive públicas.

Além disso, o PPP-ECOS tem influenciado significativamente em uma mudança no quadro de relativa invisibilidade de que padecia o Cerrado, no aumento da área do bioma sob uso sustentável e no amadurecimento de experiências de produção e comercialização a partir do uso equilibrado da biodiversidade nativa, contrapondo-se ao sistema brasileiro atual baseado nas monoculturas e na má distribuição de renda. O uso sustentável da biodiversidade surge como alternativa viável para a conservação de áreas significativas de Cerrado, como um meio de geração de renda, segurança alimentar e qualidade de vida para comunidades tradicionais e agricultores familiares.

Iniciativas como artesanato, agroextrativismo, apicultura, meliponicultura e plantas medicinais têm contribuído de forma expressiva para manter o Cerrado em pé. Produtos como o mel, castanhas, frutos, pequi, baru e outros, têm boa aceitação no mercado, trazendo sensíveis melhorias para a segurança alimentar e a qualidade de vida das comunidades. Por outro lado, ao lidar com espécies nativas do Cerrado, os envolvidos com projetos aprendem a valorizar o cuidado com a natureza, passando a lutar contra práticas degradantes como desmatamentos, queimadas e uso de agrotóxicos.

Assim, tais atividades têm sido importantes para uma crescente conscientização ambiental. Na mesma linha, são apoiados projetos relacionados ao turismo, projetos em áreas indígenas e assentamentos rurais. O objetivo primordial é aproveitar o legado das populações tradicionais em sua convivência com a natureza e, a partir de uma produção com base nos recursos naturais do Cerrado, gerar alternativas para a inclusão social dessas comunidades e uma reversão dos quadros de degradação ecológica. Por intermédio das atividades turísticas, são promovidas ações de sensibilização popular

que podem contribuir não só para uma replicação dos critérios de sustentabilidade ambiental, mas para a inclusão social das comunidades do Cerrado.

O antropólogo Paul Little, também membro do CGN, destaca a importância da adoção do bioma Cerrado como foco do programa. Para Little, através do PPP-ECOS deu-se maior visibilidade ao Cerrado, mostrando a importância do bioma, inclusive no plano global, sua riqueza em termos de biodiversidade e suas inúmeras formas de adaptação, tecnologias e conhecimentos. No plano nacional, a valorização do Cerrado foi importante para colocá-lo no debate nacional como bioma de extrema relevância. Little destaca ainda o impacto do programa nas comunidades locais, que foram valorizadas de uma maneira significativa; pequenas comunidades que nunca haviam tido acesso a recursos na história das políticas públicas no país tiveram projetos financiados pelo PPP-ECOS.

Em termos de impactos, está estimado que 289 projetos tenham sido apoiados pelo PPP-ECOS no Cerrado até 2009, o que significa um benefício direto a cerca de 8.600 famílias, uma área de 146.000 hectares conservada por pequenos produtores sob uso sustentável, enquanto as terras indígenas apoiadas cobrem mais de 5.000.000 de hectares. As áreas de projeto servem de habitat para seis espécies ameaçadas e 16 espécies de vertebrados de grande porte em situação vulnerável. Além disso, o PPP-ECOS influenciou políticas públicas a nível nacional e desenvolveu novas tecnologias com efeitos a longo-prazo (Sawyer, 2006).

APRESENTANDO ALGUNS DADOS DO PROGRAMA

As negociações para a implantação do programa no Brasil tiveram início em 1994, e já no ano seguinte 14 projetos da Fase Piloto foram aprovados com um valor total de US\$ 300.000. Os projetos enfocaram o uso sustentável de biodiversidade, como a extração, processamento e comercialização de plantas medicinais, flores e frutas nativas, a conservação dos solos e das nascentes, o ecoturismo e a apicultura. Um projeto envolveu o desenvolvimento de tecnologias de energia solar para a desidratação de frutas e de plantas medicinais; dois projetos trataram de Unidades de Conservação. Em 1997, mais 10 projetos, com ênfase principalmente na biodiversidade, foram apoiados,

14

com um valor total de US\$ 218.799. Visando um dos problemas críticos enfrentados por um grande número de projetos, o CGN decidiu apoiar ainda um projeto de pesquisa sobre a comercialização de produtos que promovessem o uso sustentável da biodiversidade.

Em setembro e outubro de 1997, foi realizado o primeiro *Stakeholders' Workshop*, dividido em dois eventos separados. O “*Workshop de Avaliação e Planejamento*” incluiu representantes do governo, de organizações internacionais, de ONGs e da academia, como também alguns dos beneficiários. O *Workshop de Projetos do PPP-ECOS* envolveu todos os beneficiários. Durante esses dois eventos, os resultados alcançados, as lições aprendidas e o futuro do PPP-ECOS foram discutidos e várias recomendações foram formuladas.

Os 16 projetos apoiados em 1998 continuaram tratando, principalmente, do uso sustentável da biodiversidade no Cerrado, embora um deles tratasse de energia elétrica solar e outro de controle de fogo. Em 2000, o Comitê do Programa selecionou mais 17 projetos, com um valor total de US\$ 389.723, das 109 propostas apresentadas em novembro de 1999, na Segunda Fase Operacional.

Em 2004, foram aprovados 34 projetos no valor de US\$ 903.277 e, desde então, a média de alocação para o país tem sido em torno do valor de US\$ 900.000. Durante este período, os projetos continuam tratando do uso sustentável da biodiversidade no Cerrado, do fortalecimento de redes, resolução de gargalos para comercialização e envolvimento de grupos indígenas e quilombolas. Nos anos de 2005 e 2006, o CGN selecionou, respectivamente, 37 e 40 projetos, sendo que no primeiro ano a alocação foi de US\$ 950.000 e no último o valor total foi US\$ 1.100.000. A demanda nos últimos anos (2007 a 2009) tem sido 3,5 vezes maior que os fundos disponíveis. No ano de 2007 foram apresentadas 206 propostas, e o CGN teve dificuldades em selecionar as 29 aprovadas, haja vista a alta qualidade das propostas apresentadas.

A maioria dos projetos apoiados tem contrapartidas e co-financiamentos, freqüentemente mobilizados com ajuda do PPP-ECOS. Em uma pesquisa sobre os projetos da Fase Piloto, o co-financiamento chegou a mais de quatro vezes a quantia viabilizada pelo PPP-ECOS, demonstrando a

tendência dos projetos de cobrirem os custos básicos, fato também observado nas fases operacionais posteriores.

Deve ser acentuado que, no contexto do Cerrado, projetos que contribuem para a conservação de biodiversidade *in situ* contribuem também para o armazenamento de carbono e a melhoria da gestão dos recursos hídricos, inclusive nas nascentes de rios que se tornam águas internacionais. Assim, há múltiplos benefícios locais e globais. Por sua vez, as mulheres são participantes importantes em quase todas as atividades dos projetos, fornecendo, freqüentemente, a força motriz que estimula o início dos projetos e os mantém funcionando. Além disso, já foram apoiados mais de 40 projetos que ocorrem em comunidades indígenas, ocupantes das maiores áreas intactas do Cerrado.

Após mais de uma década de operação, já é possível avaliar que o PPP-ECOS acumulou um portfólio diversificado de experiências que merecem disseminação, replicação, incorporação, continuidade e absorção em patamares mais elevados pelas políticas públicas.

Segundo Márcia Vasconcelos, especialista em gênero e membro do CGN, um dos grandes méritos do programa é o apoio a projetos inovadores e a divulgação dessas experiências para que elas possam de fato influenciar a elaboração de políticas públicas voltadas para o bioma. A presença de membros dos ministérios no CGN abriu desde o início a possibilidade de levar essas experiências inovadoras ao conhecimento dos gestores federais e fomentar possíveis iniciativas no âmbito nacional.

Alguns dados sobre o programa foram sistematizados em tabelas e análises que têm por objetivo apresentar indicadores de sua contribuição e importância enquanto programa de fomento a uma parcela da população freqüentemente excluída dos programas de governo e das fontes de financiamento internacionais. Com freqüência, o PPP-ECOS tem sido um primeiro apoio a muitas organizações que nunca haviam executado qualquer projeto. O programa tem como marca uma forte característica didática, potencializada pela metodologia utilizada, através da qual as organizações aprendem a elaborar uma proposta e um orçamento e executá-los conforme plano de trabalho.

A tabela que segue dá a dimensão do potencial de apoio às comunidades do Cerrado e suas transições. Desde o seu início, o PPP-ECOS recebe um número significativamente maior de propostas que sua capacidade de atendê-las (tabela 1). Por outro lado, vê-se a clara evolução do programa em termos de recursos alocados e de capacidade de apoio. Se tomarmos os primeiro editais e compararmos com os últimos, observamos que o programa cresceu consideravelmente (tabela 2)

Tabela 1. Projetos submetidos e apoiados

Edital	Ano	Projetos submetidos	Projetos selecionados	Porcentagem demanda atendida
1º	1995	89	8	9,0
2º	1995	111	6	5,4
3º	1997	145	10	6,9
4º	1998	161	16	9,9
5º	1999	225	12	5,3
6º	2000	109	17	15,6
7º	2001	94	15	15,9
8º	2002	210	22	10,5
9º	2003	104	16	15,4
10º	2004	129	34	26,3
11º	2005	118	37	31,3
12º	2006	137	40	29,2
13º	2007	206	29	14,0
14º	2008	126	27	21,4
Total		1963	289	15,5

Tabela 2. Valores destinados ao Brasil por edital

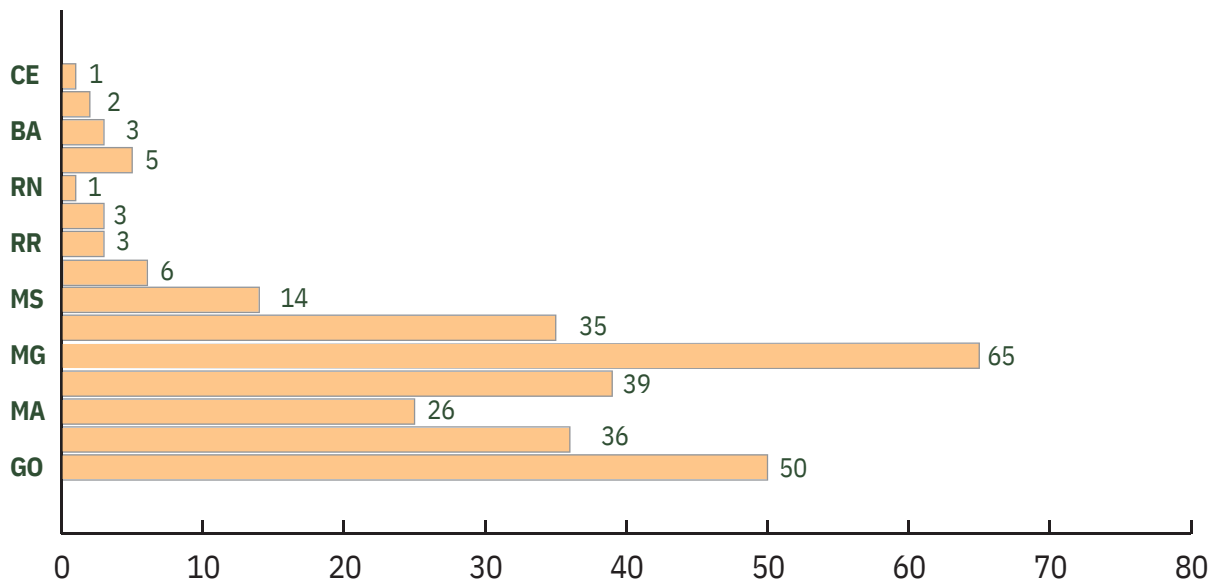
Edital		
1995	1º	150.000,00
1995	2º	136.839,00
1997	3º	218.799,00
1998	4º	314.531,99
1999	5º	300.000,00
2000	6º	389.723,16
2001	7º	300.000,00
2002	8º	376.005,00
2003	9º	300.000,00
2004	10º	903.277,70
2005	11º	950.000,00
2006	12º	1.100.000,00
2007	13º	810.000,00
2008	14º	675.000,00
Total		6.924.175,85

O volume de recursos alocados no Brasil pelo PPP-ECOS teve notável crescimento, sendo os quatro últimos editais responsáveis por 60,2% de todo o recurso já aplicado ao longo dos catorze anos de sua existência, o que também se reflete no número de projetos apoiados, que cresceu a cada edital. É curioso notar, cruzando os dados das duas primeiras tabelas, que, apesar do crescimento considerável na capacidade de apoio, reflexo do aumento do volume de recursos alocados a cada ano, é uma constante o alto número de projetos que não conseguem apoio a cada edital.

Tal fato é um indicador de que cada vez um maior número de comunidades apresenta propostas que poderiam ser atendidas pelo Programa, o que justificaria sua manutenção e crescimento. Por outro lado, o número de projetos apresentados a cada edital demonstra a disponibilidade e o interesse de um grande número de organizações em trabalhar em prol do bioma em ações que combinam a sustentabilidade ambiental e a melhoria da qualidade de vida.

Outro dado relevante a considerar é o da capilaridade do programa, conforme demonstrado na figura 1. O PPP-ECOS tem apoiado ações num conjunto considerável de estados brasileiros. A representatividade de estados é avaliada a cada edital, sendo este um dos critérios no processo de avaliação das propostas: que diferentes áreas do Cerrado sejam contempladas, garantindo a presença do programa em diversas regiões e em localidades nas quais o Cerrado sofre diferentes tipos de ameaças. A denominada área *core* do Cerrado é a que tem sido mais contemplada de acordo com os números, porém, a presença do programa em áreas de enclaves de cerrado é relevante.

Figura 1. Distribuição dos projetos apoiados por estado (1995-2008)



Outro dado que chama atenção no histórico do programa é o crescente apoio direto às organizações comunitárias, associações e organizações não-governamentais e a diminuição dos apoios a organizações intermediárias. Ou seja, diminuiu o apoio através de organizações que abrigam o projeto de outra que não preenche as diretrizes de elegibilidade do programa. Isso acontece quando a organização beneficiária não possui base legal como pessoa jurídica. A possibilidade de apoio via uma organização intermediária permite que, no processo de execução da proposta, a comunidade se fortaleça a ponto de conseguir se estabelecer como associação ou cooperativa ganhando maior autonomia, um dos objetivos do programa. Porém, a execução do projeto via um intermediário resulta, muitas vezes, em conflitos.

O crescimento de apoios diretos pode ser entendido como um indicador de fortalecimento político das comunidades, que criam suas próprias organizações, com lideranças oriundas da localidade e que passam a lutar por seus direitos. De acordo com depoimento da então coordenadora da Rede Cerrado, Monica Nogueira, o PPP-ECOS foi de primordial importância para a constituição e a organização de um campo político no Cerrado, extrapolando os apoios locais para uma relevância regional de fortalecimento de lideranças e das comunidades. A própria formação da Rede Cerrado foi, em muito, uma consequência desse dinamismo que o programa estimulou no bioma.

A consciência ambiental das pessoas e grupos diretamente envolvidos nos projetos serve como um exemplo para outros membros da própria comunidade ou das comunidades vizinhas. O impacto desse processo de conscientização extrapola as áreas focais nas quais os projetos são enquadrados. Para Adriana Ramos, membro do CGN, se avaliamos o grau de organização e o número de iniciativas de sustentabilidade existentes na região do Cerrado antes do PPP-ECOS e compararmos com a situação atual, fica evidente que o programa teve uma contribuição importantíssima na organização dessas comunidades e sua inserção na perspectiva da sustentabilidade, como um alternativa à forma de exploração econômica que vinha se estabelecendo nesta região. O PPP-ECOS conseguiu fazer isso com pouco recurso e multiplicando essas alternativas.

Tabela 3. Tipo de organização

Edital	Organizações comunitárias	Organizações intermediárias	Outras
1º	5		3
2º	2		4
3º	2		8
4º	4	2	10
5º	2	2	8
6º	6	3	8
7º	5	1	9
8º	7	4	11
9º	3	3	10
10º	14	1	18
11º	10	4	23
12º	16	3	21
13º	20		9
Total	96	23	142

Nos últimos anos observa-se uma melhoria na qualidade das propostas e uma crescente autonomia e organização das próprias comunidades com relação aos projetos (tabela 3). Os proponentes de projetos muitas vezes não contam com capacidade técnica para executá-los. Ao mesmo tempo, o apoio técnico necessário pode, muitas vezes, ser fornecido por outras entidades participantes do PPP-ECOS. Para aumentar o impacto do Programa, tem sido estimulada a troca de experiências entre os projetos por meio de intercâmbios e a comunicação das ações como forma de resolver o problema de capacidade técnica. Por meio dessas ações, as entidades apoiadas pelo PPP-ECOS têm formado redes e articulações, que por sua vez têm influenciado as políticas públicas locais, estaduais, regionais e nacionais.

Os dados sistematizados nas tabelas aqui apresentadas demonstram a magnitude do programa em termos de tempo de existência, de continuidade dos apoios, de capilaridade, de representatividade no bioma e do volume de recursos destinados às populações que trabalham em defesa do bioma Cerrado. Diante dos dados, torna-se difícil questionar a importância do programa no cenário nacional. Por outro lado, um enorme conjunto de questionamentos e reflexões pode surgir quando avaliamos a dinâmica de implementação dos projetos e os resultados por estes alcançados. A próxima seção – adiantando as questões presentes nos capítulos que compõem esta publicação - pretende lançar mão de algumas reflexões sobre os desafios surgidos e ainda a superar no contexto do programa.

REFLETINDO SOBRE O PPP-ECOS

Mais que um simples conjunto de projetos, o PPP-ECOS constitui um programa integrado, fornecendo orientação sobre idéias elegíveis de projetos, identificando lições, melhores práticas e pretendendo replicar experiências exemplares. Além do efeito multiplicador, o programa tem contribuído para as políticas públicas nos campos em que os projetos atuam, criando oportunidades para um desenvolvimento sustentável e socialmente equitativo.

Nos últimos anos, esforços têm sido empreendidos no sentido de documentar e analisar experiências, retirar lições, definir estratégias de continuidade das ações, encontrar novas fontes de financiamento, promover a troca de experiências entre os beneficiários e os não-beneficiários e incentivar a *advocacy* para (re)formulação de políticas públicas.

As organizações precisam freqüentemente de ajuda para documentar e analisar suas experiências. Até certo ponto, esta tarefa pode ser executada pela CTA, mas também são feitos esforços no sentido de incentivar os beneficiários a buscar ajuda de parceiros locais. Estimular o interesse de estudantes universitários brasileiros e estrangeiros por pesquisas sobre os projetos também tem sido uma estratégia do programa.

Embora algumas hipóteses interessantes tenham sido levantadas, há necessidade de maior profundidade e comprovação na análise de experiências positivas e negativas. Nesse sentido, o PPP- ECOS tem investido no esforço de aprender novas lições sobre contribuições locais para a solução de problemas globais por meio de estudos comparativos entre projetos do PPP-ECOS, como também em outros projetos. Consultas com especialistas, trocas entre beneficiários, apoio para pesquisas de estudantes, consultas à literatura brasileira e internacional e produção de avaliações junto aos beneficiários têm sido atividades que ganharam nova dimensão nos últimos três anos graças ao apoio da Comissão Europeia por meio do Projeto FLORELOS (Elos Ecosociais entre as Florestas Brasileiras).

Tais esforços complementam o apoio financeiro destinado aos beneficiários do PPP-ECOS no sentido de trazer à tona problemas e possíveis soluções. Nesse sentido, têm sido foco de preocupação do programa questões amplas tais como: os efeitos do associativismo que o programa estimula (uma vez que é preciso ter personalidade jurídica para acessá-lo); o crescimento da dependência do “mercado de projetos” nos contextos locais; a inserção de agricultores, extrativistas e comunidades tradicionais à uma “racionalidade burocrática” inerente à execução de projetos e; os impactos da lógica de projetos nas culturas locais.

Da mesma forma, esforços têm sido empreendidos para superar dificuldades de diversas ordens: de definição de indicadores quantitativos e qualitativos que expressem os avanços do programa; de medição de resultados; de gestão das associações e dos recursos financeiros; de dependência de técnicos e assessores externos à comunidade na execução dos projetos.

Para esse conjunto de desafios não há solução mágica, porém seu enfrentamento é condição primordial para que programas como o PPP-ECOS não vendam sonhos e ilusões às comunidades locais, gerando mais dependência em nome das “boas intenções”. Na tentativa de evitar essa armadilha, o programa tem apoiado ações de beneficiários que acabaram por se tornar parceiros na busca por soluções aos dilemas que o acompanham. São as iniciativas destes parceiros que compõem a primeira parte deste livro.

A iniciativa de apoiar estudantes de graduação, pós-graduação e de pesquisadores populares a empreenderem pesquisas em projetos apoiados pelo PPP-ECOS é avaliada no primeiro capítulo por Nurit Bensunsan. A autora apresenta experiências e resultados dos estudos apoiados pelo programa PESCO, reflete sobre os impactos das pesquisas nas comunidades e instiga pesquisadores a refletir sobre os prováveis efeitos dos conhecimentos tradicionais nas universidades.

No capítulo 2, os autores trazem elementos interessantes à discussão sobre os impactos do manejo comunitário do capim dourado para a sustentabilidade da espécie a partir de pesquisas que conjugam os saberes tradicional e científico. Como demonstram os autores, o diálogo entre os saberes tem contribuído para que a renda obtida a partir de um recurso natural seja sustentável, tanto do ponto de vista ambiental quanto social.

Mônica Nogueira apresenta ao leitor a metodologia dos vídeo-projetos, iniciativa apoiada pelo programa com o objetivo de superar a necessidade de uma organização ou de um técnico que fizesse a intermediação entre as comunidades e o PPP-ECOS no processo de elaboração dos projetos. Ferramentas alternativas e com base na oralidade foram testadas com relativo sucesso, gerando uma metodologia rica e de fácil replicação em programas que vislumbram a inserção real das comunidades no acesso aos recursos.

Por fim, o capítulo 4 sistematiza os gargalos com que se deparam os projetos produtivos, aqueles que têm como foco a produção, o beneficiamento e a comercialização de produtos da biodiversidade. Nesse contexto surge a experiência da Central do Cerrado, organização composta por projetos apoiados pelo programa que, juntos, têm enfrentado as dificuldades inerentes à geração de alternativas econômicas sustentáveis em contextos comunitários.

A segunda parte do livro, intitulada “Retratos”, apresenta algumas das iniciativas apoiadas pelo programa ao longo de seus anos de existência. São retratos do que o PPP-ECOS ajudou a construir em prol do Cerrado brasileiro e de seus povos. Retratos que demonstram que com pequenos apoios muito pode ser feito. Retratos de iniciativas locais, mas conectadas com problemas globais. São retratos de um Cerrado que almejamos manter, um Cerrado em pé!

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, Igor S.H. 2007. **Potenciais e limitações do uso sustentável da biodiversidade no Cerrado: uma análise da experiência da Cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado.
- ISPN. 2002. **Mapeamento do extrativismo no Tocantins**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza.
- ISPN. 2005. **Cerrado que te quero vivo!** Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza; Instituto Centro de Vida.
- ISPN. 2006. **Long live the Cerrado!** Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza; Instituto Centro de Vida; Pesquisa e Conservação do Cerrado.
- ISPN. 2007. **Manual de normas ambientais, sanitárias e fiscais para regularização de agroindústrias comunitárias de produtos de uso sustentável do Cerrado**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza.
- NOGUEIRA, Mônica. 2001. Lições aprendidas: uma análise comparativa de pequenos projetos. Brasília: UnB, Centro de Desenvolvimento Sustentável. (Dissertação de Mestrado em Gestão Ambiental e Políticas Públicas).
- NOGUEIRA, Mônica. 2003. Monitoramento de Pequenos Projetos de Desenvolvimento Sustentável: a experiência do PPP. (MIMEO)
- PIRES, Mauro Oliveira; SCÁRDUA, Fernando Paiva. 1998. **Extrativismo vegetal no Cerrado**. Brasília: ISPN.
- SAWYER, Donald. 2006. Impact Indicators of the GEF-SGP in Brazil. (MIMEO)
- SAWYER, Donald. 2007. Programa Eco-Social no Cerrado: nota conceitual. (MIMEO)
- SAWYER, Donald. 2007. Gargalos e Soluções do Uso Sustentável da Biodiversidade no Brasil. Apresentado no Seminário Internacional para a Promoção e Proteção dos Produtos da Biodiversidade Brasileira, Programa Biodiversidade Brasil-Itália (PBBI), Brasília, 10-13 de dezembro de 2007. (MIMEO)
- SAWYER, Donald; LOBO, Andréa de Souza. 2008. O papel da sociedade no estabelecimento de políticas públicas para as savanas. In: FALEIRO, Fábio Gelape; FARIAS NETO, Austeclínio Lopes de (Eds.). Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina: EMBRAPA Cerrados. p.1153-81.
- SAWYER, Donald. 2009. Entraves Regulatórios de Atividades Extrativistas na Amazônia: problemas, enfrentamento e soluções. Nota Técnica elaborada para o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE), com apoio da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República. (MIMEO)

Faces do PPP-ECOS

PARTE I



Pescando ilusões? Pesquisas Ecosociais no Cerrado - PESCO

por Nurit Bensusan¹

“O Geraldo não leu não, ele comeu o livro...”
(Comentário de Marlene, esposa de Geraldo,
sobre sua reação à dissertação de Luciana Bomfim)

O Programa Pesco nasceu em 2006, fruto de uma iniciativa conjunta do Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB e do Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN, que vislumbrou a possibilidade de oferecer condições à realização de estudos sobre os pequenos projetos apoiados, como um projeto do próprio PPP-ECOS. A idéia inicial era fornecer apoio a estudantes de graduação e mestrado que desenvolvessem suas pesquisas nos projetos do PPP-ECOS. Com o tempo, e como resultado do aprendizado na gestão do Programa, o Pesco incorporou novas modalidades de apoio.

POR QUE UM PROGRAMA COMO O PESCO?

O PPP-ECOS é uma iniciativa que tem alavancado o trabalho de muitas comunidades do Cerrado e, concomitantemente, tem trazido novas questões para essas comunidades e seus membros.

1. Nurit Bensusan é coordenadora do Programa Pesco no Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB.

Um exemplo é a questão da inserção dos seus produtos no mercado e as consequências sobre sua estrutura social e cultural. Questões dessa natureza não são simples e, em geral, não apresentam respostas uniformes. Cada comunidade possui elementos únicos e responde ao apoio provido pelo PPP-ECOS de forma diversa.

O Programa Pesco visava a fomentar a reflexão e o debate sobre tais questões e outras, de cunho mais técnico, que iam surgindo à medida em que o apoio do PPP-ECOS se desenvolvia. Com o desenrolar do Programa e do trabalho dos estudantes apoiados na primeira chamada, realizada em meados de 2006, outras questões emergiram, como, por exemplo, a influência que o convívio com as comunidades exerce sobre o trabalho do pesquisador. Essas questões foram tratadas em algumas oportunidades, onde se reuniram bolsistas e pessoas das comunidades, e se converteram em uma das preocupações centrais do Programa, traduzindo-se, principalmente, no formato dos artigos solicitados aos bolsistas para a composição do livro de encerramento do Pesco.

REALIZAÇÕES DO PROGRAMA

O Programa Pesco realizou duas chamadas, uma em meados de 2006, quando 14 candidatos foram selecionados, oito de pós-graduação e seis de graduação, e outra em 2007, quando, além de três de graduação e seis de pós-graduação, foram selecionados mais sete pesquisadores sem vínculos com a academia. Dois deles são pesquisadores populares, isto é, sem formação acadêmica. Na tabela 1, é possível encontrar as pesquisas apoiadas pelo Pesco em suas duas chamadas. O apoio do Programa se estendia a um ano no máximo, e possuía um valor fixo que variava entre R\$ 2.500,00 e R\$ 5.000,00, de acordo com a modalidade.

Em 2008, o Programa lançou um pequeno edital com o objetivo de dar apoio a pesquisadores (ex-bolsistas) que desejavam oferecer um retorno às comunidades com as quais trabalharam, ou que gostariam de concretizar algum produto com a comunidade. Nessa chamada, foram selecionadas oito propostas: seis para o desenvolvimento de produtos e duas para atividades de retorno da pesquisa para as comunidades. Esse edital foi concebido como um subproduto das atividades dos

bolsistas, visando, principalmente, assegurar alguma continuidade no vínculo entre os pesquisadores e as comunidades.

O Programa encerrou suas atividades com a publicação de um livro com uma seleção de artigos dos pesquisadores apoiados, acompanhada de uma avaliação dos impactos do Programa e de reflexões sobre a efetividade e os problemas da pesquisa da academia junto às comunidades.

O foco da primeira chamada do Programa foi o apoio a estudantes de graduação e mestrado. Apesar dos resultados terem sido muito positivos, decidiu-se, diante da demanda, incluir, na segunda chamada, uma nova modalidade: a de pesquisador sem vínculo com a academia. Esta foi dividida em duas, uma que contemplava os pesquisadores com formação acadêmica, mas sem vínculo de discentes em instituições de ensino superior, e outra dirigida aos pesquisadores populares, aqui caracterizados como pessoas sem formação acadêmica, mas envolvidas em pesquisas em suas comunidades.

Os resultados dessa última modalidade foram, no caso dos pesquisadores com formação acadêmica, muito positivos, porém bastante frustrantes no que tange àqueles sem formação, os pesquisadores populares. Interessante notar que ambas as propostas apoiadas foram apresentadas por mulheres e tratam de medicina popular, uma enfocando o uso de homeopatia na produção do gado bovino e outra o uso de uma planta, nó-de-cachorro (*Heteroptheris afrodisiaco*), no combate à desnutrição. Uma análise preliminar dos procedimentos adotados nessa modalidade aponta para a falta de canais eficientes de comunicação entre o Programa e as pesquisadoras como uma das causas para a aparente ausência de resultados tangíveis das pesquisas. Normalmente, toda comunicação com os bolsistas do Programa se dá por intermédio da internet, meio de comunicação reconhecidamente de difícil acesso para as comunidades. As tentativas de substituir o envio de e-mails por cartas não foram bem sucedidas, ocasionando, em muitas situações, a necessidade de um intermediário, detentor de um endereço de e-mail, para garantir a comunicação com as pesquisadoras populares. Essa situação causou inconvenientes e muito ruído na comunicação.

Uma outra constatação dessa análise preliminar é a dificuldade de expressar e caracterizar os objetivos e os resultados das pesquisas por parte das bolsistas da modalidade pesquisador popular. Ou seja, a tentativa do Programa de produzir um procedimento simples para a candidatura e para o acompanhamento da pesquisa não se revelou suficiente. Não foi possível depreender da leitura dos relatórios quais resultados – se alguns – foram atingidos com a pesquisa. Uma combinação entre essa situação e as dificuldades de comunicação impediu conclusões mais definitivas sobre a conveniência de modalidades de apoio desse gênero.

O pequeno edital, lançado no final do ano passado e, talvez, melhor caracterizado como uma carta-convite, também não constava do desenho original do Programa. Os contatos com os bolsistas, seus orientadores, algumas pessoas das comunidades e os gestores do PPP-ECOS, fizeram emergir a questão da continuidade do trabalho e do retorno da pesquisa para as comunidades. Apesar do Pesco ser um programa de pequenas dimensões – poucos bolsistas e poucos recursos, em muitos casos, principalmente quando acoplado a outros recursos financeiros e humanos, estimulou a realização de pesquisas interessantes e, diversas vezes, gerou expectativas junto às comunidades. Esse edital, ou carta-convite, exclusivamente dirigido àqueles que já haviam sido beneficiários do Programa, foi uma forma de reconhecer a necessidade de lidar com questões como a continuidade e a expectativa.

Na tabela 2, é possível encontrar os projetos apoiados por esse edital.

Uma das grandes controvérsias dos programas de bolsas e apoio à pesquisa é a mensuração de seus impactos e, com o Pesco, não foi diferente. Uma das dificuldades é separar os efeitos, na totalidade da pesquisa, do apoio concedido, principalmente no caso dos estudantes de graduação e pós-graduação. No caso específico do Pesco, a tentativa de responder à questão sobre se o Programa cumpriu seu objetivo acabou se transformando em uma análise etnográfica dos seus resultados que, além de fornecer uma idéia sobre seus impactos, permitiu um exame mais criterioso de alguns padrões e revelou algumas questões importantes a serem consideradas em programas desse tipo.

*2. Os resultados dessa análise etnográfica, realizada por Tais Itacaramby, bem como uma coletânea de artigos dos pesquisadores apoiados pelo Programa Pesco, poderão ser encontrados no livro *Unindo Sonhos, pesquisas ecossociais no Cerrado*, publicado pelo Programa em 2009.*

De onde vem a demanda pela pesquisa?

A análise da motivação das pesquisas que foram desenvolvidas no âmbito do Programa Pesco é particularmente interessante, pois envolve um exame das intersecções entre os anseios das comunidades ou das entidades vinculadas ao PPP-ECOS e os objetivos presentes nos projetos de pesquisa dos bolsistas. Essa análise se dá em três dimensões: a construção, enunciação e apresentação da demanda; as origens da justificativa da relevância esperada da pesquisa; e o confronto entre os resultados e as expectativas geradas pela pesquisa.

Em alguns casos, é fácil rastrear a demanda, ela vem do encontro entre algum membro da comunidade ou entidade apoiada pelo PPP-ECOS e um pesquisador ou grupo onde ele esteja envolvido. Apesar de aparentemente haver, nesses casos, uma construção coletiva da demanda, há que se levar em conta a assimetria dessas relações e a questão da representatividade. Ou seja, é possível que a demanda seja construída pelo pesquisador ou por seu grupo e enunciada de forma que convença a comunidade ou alguns de seus membros de sua relevância. É também possível que as demandas comunicadas aos pesquisadores por membros da comunidade não sejam efetivamente representativas das demandas da comunidade em geral.

Apesar de tais dificuldades, o exame das origens das demandas pelas pesquisas apoiadas pelo Pesco mostrou que, em sua maioria, elas possuíam um lastro comunitário, mesmo que, em alguns casos, as expectativas geradas fossem, em parte, frustradas.

Um caso emblemático é o da pesquisa ‘Ecoturismo e Turismo Cultural em São João D’Aliança’, realizada em resposta a uma demanda comunicada por um guia ecoturístico, morador de São João e representante da Associação de Guias de São João da Aliança, Agema. Essa pesquisa, além de se configurar no primeiro registro etnográfico da Festa “Caçada da Rainha”, resultou em uma monografia muito completa de onde foram extraídos trechos utilizados na construção de um inventário das potencialidades ecoturísticas da região, com fotos e poesias locais.

3 Os casos aqui mencionados, como exemplos para as reflexões, são tratados de forma mais detalhada e completa na análise etnográfica supra-citada.

As pesquisas realizadas em Pirenópolis, vinculadas ao trabalho do Centro de Estudos e Exploração Sustentável do Cerrado (Cenesc), mais especificamente ao extrativismo do baru, formaram um conjunto derivado das demandas complementares construídas pelo Cenesc, com o objetivo de valorizar e de fortalecer o arranjo produtivo do baru (*Dipteryx alata*). As pesquisas envolveram o mapeamento do arranjo produtivo da coleta do baru e a identificação das dificuldades ligadas ao aproveitamento dos resíduos; o desenvolvimento de um forno metálico para carbonização de resíduos do fruto do baru; e o desenvolvimento de um equipamento que facilitasse o processo de extração da castanha do baru, a descorticadora.

PARTICIPAÇÃO... MA NON TROPPO...

O tipo de pesquisa apoiada pelo Programa Pesco, que inclui, necessariamente trabalho de campo em comunidades rurais apoiadas pelo PPP-ECOS, deve contar com a participação das pessoas locais sob pena de não se realizar por causa de questões logísticas ou por não refletir os anseios das comunidades. Essa participação, para ser efetiva, precisa estar prevista em todas as etapas da realização da pesquisa: na concepção, elaboração, planejamento das atividades, acesso e apropriação dos resultados das pesquisas. Nem sempre, porém, isso é fácil. Em alguns casos, a despeito das boas intenções do pesquisador e das metodologias participativas descritas nos projetos, a participação não é obtida. É possível atribuir essa situação a diversos fatores, como, por exemplo, à questão da linguagem, às diferenças culturais e, mesmo, à personalidade do pesquisador.

Dentre as pesquisas apoiadas pelo Pesco, houve casos bastante bem sucedidos, onde pesquisadoras lograram envolver, de forma bastante intensa, a comunidade em seus trabalhos. Um dos casos dignos de nota foi a produção do vídeo “Mosaico de Olhares”, no Assentamento Colônia I. Todo o processo de produção, inclusive a seleção e edição das imagens, foi realizado com a participação da comunidade. Durante a etnografia dos resultados do Programa, as pessoas da comunidade consultadas exaltaram a produção coletiva do roteiro do vídeo, bem como as oficinas de fotografia, como muito importantes para a construção e valorização da memória do grupo. O fato de a pesquisadora

ter se reunido com as famílias interessadas em participar da pesquisa diversas vezes antes mesmo de começar a pesquisa, para explicar suas intenções e planejar de maneira participativa cada uma das etapas do projeto, contribuiu bastante para a apropriação da pesquisa pela comunidade. A intenção do grupo, responsável por fazer o roteiro, era que o material audiovisual produzido permitisse a troca de experiências entre diferentes comunidades, além de contribuir para fomentar debates em diferentes espaços. Efetivamente, o vídeo tem circulado entre diversas organizações comunitárias, principalmente de outros assentamentos, e órgãos governamentais (Incra, MDA, etc.) e alcançado os propósitos para os quais foi desenhado.

Outro caso bem sucedido de participação onde os anseios da comunidade se encontram com os objetivos da pesquisa foi o trabalho 'Extrativismo, etnoecologia e manejo sustentável de mangaba (*Hancornia speciosa Gomez*) em Rio Pardo de Minas, MG'. Nesse caso, a pesquisadora, atendendo à demanda por estudos sobre o manejo agroextrativista de plantas nativas do cerrado, envolveu um grupo de jovens na coleta de dados sobre manejo da mangaba e outras plantas nativas. O grupo de jovens da comunidade está mobilizado em torno do viveiro de mudas nativas, uma iniciativa sugerida pela Embrapa para conter o êxodo de jovens que saem da comunidade, todo ano, em direção ao sul de Minas, para trabalharem em lavouras de café ou outras ocupações em condições bastante precárias. Na prática, por intermédio das conversas com as pessoas mais velhas da comunidade, essa experiência serviu para reconectar gerações por meio da transmissão de saberes locais, outrora desvalorizados, de uma maneira simples e com resultados consideráveis.

Uma questão que emergiu de maneira inesperada com a análise etnográfica dos resultados dos projetos apoiados pelo Pesco foi a do gênero. A preocupação com a equidade de gênero, o empoderamento das mulheres e a conservação da biodiversidade inserem-se em um contexto político global convergente e têm sido reclamadas como indispensáveis em todas as fases de implementação, desde a elaboração, dos programas de pequenos projetos. Entretanto, apesar do discurso política- mente correto, nem todas as pesquisas apoiadas pelo Programa conseguiram, efetivamente, a participação equitativa dos gêneros e o fortalecimento das mulheres.

A pesquisa que deu origem ao vídeo “Mosaico de Olhares” se revela, mais uma vez, digna de nota. A pesquisadora percebeu, durante as reuniões de apresentação da proposta, que as mulheres não participavam das atividades de longa duração, pois eram responsáveis pela comida. Preocupada com isso, fez uma alteração importante no planejamento da pesquisa, de modo que as atividades fossem mais freqüentes e com menor duração. Com isso, as mulheres podiam estar presentes: os encontros aconteciam à tarde e, pela manhã, elas preparavam a comida. No caso das oficinas de permacultura, também desenvolvidas no Assentamento Colônia I, as mulheres se queixaram de estarem “presas na cozinha”, ao invés de poderem participar integralmente. O resultado é que ganharam um diploma de auxiliar, diferente do dos homens, que estiveram presentes na totalidade das atividades do curso. De certa forma, pode-se dizer que, mesmo involuntariamente, a pesquisa acabou contribuindo para a manutenção da hierarquia entre homens e mulheres.

Em São João da Aliança, o projeto Mulheres das Águas se preocupou com a participação das mulheres na vida comunitária, possivelmente por causa da notável presença das mulheres em espaços tais como o grupo gestor do projeto. Espaços como este podem ser considerados tradicionalmente masculinos, por envolverem articulações políticas, aparições públicas e decisões amplas.

QUANDO A COMUNIDADE SENTE A RELEVÂNCIA DA PESQUISA... E DO(A) PESQUISADOR(A)

Um indicador importante de sucesso do Programa, no que tange à efetiva colaboração entre a pesquisa e a comunidade, na tão desejada comunhão de interesses e anseios, é a apropriação dos resultados pelas pessoas que participam das pesquisas. É fundamental que as informações e o conhecimento produzidos sejam compartilhados e atinjam a comunidade que, afinal de contas, colaborou na sua produção e é a maior interessada.

Durante nossa tentativa de verificar se o Programa havia cumprido seus objetivos, metamorfoseada em análise etnográfica dos resultados do Pesco, em inúmeras situações a relevância das pesquisas foi mencionada por aqueles que moram nas comunidades que acolheram os bolsistas ou

que trabalham nas entidades beneficiárias do PPP-ECOS. Foram citadas tanto aquelas contribuições materiais e palpáveis – como a construção do tanque de captação de águas das chuvas e o material audiovisual sobre a memória coletiva, ambas experiências realizadas no assentamento Colônia I – quanto aquelas mais difusas, imateriais e muitas vezes imprevistas, mais difíceis de enxergar, mas que apareceram com clareza nas falas sobre as pesquisas.

Alguns exemplos indicam que as pesquisas apoiadas pelo Programa fizeram sentido para as comunidades e não se limitaram a cumprir os rituais acadêmicos. Como o fato de um guia ecoturístico de São João da Aliança saber trechos decorados das monografias e dissertações ali desenvolvidas e falar com toda desenvoltura⁴ sobre as pesquisas, ou, também em São João, pessoas lerem as dissertações depositadas na biblioteca da prefeitura e usarem as pesquisas ali desenvolvidas para fazer seus trabalhos escolares.

No norte de Minas Gerais, onde muitas das pesquisas apoiadas pelo Pesco se realizaram, o impacto do Programa é difícil de mensurar especialmente porque alguns dos bolsistas já trabalhavam com as comunidades e cooperativas da região e se envolveram em inúmeras outras atividades para além da pesquisa apoiada pelo Programa. Nesses casos, as falas das pessoas da região durante a análise etnográfica dos resultados mostraram um grande reconhecimento. Em outros casos, como nas pesquisas sobre o manejo agroextrativista do pequi e da mangaba, desenvolvidas em contato estreito com a comunidade de Água Boa 2, houve resultados inesperados de grande relevância, segundo a comunidade: as marcas feitas pelos pesquisadores nas plantas, nas parcelas escolhidas para o acompanhamento, serviram para que as empresas de eucalipto soubessem que a região estava sendo estudada e se sentissem intimidadas de saírem derrubando as árvores da Chapada do Areião.

Em Japonvar, também no norte de Minas Gerais, foi feito ainda um estudo sobre o trabalho desenvolvido pela Cooperjap (Cooperativa de Catadores e Catadoras de Pequi), que mostrou a importância e a viabilidade das atividades extrativistas enquanto alternativa de coexistência entre o meio ambiente e a presença humana. A pesquisa ‘Análise sócio-econômica de produtos florestais não-madeiros como alternativa para a sustentabilidade do cerrado e o estudo de caso

4. Trata-se do Senhor Geraldo, um guia que esteve ligado desde o começo às pesquisas apoiadas pelo Pesco em São João D'Aliança.

da Cooperativa de Catadores de Pequi de Janpovar – MG’, analisou dez variedades de produtos florestais não-madeireiros, especialmente o pequi, oferecendo um panorama inédito da produção dessa cooperativa. Tal panorama foi importante para gerar reflexões que repercutiram na auto-organização do grupo. Ainda em Japonvar, a pesquisa ‘Desidratação, produção de frutos do cerrado cristalizados e suco de frutos do cerrado pronto para consumo em embalagem *Tetra Pak*’ estava tão afinada com as demandas da Cooperjap, que alguns de seus membros chamavam o trabalho do pesquisador de “nosso projeto”, revelando uma espontânea e real apropriação da pesquisa. Além disso, o projeto resultou na compra de uma desidratadora, responsável por aumentar consideravelmente a variedade e a durabilidade dos produtos dessa cooperativa.

Em Pirenópolis, a relevância das pesquisas ali desenvolvidas pode ser medida pelas sugestões apresentadas por uma bolsista no sentido de melhorar a produção de baru, que acabaram incorporadas pelas unidades produtoras de castanha. Ela sugeriu, entre outros pontos, que as unidades de beneficiamento fossem descentralizadas, ou seja, que cada uma das três comunidades coletoras tivesse sua própria unidade de extração da castanha (e produção de carvão), pois isso diminuiria consideravelmente o peso a ser transportado: afinal, o peso da castanha é ínfimo se comparado ao peso do fruto inteiro. O forno para produção de carvão com os resíduos do baru, desenvolvido por outra bolsista do Programa, tem sido usado constantemente apesar de o carvão apresentar uma ignição relativamente lenta, se comparado ao carvão comercial, e o processo emitir grandes quantidades de fumaça. O desenvolvimento do protótipo de um equipamento para extração da castanha que utiliza menos esforço humano foi apoiado pelo Programa e, em breve, serão realizados testes no local, por alguns meses, para sua incorporação à cadeia de produção do baru.

Vale lembrar que a relevância de trabalhos de pesquisa desse tipo nem sempre é palpável e mensurável. Isso não quer dizer que não sejam importantes, ou que não ofereçam contribuições, mesmo que de forma difusa e difícil de medir e caracterizar. A busca pelos legados dessas pesquisas pode ser mais bem sucedida se atentarmos para aspectos imprevisíveis, às vezes microscópicos, raramente

percebidos por um olhar apressado, mas cujos efeitos podem ser sentidos a médio e longo prazo, tanto para a comunidade como para os pesquisadores.

RETORNO ESPERADO E EXPECTATIVAS RETORNADAS

Existem inúmeras maneiras de dar algum retorno às comunidades ou entidades que acolheram as pesquisas. Apresentar os resultados obtidos com a pesquisa e deixar algumas cópias dos trabalhos escritos, em lugares de fácil acesso na comunidade, são as formas mais comuns, atualmente, de entender a necessidade desse “algum retorno”. É importante, porém, que esse retorno esteja balizado pela expectativa e pelos interesses locais. A maior parte dos pesquisadores apoiados pelo Pesco fizeram a apresentação dos resultados e deixaram um número satisfatório de cópias em pontos estratégicos nas comunidades onde estiveram.

Algumas dessas apresentações ficaram guardadas na memória de muitas pessoas, como foi o caso da história narrada durante a reunião de apresentação dos resultados de uma pesquisa feita em São João da Aliança. A história foi inventada pela bolsista para explicar para sua filha qual era seu trabalho e acabou por se transformar em uma inspiradora fábula, que alia a conservação do Cerrado das árvores tortas e frutos insinuantes à diversidade cultural (gente diversa) e ao combate do agronegócio, da monocultura, monoidéias e minotauros. A história “Na Terra das Árvores Tortas” vai se transformar em um livro, a ser usado na região, com apoio do pequeno edital do Pesco, acima mencionado.

Na apresentação da pesquisa sobre o uso antigo das plantas nativas do cerrado para os jovens, em Água Boa II, foi discutida a possibilidade da elaboração de duas cartilhas: uma, específica sobre a coleta de mangaba e outra, mais ampla, de etnobotânica, sobre o uso tradicional de plantas nativas pela comunidade. Esses produtos também estão sendo apoiados pelo Pesco.

Muito já se disse sobre o impacto das pesquisas sobre as comunidades, mas ainda há pouca reflexão sobre o caminho contrário: qual é o impacto das comunidades, de seus modos de vida e de seus conhecimentos sobre a academia? Uma bolsista, por exemplo, afirmou que a comunidade científica não confere muita credibilidade a essas pesquisas que envolvem uma metodologia mais “antropológica” e participativa, que realiza entrevistas com as pessoas e trabalha não só com as plantas, mas com o manejo feito pelas populações humanas.

Outra questão que foi tratada em alguns dos encontros entre bolsistas, orientadores e pessoas das comunidades é o contraste entre a riqueza da experiência da pesquisa de campo na comunidade e o formalismo dos ritos acadêmicos. Apesar das propostas de interdisciplinariedade de alguns departamentos universitários, arcabouços teóricos e metodológicos que dêem conta desse contraste e, conseqüentemente, da subjetividade inerente a essa situação, ainda estão por vir.

Nas palavras de Kiko, um poeta de São João D’Aliança: *“através das pesquisas, ficam amizadas e as pessoas se apegam porque é difícil você estudar uma comunidade e não se envolver com ela, tem que ser muito frio pra isso acontecer, então, você acaba desenvolvendo outras relações além da pesquisa...”*

O grande esforço de um programa como o Pesco é não frustrar as expectativas nem de seus bolsistas, propiciando, a medida do possível, condições para a pesquisa, nem das comunidades, tentando assegurar algumas garantias básicas, como o consentimento prévio informado e o compartilhamento dos benefícios da pesquisa. O desafio permanece.

Tabela 1 – Pesquisas apoiadas pelo Programa Pesca

1A – Primeira Chamada - 2006			
Pós-graduação			
Bolsistas	Curso / Universidade	Título da Pesquisa	Região da Pesquisa
Álvaro Alves Carrara	Mestrado em Desenvolvimento Sustentável/UnB	Reconversão Agroextrativista	Montes Claros/MG (Cooperativa Grande Sertão e do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas-CAA)
Anna Izabel Costa Barbosa	Mestrado em Desenvolvimento Sustentável/UnB	Tramando em-cantos do Forte – Saberes, Diálogo, Identidade: caminhos da emancipação	Projeto Mulheres das Águas – São João D'Aliança/GO
Cláudio R. dos Santos Jacintho	Mestrado em Desenvolvimento Sustentável/UnB	A Permacultura/Agroecologia como instrumento metodológico para a construção do desenvolvimento rural sustentável	Proj. de Assentamento Colônia I – Padre Bernardo/ GO
Fernanda L. Villas Boas	Mestrado em Desenvolvimento Sustentável/UnB	Mosaico de Olhares – um registro audiovisual da trajetória do Assentamento Colônia I – Padre Bernardo/GO	Proj. de Assentamento Colônia I – Padre Bernardo/ GO
Igor Homem de Carvalho	Mestrado em Desenvolvimento Sustentável/UnB	Potenciais e Limitações do extrativismo sustentável no Cerrado: uma análise comparativa de duas experiências – Frutasã e Grande Sertão	Projetos da Cooperativa Frutasã (sul do Maranhão) / Projetos da Coop. Grande Sertão (Montes Claros/MG)
Kelly da Silva Coutinho Detmann	Mestrado em Fisiologia Vegetal/ UFV	Papel das Micorrizas na adaptação de plantas nativas aos estresses abióticos do Cerrado: aspectos moleculares, morfo-anatômicos, fisiológicos e ecológicos.	Viçosa/MG e Mato Grosso do Sul
Luciana F. Bonfim Lopes	Mestrado em Desenvolvimento Sustentável/UnB	Meio Ambiente, Cultura e Representações Sociais: o Projeto Mulheres das Águas e os desafios para a sustentabilidade em São João da Aliança	Projeto Mulheres das Águas – São João D'Aliança /GO
Noara Modesto Pimentel	Mestrado em Ciências Florestais/UnB	Arranjo Produtivo do Baru (<i>Dipteryx alata</i>)	Projeto Baru – Pirenópolis/ GO

1A – Primeira Chamada - 2006			
Graduação			
Bolsistas	Curso / Universidade	Título da Pesquisa	Região da Pesquisa
Bruno Rodrigo Silva Diogo	Agronomia/UFMG (Montes Claros)	Estratégias para o monitoramento e multiplicação de sistemas agroflorestais na comunidade de Vereda Funda, Rio Pardo de Minas/MG	Rio Pardo de Minas/MG
Gabriel Antunes Daldegan	Geografia/UnB	Análise da distribuição espacial das áreas de extrativismo de capim dourado na região do Jalapão (TO) por sensoriamento remoto	Associação Capim Dourado – Jalapão/TO
Izabel Cristina P. Vaz Ferreira	Agronomia/UFMG (Montes Claros)	Influência dos diferentes preparados homeopáticos no crescimento e produção de abacaxi (<i>Ananás comosus</i>)	Montes Claros/MG (Cooperativa Grande Sertão)
Lilian Brandt Calçavara	Antropologia/UnB	Ecoturismo e Turismo Cultural em São João D'Aliança	Projeto Mulheres das Águas e AGEMA – São João D'Aliança/GO
Marcos Henrique Rodrigues Carvalho	Ciências Biológicas/UFMA	Efeito do tamanho populacional no processo de construção e aprovisionamento das células de cria de <i>Melipona (Michmelia) flavolineata</i>	Projeto Abelhas Nativas (AMAVIDA) - Maranhão
Rafaela Silva de Carvalho	Engenharia Florestal/UnB	Produtos Energéticos a partir de resíduos do Baru (<i>Dipteryx alata</i>)	Projeto Baru - Pirenópolis/GO

1B – Segunda Chamada - 2007			
Pós-graduação			
Bolsistas	Curso / Universidade	Título da Pesquisa	Região da Pesquisa
Aline L. de Mendonça	Mestrado em Ciência e tecnologia de alimentos/ UFG	Avaliação cinética de componente do baru	Goiânia – Piracanjuba/GO
Gabriel Antunes Daldegan	Geografia/UnB	Análise da distribuição espacial das áreas de extrativismo de capim dourado na região do Jalapão (TO) por sensoriamento remoto	Associação Capim Dourado – Jalapão/TO
Ana Carolina C. Teixeira	Mestrado em Desenvolvimento Sustentável/UnB	Participação social, microcrédito e ecoturismo: caminhos do desenvolvimento para o “pequeno” ser grande	São João D’ Aliança – Mulheres das Águas/GO
Isabela L. Portela Lima	Mestrado em ecologia/ UnB	Extrativismo, etnoecologia e manejo sustentável de mangaba (<i>Hancornia speciosa Gomez</i>) em Rio Pardo de Minas, MG	Comunidade de Água Boa 2 - Rio Pardo de Minas/MG
Priscila A. D. Silva	Mestrado em ecologia/ UnB	Ecologia e manejo de populações de <i>Butia capitata</i> (Martius) Beccari no norte de Minas Gerais	Rio Pardo de Minas/MG
Sandra R. Afonso	Mestrado em ciências florestais/ UnB	Análise sócio-econômica de produtos florestais não madeiros como alternativa para a sustentabilidade do cerrado e o estudo de caso da Cooperativa de Catadores de Pequi de Janpovar – MG	Janpovar /MG
Washington L. Oliveira	Mestrado em ecologia/ UnB	Etnobotânica, ecologia populacional e regeneração de <i>Caryocar brasiliense</i> (Camb) em Rio Pardo de Minas - MG	Rio Pardo de Minas/MG

Pesquisador com formação acadêmica			
Bolsistas	Instituição	Título da Pesquisa	Região da Pesquisa
Igor S. H. Carvalho	Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão Ltda.	Cooperativa Grande Sertão pela sustentabilidade do extrativismo no cerrado: identificação, proteção e manejo de áreas de coleta e plantas matrizes.	Montes Claros, Porteirinha e Sarranópolis de Minas/MG
Luiz Eduardo Guimarães	Centro de Estudos e Exploração Sustentável do Cerrado – CENESC e UFPB	Equipamento para extração de castanha do baru	Pirenópolis/GO
Nazareno S. Santos	Instituto Brasil Central - IBRACE	Georeferenciamento das comunidades tradicionais do Cerrado	Cidade de Goiás/GO e Cárceres/MT
Nivaldo Aparecido	Cooperjap	Desidratação, produção de frutos do cerrado cristalizados e suco de frutos do cerrado pronto para consumo em embalagem Tetra Pak	Janpovar/MG
Suzinei S. Oliveira	Associação dos Coletores do Cerrado de Pequizeiro	Avaliação dos impactos sócio-econômicos e ambientais da coleta extrativista de pequi no município de Pequizeiro – TO para promover o seu aproveitamento sustentável	Pequizeiro/TO
Pesquisador popular			
Bolsistas	Instituição	Título da Pesquisa	Região da Pesquisa
Diva Persson Tabile	Instituto Padre João Peter	Utilizando o nó de cachorro (Heteroptheris afrodisiaco) como nutriente no combate a desnutrição	Lucas do Rio Verde/MT
Maria das Graças Silva	Assentamento Santo Dias	Uso da homeopatia na produção do gado bovino na área do assentamento Santo Dias	Assentamento Santo Dias - Guapé/MG

Tabela 2 – Projetos apoiados no último edital do Pesco dirigido a ex-bolsistas

Modalidade Produto	
Bolsistas	Projeto
Isabela Lustz Portela Lima	Duas cartilhas: a primeira sobre uso e disponibilidade de plantas frutíferas e madeiras nativas do Cerrado na comunidade Água Boa 2, localizada no município Rio Pardo de Minas/MG e a segunda sobre o extrativismo de mangaba (<i>Hancornia speciosa</i> Gomes) na região.
Luciana F. Bomfim Lopes	Publicação do livro “Na Terra das Árvores Tortas”, uma história que reconstrói o contexto do local de pesquisa, relacionado-o à expansão da monocultura, à criação do Projeto Mulheres das Águas e à maneira com que os participantes tratam os conflitos socioambientais locais - São João D’Aliança/GO
Álvaro Alves Carrara	Intercâmbio de experiências entre comunidade rurais e formação agroecológica para lideranças, agricultores e agricultoras de comunidades impactadas pela monocultura do eucalipto na região do Alto Rio Pardo/MG.
Érica Lobato de Oliveira	Realização de vídeo em formato documentário sobre o ofício de raizeiras e raizeiros – suas práticas, modos de vida, forma como se relacionavam e se relacionam hoje com o Cerrado, expectativas para o “futuro do ofício” e outras possíveis abordagens que surjam ao longo da criação do roteiro que será elaborado de forma participativa/GO
Anna Izabel C. Barbosa	Publicação e distribuição para a comunidade do livro “Raízes de um lugar chamado Forte”, elaborado por estudantes e docentes da Escola de Ensino Fundamental Rural do Forte, município de São João d’Aliança/GO
Lilian Brandt Calçavara	Livro com a história do polonês Antonio Rebendoleng Szervinsk e de diversas comunidades tradicionais que descendem dele, registrando fatos do século dezoito até os dias atuais, contado em linguagem poética - São João D’Aliança/GO

Modalidade Retorno	
Bolsistas	Projeto
Sandra Regina Afonso	Capacitação dos membros da Cooperjap na elaboração de projetos de forma que permita à cooperativa ter acesso às políticas e programas propostos pelo governo federal para o fortalecimento das cadeias da sociobiodiversidade, visando a conservação do cerrado mineiro – Janpovar/MG.
Lilian Brandt Calçavara	Realização de um inventário do Patrimônio Imaterial da festa da Caçada da Rainha no Forte, valorizando a história local, reconstituindo personagens que não aparecem mais na festa, como os congos e os caretas e avaliando as transformações que o Forte tem vivido. Forte, município de São João d’Aliança/GO.



Artesanato de capim dourado e buriti: união do conhecimento tradicional e científico para o manejo sustentável e geração de renda

por Isabel B. Figueiredo, Isabel B. Schmidt e Maurício B. Sampaio¹

HISTÓRICO DA CONFECÇÃO ARTESANALED O EXTRATIVISMO

O artesanato de capim dourado e buriti é hoje conhecido em inúmeras cidades brasileiras, vendido em feiras populares e lojas de shopping centers de luxo e é eventualmente exportado. As cestarias, bijuterias, bolsas e outras peças cujo brilho natural impressiona colocaram a região do Jalapão e o estado de Tocantins no mapa do extrativismo e do artesanato do Cerrado e do Brasil.

O Jalapão é uma região com mais de 53.000 km² ao leste do estado do Tocantins, que possui a maior área contínua de Cerrado conservado dentro de Unidades de Conservação. A densidade populacional é de menos de um habitante por quilometro quadrado, sendo que a maior parte da população vive na zona rural. Os solos são frágeis e sujeitos a erosão. A economia da região foi tradicionalmente baseada em agricultura de subsistência e pecuária extensiva, nas áreas nativas de Cerrado, quadro que tem mudado bastante nos últimos anos através da difusão do artesanato de capim dourado e buriti, e do crescente turismo de aventura.

Este fenômeno, no entanto, é bastante recente; a venda de artesanato de capim dourado atingiu escala comercial relevante e passou a atravessar as fronteiras regionais do Jalapão a partir do final da década de 1990. As peças de capim dourado são costuradas com “seda” obtida de folhas jovens (“olho”) do buriti desde o início do século XX por comunidades indígenas Xerente para uso e troca. A confecção do artesanato foi aprendida por famílias afro-descendentes da comunidade da

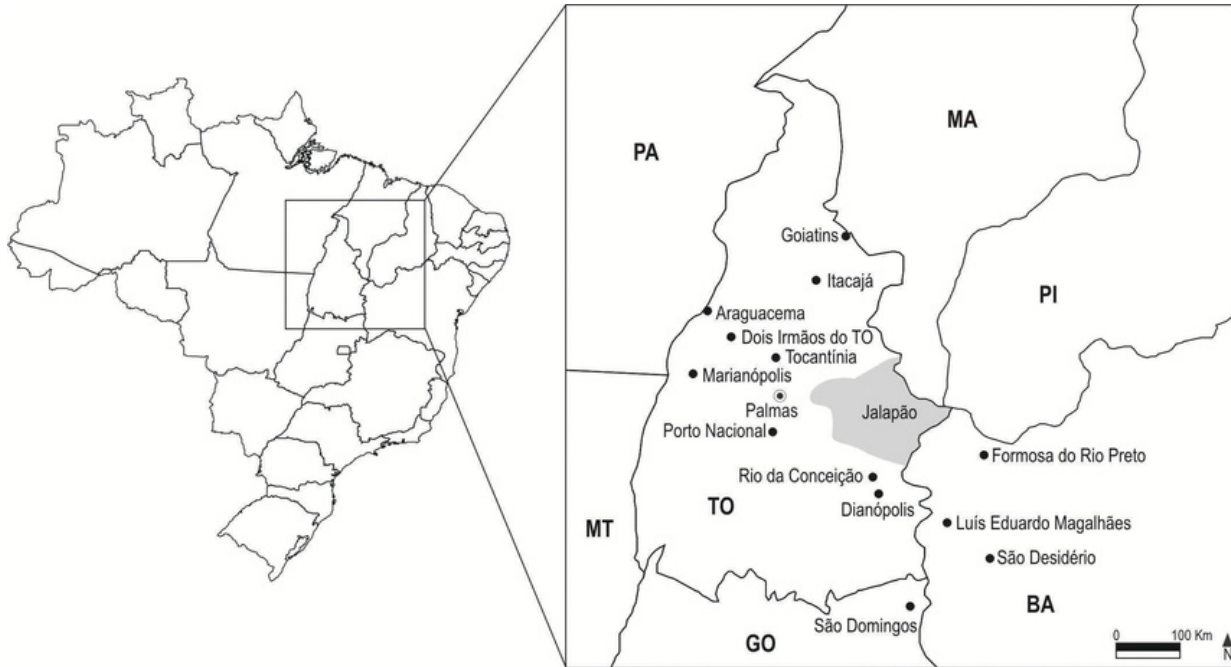
1. Isabel Figueiredo - assessora técnica do ISPN e voluntária da Pequi

Isabel Schmidt - analista ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), licenciada para doutoramento na Universidade do Hawaii, EUA, e voluntária da Pequi.

Maurício Sampaio - aluno de doutorado em Biologia Vegetal na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e voluntário da Pequi.

Mumbuca, na região do Jalapão, em torno de 1930, quando um grupo indígena acampou na região. Atualmente existem artesãos costurando o capim dourado em diversas regiões do Tocantins, no norte de Goiás e no oeste da Bahia. A região do Jalapão (em cinza) e algumas das outras localidades onde há confecção do artesanato estão indicadas na Figura 1.

Figura 1. Localização da região do Jalapão e das demais áreas onde há confecção de artesanato de capim dourado e buriti



O artesanato de capim dourado e buriti era confeccionado apenas para uso doméstico e trocas durante viagens a outras regiões pelos moradores da Mumbuca. As peças só eram vendidas aos esporádicos visitantes do Jalapão. A partir de 1996, o governo estadual e prefeituras, especialmente a de Mateiros, onde está localizado o Povoado da Mumbuca, passaram a incentivar a produção do até então pouco conhecido artesanato e a levar artesãos a feiras em Palmas e outros centros urbanos. Entre 1999 e 2001, houve um grande aumento no número de artesãos. O Sebrae Tocantins ofereceu cursos para o aprimoramento do artesanato em conjunto com a Fundação Cultural do Estado de Tocantins, o que garantiu as primeiras grandes vendas. Neste mesmo período, o Jalapão tornou-se um novo destino do turismo de aventura no Cerrado, também impulsionando vendas de artesanato. Ao ver sua atividade tradicional tornar-se importante fonte de renda e a ser explorada por um crescente número de pessoas em toda a região do Jalapão, os moradores da Comunidade da Mumbuca demonstraram preocupação quanto ao futuro do extrativismo na região. Esta comunidade, então já representada pela Associação dos Artesãos e Extrativistas do Povoado da Mumbuca, solicitou ao Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) estudos para garantir a sustentabilidade do extrativismo. Em 2002, o Ibama em parceria com a Organização Não-Governamental PEQUI – Pesquisa e Conservação do Cerrado, que já havia participado de uma expedição científico-conservacionista que embasou a criação da Estação Ecológica Serra Geral do Jalapão, iniciou pesquisas com foco no capim dourado. Inicialmente foi investigada a ecologia do capim dourado, abordando questões básicas até então desconhecidas tanto para os extrativistas, quanto para a ciência, sobre o seu ciclo de vida, demografia, reprodução, via sementes ou rebrotas e germinação das sementes. Além disso, um estudo etnoecológico buscou descrever formas de colheita das hastes de capim dourado (parte da planta usada para a confecção do artesanato) e manejo dos campos úmidos empregadas por extrativistas de diferentes comunidades do Jalapão. Foram realizados os primeiros estudos do efeito da colheita de hastes de capim dourado sobre as populações desta planta. Em 2004, o Programa de Pequenos Projetos (PPP-ECOS) apoiou a PEQUI na

realização de pesquisa enfocando o efeito do manejo com fogo e levantamento da diversidade de espécies herbáceas que ocorrem junto com o capim dourado nos campos úmidos. Adicionalmente, iniciou-se o estudo de avaliação dos efeitos do extrativismo de folhas de buriti para a obtenção da seda. Em 2006, por meio de um segundo apoio do PPP-ECOS, foi possível dar continuidade às pesquisas, aprofundando os estudos sobre os efeitos do manejo sobre o capim dourado e o buriti. Paralelamente às atividades de pesquisa, foi realizado um trabalho específico de orientação em gestão com as quatro mais importantes associações de extrativistas de capim dourado da região. Sempre planejadas e executadas com a colaboração de artesãos, extrativistas e dos gestores das Unidades de Conservação da região do Jalapão, as atividades de pesquisa foram fundamentais para responder as principais questões sobre o manejo. Os resultados foram integralmente absorvidos pelos extrativistas, pois os estudos foram direcionados para responder questões aplicadas ao manejo. Além do Ibama e do PPP-ECOS, a PEQUI contou com parceria de outras instituições como o Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins, a Universidade de Brasília e a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia.

UNIÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL E CIENTÍFICO EM BUSCA DA SUSTENTABILIDADE PRINCIPAIS RESULTADOS DAS PESQUISAS

O buriti (*Mauritia flexuosa*, Arecaceae) é uma palmeira de ampla distribuição geográfica na América do Sul e é uma planta fundamental para a subsistência de comunidades em quase todas as regiões em que a espécie ocorre. No Cerrado, o buriti é encontrado nas veredas e apesar da importância desta espécie para inúmeras comunidades rurais, para a manutenção da fauna e dos ciclos hidrológicos, são poucos os estudos sobre os efeitos causados pelo extrativismo.

Apesar do nome comum, o capim dourado (*Syngonanthus nitens*) é na verdade uma sempre-viva, da família das Eriocauláceas. A espécie é característica de campos úmidos que margeiam as veredas em todo o Cerrado brasileiro. Até o início destes trabalhos de pesquisa do Jalapão, os estudos sobre esta espécie restringiam-se apenas à taxonomia. Apesar da importância econômica do extrativismo

de outras espécies de sempre-vivas no Cerrado, são escassos os trabalhos sobre o uso econômico, ecologia e efeitos do extrativismo de sempre-vivas. No Jalapão, no ano de 2003, a maior parte dos artesãos e extrativistas declarava não ter conhecimento da existência de sementes de capim dourado e de sua possibilidade de germinação. Outros aspectos do ciclo de vida da planta, como tempo de vida e frequência de floração, eram também muito pouco conhecidos pelos extrativistas. Isso acontecia, pois, apesar de esta planta ser usada há muitas décadas, suas rosetas são pequenas e ficam rentes ao solo, encobertas pela densa vegetação graminosa dos campos úmidos, o que dificulta o acompanhamento de seu ciclo de vida pelos artesãos. Muito pouco se sabia sobre a reprodução sexuada da espécie (via sementes), mas os extrativistas já sabiam que as plantas de capim dourado são capazes de rebrotar, ou seja, de reproduzir-se vegetativamente, pois a planta ocorre freqüentemente em touceiras de rosetas.

Com auxílio de extrativistas da Mumbuca e da equipe do Parque Estadual do Jalapão, inflorescências de capim dourado foram coletadas quinzenalmente em veredas da região. As sementes encontradas nas coletas foram contadas e sua germinação acompanhada em laboratório. Com estes resultados, foi possível verificar o período de produção, amadurecimento e dispersão das sementes, conforme a figura 2. Agosto é o período de floração do capim dourado no Jalapão, sendo as sementes produzidas a partir do início de setembro. A dispersão das sementes ocorre a partir da segunda quinzena de outubro. As sementes têm alto potencial germinativo, em laboratório a taxa de germinação é em média de 92%. Apesar de não termos testado a germinação de sementes em condições de campo (algo muito difícil devido ao tamanho das sementes), sabemos que a germinação de sementes contribui muito para a conservação do capim dourado, pois cerca de 40% das novas plantas provêm de sementes, enquanto os outros 60% são originados de rebrota de rosetas já existentes (reprodução clonal ou vegetativa).

Figura 2. Calendário reprodutivo do capim dourado



2. Plantas adultas têm de 4 a 8 cm de diâmetro.
3. Período no qual as sementes são levadas pelo vento ou simplesmente caem ao chão próximo à planta-mãe

A colheita das hastes ocorria entre julho e novembro, no entanto, extrativistas mais experientes afirmavam que a colheita apenas é sustentável se feita a partir da segunda quinzena de setembro, quando as hastes já estão secas. Em julho e agosto as hastes já teriam atingido seu tamanho máximo, porém, ainda estariam imaturas, causando o desenraizamento das rosetas no momento da colheita e comprometendo o brilho das peças. Experimentos de campo confirmaram estas afirmações e mostraram que durante a colheita precoce (antes de meados de setembro), mais de 100 rosetas de capim dourado são desenraizadas por hora de colheita, por cada extrativista, o que é um grande empecilho para a conservação do capim dourado, já que estas rosetas poderiam sobreviver por vários anos e produzir hastes e sementes.

Resultados iniciais indicam que a colheita de hastes após a produção das sementes (a partir de meados de setembro) não afeta a sobrevivência, o crescimento e a reprodução do capim dourado. No entanto, verificamos que parte da colheita de hastes estava sendo feita durante a floração do capim dourado, ou seja, antes da produção das sementes. Desta forma, a colheita precoce estava inviabilizando a produção de parte significativa das sementes, responsáveis por 40% das plantas novas. A colheita precoce já havia sido citada como responsável pelo declínio de populações de outras sempre-vivas em Minas Gerais, onde o extrativismo comercial de Eriocauláceas ocorre há mais de um século. Apesar do conhecimento dos extrativistas mais experientes e devido ao aumento da demanda pelos produtos e o fato da colheita ser realizada em terras públicas, comunais ou terras “sem-dono” (em que os donos não estão presentes), as colheitas se tornaram cada vez mais precoces, como forma de garantia de obtenção da matéria-prima antes de outros extrativistas. Com isso, a colheita estaria afetando ainda mais a produção de sementes⁴ de capim dourado.

Em 2004, diante da crescente demanda por matéria-prima, após negociação com associações locais e levando em consideração o conhecimento tradicional e os resultados das pesquisas, o Naturatins (Instituto Natureza do Tocantins) publicou uma Portaria regulamentando a colheita de capim dourado na região do Jalapão. A legislação estabeleceu que a colheita de hastes de capim dourado deve ser feita apenas após o dia 20 de setembro, ou seja, após a produção da maior parte

4. Portaria Naturatins n.055/2004, depois atualizada pela Portaria n.092/2005 e a Portaria n. 362/2007, que estendeu as regulamentações de colheita para todo estado do Tocantins.

das sementes. Além disto, ficou estabelecido que as inflorescências devem ser cortadas das hastes logo após a colheita e espalhadas nos campos úmidos, garantindo assim a permanência das sementes no ambiente natural, já que a dispersão das sementes ocorreria apenas no final de outubro. Outra exigência da Portaria é que apenas estão autorizados a colher capim dourado artesãos ou extrativistas ligados a uma associação de artesãos. Esta medida teve por objetivo fortalecer as associações locais, bem como transformá-las em parceiras do Estado na implementação e fiscalização das normas.

O estabelecimento da Portaria não causou impacto negativo sobre a atividade extrativista, uma vez que as inflorescências são usadas apenas em pequenas quantidades para ornamentação de algumas peças, o que continua a ser permitido. A opção de exigir que a colheita fosse feita apenas após a dispersão natural das sementes, ao final de outubro, foi descartada rapidamente devido ao início de ocorrência das chuvas neste mês o que causa redução do brilho das hastes e comprometeria a qualidade do artesanato. Assim, a norma foi estabelecida em favor da conservação da espécie, ao permitir a produção de sementes e sua permanência no campo úmido, mas ao mesmo tempo respeita os requisitos para manter a qualidade e a viabilidade econômica do artesanato.

O MANEJO DOS CAMPOS ÚMIDOS COM FOGO

Enquanto a história de vida do capim dourado, suas formas de reprodução e o tempo necessário para uma planta florescer pela primeira vez eram bastante desconhecidos pelos extrativistas, um consenso era evidente: todos os extrativistas alegavam que o fogo estimula a floração do capim dourado. Segundo os extrativistas, a ocorrência de queimadas na seca de um ano estimula a floração da planta no ano seguinte. Isto porque a queima reduziria a competição por luz e “desabafaria” as rosetas de capim dourado permitindo a estas uma maior floração na seca do ano seguinte. Segundo este conhecimento tradicional, o manejo do capim dourado consistiria na queima dos campos úmidos a cada dois anos, com colheitas de hastes no ano seguinte à ocorrência de queimadas. Devido à existência de muitos campos úmidos no Jalapão, nem todos eles são queimados a cada dois anos, no entanto, o aumento da demanda por hastes de capim dourado tem levado a um aumento da

freqüência de queimadas nestas áreas. As queimadas são a forma mais barata e antiga de manejar as savanas de todo o mundo e são também utilizadas para a renovação das pastagens naturais utilizadas para alimentar o gado durante a estação seca e preparar áreas de cultivo (roças), o que aumenta ainda mais a freqüência de utilização do fogo no Jalapão.

Uma vez parceiros das ações de pesquisa, os moradores das comunidades do Jalapão passaram a demandar estudos que enfocassem o efeito do fogo sobre o capim dourado. Assim, em 2005 e 2006, foram realizados experimentos em três campos úmidos dentro do Parque Estadual do Jalapão (PEJ) para avaliar o efeito de queimadas experimentais sobre a espécie. As queimadas experimentais, ou seja, feitas propositalmente, contaram com autorização do Naturatins e o apoio da Brigada de Incêndios do PEJ. Resultados de curto prazo destes estudos indicam que a ocorrência de queimadas com intervalos de dois e três anos de fato eleva o número de indivíduos floridos de capim dourado em uma área, não tendo sido encontrados efeitos sobre a sobrevivência, reprodução e crescimento das plantas, ou época de produção de sementes.

Estes resultados confirmam o conhecimento das comunidades e indicam que o uso do fogo, a exemplo do que ocorre em outras regiões e fisionomias do Cerrado, provavelmente continuará sendo usado como ferramenta de manejo dos campos úmidos do Jalapão. É importante considerar, no entanto, que o fogo não é benéfico para todas as espécies de plantas e animais dos campos úmidos e que queimadas muito frequentes – anuais ou a cada dois anos – tendem a causar empobrecimento do solo, redução da diversidade de plantas, diminuição da cobertura vegetal, devido à mortalidade de plantas, e erosão. O desafio atual das comunidades e dos órgãos ambientais que atuam no Jalapão é de promover o uso de queimadas controladas. O manejo adequado do fogo pode contribuir para a geração de renda por meio do artesanato do capim dourado e da pecuária extensiva praticada nos campos naturais e para a conservação dos campos úmidos, uma vez que ao obter renda do extrativismo do capim dourado, os moradores locais protegem estas áreas da degradação ou da conversão para agricultura. No entanto, queimadas excessivas podem empobrecer os campos úmidos, comprometer o artesanato e prejudicar as matas de galeria, veredas e a qualidade da água da região.

Para que a produção e comercialização do artesanato de capim dourado fossem de fato sustentáveis, se faziam necessários estudos sobre os efeitos do extrativismo de folhas jovens de buriti, de onde é obtida a “seda” para a costura do artesanato. Assim, a partir de 2005, foram realizados estudos sobre as formas de colheita das folhas jovens de buriti, estrutura das populações da espécie, taxa de produção de folhas e efeitos da colheita de folhas sobre o buriti. No Jalapão, os extrativistas colhem folhas jovens de buritis não-reprodutivos, com altura entre 4 e 10 metros, isto porque a seda obtida das folhas jovens de buritis com menos de 4 m é muito curta, inadequada para o artesanato, enquanto que palmeiras mais altas, com tronco acima do solo são difíceis de escalar. Para a colheita de folhas jovens, extrativistas usam os talos das folhas secas como uma escada, para atingir o centro da copa da palmeira, de onde uma folha nova emerge por vez. Verificou-se em curto prazo que o extrativismo de folhas jovens, da forma e intensidade que tem sido praticado pelos artesãos, não causa danos ao crescimento e a sobrevivência do buriti. Porém, algumas simples recomendações de manejo devem ser adotadas para minimizar possíveis impactos do extrativismo.

A maior parte dos artesãos do Jalapão acreditava que o buriti produz uma folha a cada Lua Nova, ou seja, uma vez por mês. No entanto, a taxa de produção de folhas verificada nos estudos de campo foi de 1 a 5 folhas novas por ano. A discrepância entre a impressão dos extrativistas e a taxa real de produção foliar pelos buritis pode levar a sobre-exploração deste recurso natural. Para evitar que isso ocorra, recomenda-se que os extrativistas não colham duas folhas novas seguidas de um mesmo buriti. Esta recomendação, que é consenso entre extrativistas mais experientes, pode ser facilmente seguida já que as folhas jovens são colhidas por meio de um corte transversal no talo da folha e a parte cortada permanece na planta por vários anos. Assim, ao selecionar um buriti para a colheita da folha jovem, os extrativistas identificam com facilidade se já houve ou não, a produção de novas folhas após a colheita anterior. Essa forma de manejo sempre foi praticada, principalmente por extrativistas mais experientes e que se preocupam em não colher excessivamente as folhas de um único buriti, para que este possa manter a quantidade de folhas necessária para seu crescimento e sobrevivência

Além disso, os extrativistas devem colher as folhas em locais distantes das comunidades, evitando concentrar as atividades de coleta em apenas algumas dezenas de indivíduos de buriti que podem ficar sobrecarregados. Outra constatação do estudo é que palmeiras com mais folhas abetas, ou seja, com maior capacidade de fazer fotossíntese, produzem fibras (ou seda de buriti) mais compridas, o que facilita a costura e aumenta o rendimento do artesanato. Buritis com mais folhas abertas tendem a ter maior capacidade de compensar a perda de uma folha, quando colhida pelos extrativistas. Portanto, recomenda-se que as folhas jovens sejam colhidas de buritis que possuam de preferência mais de seis folhas abertas.

GESTÃO DAS ASSOCIAÇÕES

Além da sustentabilidade ambiental, é fundamental atingir a sustentabilidade econômica, almejando tornar as associações mais capazes de negociar e realizar vendas do artesanato a preços mais justos, terem maior organização interna e também maior controle social (principalmente com relação ao atendimento das boas práticas de manejo e coleta do capim dourado e buriti por parte dos associados). Estes são elementos que garantem a conservação dos recursos naturais, o aumento da renda e melhoria de qualidade de vida aos artesãos. Em busca de atingir esta realidade, foi realizada uma assessoria para dar suporte à gestão das quatro principais associações do Jalapão. As associações receberam visitas periódicas⁵ de uma economista que auxiliou os membros das diretorias a melhorar as estratégias de *marketing*, a forma de registro de documentos, a preparação de prestações de contas, livros de registros, planilhas em Excel para controle das vendas e da contabilidade, entre outros aspectos de gerenciamento.

Diversas ações no sentido de melhorar a capacidade de vendas das associações puderam ser concretizadas. Foram preparadas etiquetas para os produtos contendo informações sobre as associações e os critérios de manejo por elas adotados, cartões de visita, além de um catálogo voltado para o mercado atacadista com uma grande diversidade de modelos de peças, dimensões, um pequeno histórico do artesanato e das ações de pesquisa, e os contatos das associações. Estes materiais foram

5. Associação Capim Dourado do Povoado da Mumbuca; Associação Comunitária dos Extrativistas, Artesãos e Pequenos Produtores do Povoado do Prata; Associação Comunitária dos Artesãos e Pequenos Produtores de Mateiros e; Associação do Capim Dourado Pontaltense.

utilizados para divulgar o trabalho das associações durante uma feira internacional em São Paulo. Além da ampla divulgação, as artesãs das associações puderam oferecer diretamente seus produtos em lojas especializadas e visitar fornecedores de materiais utilizados no acabamento das peças.

Apesar de várias melhorias terem sido incorporadas pelas associações, o êxito desta ação foi bem menor do que o esperado devido a dificuldades causadas pelo despreparo dos membros das diretorias para as atividades que lhes são designadas, constantes mudanças na composição das diretorias das associações, descontinuidade do trabalho realizado pelas várias gestões e ausência de assessoria permanente nos municípios.

CONCLUSÃO E PRÓXIMOS PASSOS

As ações de pesquisa continuam a ser realizadas enfocando efeitos de longo prazo (período de cinco anos) do fogo e da colheita de hastes sobre o capim dourado e da extração de folhas jovens sobre o buriti. Nesta nova etapa, com apoio da Universidade de Campinas, Universidade do Havaí, International Foundation for Science (IFS), Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Quatro comunidades rurais estão envolvidas diretamente nas pesquisas participando das atividades de campo, emprestando parcelas de suas áreas para experimentos, interpretando os resultados parciais e elaborando novas questões ecológicas.

Consideramos como fundamental para o alcance dos resultados a realização de reuniões periódicas com artesãos das comunidades rurais e áreas urbanas do Jalapão e entorno, com o intuito de informá-las sobre as ações realizadas e os resultados, conforme vão sendo encontrados. Com base nestes encontros, foi elaborada uma cartilha sobre boas práticas de manejo de capim dourado e buriti que foi amplamente divulgada em toda a região e em outras regiões do Tocantins e Bahia, onde também se trabalha o artesanato de capim dourado.

Entre erros e acertos, consideramos esta história um exemplo de pesquisa aplicada, com envolvimento comunitário e influência em políticas públicas, que tem contribuído para a melhoria da

56

qualidade de vida das comunidades do Jalapão, para a fixação dos trabalhadores no meio rural e para a conservação do Cerrado. Acreditamos que, ao obter renda a partir de um recurso natural, os extrativistas valorizarão cada vez mais o Cerrado, evitando converter áreas naturais em monoculturas e mantendo a vegetação nativa destes ecossistemas tão sensíveis e fundamentais para os ciclos hidrológicos do Cerrado, que são os campos úmidos e as veredas.

QUER SABER MAIS?

57

BORGES J. & MONTEIRO M. 2003. O ouro do Jalapão - no estado do Tocantins, planta típica muda a vida da população. Problemas Brasileiros, p. 12 -15.

FIGUEIREDO I.B. 2007. Efeitos do fogo em populações de capim dourado (*Syngonanthus nitens*; *Eriocaulaceae*) no Jalapão, TO. Departamento de Ecologia. Universidade de Brasília, UnB. Brasília, DF.

FIGUEIREDO I.B., SCHMIDT I.B. & SAMPAIO M.B. 2006. Manejo sustentável de capim dourado e buriti no Jalapão, TO: Importância do envolvimento de múltiplos atores. Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia. 1ª ed. Recife: NUPEEA - Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, v. 3, p. 101-114.

FIGUEIREDO I.B., SCHMIDT I.B., SAMPAIO M.B. & GOMES, R.A. 2008. Catálogo “Capim dourado, design popular do Jalapão: manejo comunitário sustentável”. PEQUI - Pesquisa e Conservação do Cerrado. Brasília, DF.

FRANÇA, H.; RAMOS-NETO, M.B. & SETZER, A. 2007. O fogo no Parque Nacional das Emas. Série Biodiversidade 27. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Brasília, DF.

GIULIETTI N., GIULIETTI A.M., PIRANI J.R. & MENEZES N.L. 1988. Estudos em sempre-vivas: importância econômica do extrativismo em Minas Gerais. Acta Botanica Brasilica, v.1, p. 179-193.

REZENDE J.M. 2007. Florística, fitossociologia e a influência do gradiente de umidade do solo em campos limpos úmidos no Jalapão, Tocantins. Departamento de Engenharia Florestal. Universidade de Brasília, UnB. Brasília, DF.

SAMPAIO M.B., SCHMIDT I.B. & FIGUEIREDO I.B. 2008. Harvesting effects and population ecology of the buriti palm (*Mauritia flexuosa* L. f.; *Arecaceae*) in the Jalapão region, central Brazil. Economic Botany v. 62, p. 171-181.

SCHMIDT I.B. 2005. Etnobotânica e ecologia populacional de *Syngonanthus nitens*: “sempre-viva” utilizada para artesanato no Jalapão, TO. Departamento de Ecologia. Universidade de Brasília, UnB. Brasília, DF.

SCHMIDT I.B., FIGUEIREDO I.B., BORGHETTI F. & SCARIOT A.O. 2008. Produção e germinação de sementes de “capim dourado”, *Syngonanthus nitens* (Bong.) Ruhland (*Eriocaulaceae*): implicações para o manejo. Acta Botanica Brasilica, v. 22, p. 37-42.

SCHMIDT I.B., FIGUEIREDO I.B. & SAMPAIO M.B. 2007. Cartilha “Capim dourado e buriti: práticas para garantir a sustentabilidade do artesanato”. PEQUI - Pesquisa e Conservação do Cerrado, Brasília, DF.

SCHMIDT I.B., FIGUEIREDO I.B. & SCARIOT A.O. 2007. Ethnobotany and effects of harvesting on the population ecology of *Syngonanthus nitens* (Bong.) Ruhland (*Eriocaulaceae*), a NTFP from Jalapão region, central Brazil. Economic Botany, v. 61, p. 73-85.



Um projeto na cabeça e uma câmera na mão¹

Por Mônica Nogueira²

59

A leitura do mundo precede a leitura da palavra. Paulo Freire

A justiça social global não é possível sem uma justiça cognitiva global. Boaventura de Sousa Santos

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da tecnologia digital tem permitido que um número cada vez maior e diversificado de pessoas, em todo o mundo, produza audiovisuais a partir de celulares, câmeras digitais, filmadoras e outros dispositivos móveis. Os sites de compartilhamento de vídeos, por sua vez, dão ampla publicidade a essas produções, que compreendem um grande espectro de expressões, que vão das iniciativas artísticas de vanguarda às tomadas caseiras de eventos familiares. A democratização do acesso a recursos audiovisuais é uma realidade e tem estimulado não só o desenvolvimento de novas tecnologias, mas também de novas formas e fins para a produção audiovisual.

O Vídeo-Projeto está na esteira desse processo. Isso porque lança mão do audiovisual como suporte para a comunicação de projetos e o faz com o intuito de ampliar o acesso de povos e

1. Agradecimentos a Carlos Machado, Marta Penner, Nando Carrazza, Patrícia Costa, Sílvia Guimarães e Sofia Fernandes, membros da equipe da Casa Verde que participaram em diferentes etapas do desenvolvimento do Vídeo-Projeto.

*2 Professora da Faculdade de Planaltina (FUP), Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora associada de A Casa Verde – cultura e meio ambiente.
Email: celeida@unb.br.*

comunidades tradicionais a recursos de fontes de apoio, como o Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS).

A metodologia, apelidada de Vídeo-Projeto, integra também outras ferramentas como mapas mentais, desenho e teatro e foi desenvolvida em diálogo com povos indígenas e comunidades negras rurais, localizados em estados da área nuclear do bioma Cerrado, com o apoio do PPP-ECOS.

Ao lado da metodologia, esse processo trouxe à tona questões interessantes a respeito das barreiras ou dificuldades que se interpõem no caminho das comunidades que buscam apoio para a realização de seus projetos e das possibilidades e limites de traduções interculturais nesse campo. Conforme Boaventura de Sousa Santos, a tradução pode ser entendida (e exercitada) como “procedimento para criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo” (2006: 123). O Vídeo-Projeto, como uma experiência de tradução, apóia-se no pressuposto de que é possível uma apropriação das inovações tecnológicas produzidas pela cultura ocidental moderna, em favor do diálogo intercultural com povos e comunidades tradicionais.

Para melhor descrever os contornos adquiridos pela iniciativa, esse artigo procura contextualizá-la, apontando as motivações e circunstâncias que a originaram. Em seguida, e em ordem cronológica, são narradas as atividades realizadas para fins de experimentação e desenvolvimento da metodologia do Vídeo-Projeto. O relato é entremeado por destaques dos achados conceituais e metodológicos, que resultaram do trabalho e, por fim, definiram a ferramenta como uma alternativa aos convencionais formulários de apresentação de projetos.

POR QUE BUSCAR UMA ALTERNATIVA AOS FORMULÁRIOS

A sociodiversidade associada ao Cerrado, infelizmente, ainda é pouco conhecida pela sociedade brasileira. De modo geral, o imaginário nacional é remetido a outras paisagens quando o assunto são povos indígenas, quilombos e demais comunidades tradicionais - não obstante o investimento de inúmeros atores sociais para visibilizar a diversidade cultural que, ao lado da diversidade biológica, faz do Cerrado um valioso acervo de recursos naturais e saberes e fazeres a ele associados. O PPP-ECOS

3. De acordo com o Decreto Presidencial nº6040/07, são Povos e Comunidades Tradicionais “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. A categoria, assim, abrange povos indígenas, remanescentes de quilombos e demais grupos que comungam das características descritas acima.

integra esses esforços, desempenhando importante papel no campo socioambiental, sendo, até o momento, o único programa de apoio a projetos com atenção prioritária sobre o Cerrado. Além disso, dado o seu formato, relativamente mais fácil, e sendo dirigido a iniciativas de pequeno porte (Nogueira, 2005), o PPP-ECOS foi e é, para muitos grupos, a oportunidade do primeiro projeto. Somadas a prioridade dada ao bioma, à simplicidade de seus mecanismos e disposição para apoiar grupos com pouca ou nenhuma experiência na proposição e execução de projetos, o PPP-ECOS esteve em condição de contribuir, sobremaneira, para a própria estruturação do campo socioambiental do Cerrado. Não por acaso, grande parte das principais iniciativas de uso sustentável e comunitário da biodiversidade no bioma teve em algum momento de sua história o apoio do PPP-ECOS – sendo, frequentemente, se não o primeiro, um dos apoios iniciais. Assim, em 14 anos de implementação no Brasil, o programa conta com a mais ampla e diversificada carteira de projetos, seja do ponto de vista das ações ou dos beneficiários (assentados da reforma agrária, agroextrativistas, povos indígenas, quilombolas etc.), situados em grande parte dos estados da área nuclear do Cerrado e em encaves na Amazônia, Caatinga e Pantanal.

Sendo uma premissa do programa que povos e comunidades tradicionais são aliados naturais na conservação do Cerrado, o apoio a projetos que tenham nesse público seus protagonistas e/ou beneficiários diretos também é prioritário para o PPP-ECOS. No entanto, e não obstante a relativa simplicidade do programa, parte significativa dos projetos que têm povos e comunidades tradicionais como beneficiários diretos ainda conta com a mediação de organizações não governamentais (ONGs). Nesse arranjo, cabe às ONGs a coordenação das atividades de planejamento, elaboração textual do projeto e captação de recursos para sua execução. Se aprovado o projeto, as ONGs frequentemente se mantêm à frente na interlocução com a fonte de apoio, absorvendo as atividades características da gestão técnico-administrativa do projeto: relatoria, controle financeiro, prestação de contas e correspondências (Nogueira, 2005).

Esse movimento vertical realizado pelas ONGs (Barros, 1996), das comunidades às fontes de apoio a projetos, sem dúvida, atribui a essas organizações um papel importante no desenho e implementação

de iniciativas de desenvolvimento local, com base no uso sustentável da biodiversidade nativa. Em larga medida, a maior ou menor concentração de projetos apoiados pelo PPP-ECOS reflete as tramas do tecido social nas localidades abrangidas pelo bioma Cerrado, de modo que é fácil reconhecer aquelas em que há a presença atuante de ONGs. Sendo assim, é de se supor que, onde a ação dessas organizações não é manifesta, provavelmente há comunidades com dificuldades de acesso a fontes de apoio a projetos. Por outro lado, no caso específico do PPP-ECOS, e tendo em vista a extensão do bioma Cerrado, é difícil estimar quantos e quais são os povos e comunidades tradicionais que ainda não tiveram acesso ao programa - com a exceção dos povos indígenas com terras já demarcadas e os remanescentes de quilombos em processo de reconhecimento, visto que para esses pode-se dispor de dados oficiais de órgãos do Governo Federal.

Entre os povos indígenas, praticamente todas as propostas elegíveis submetidas ao PPP-ECOS foram contempladas, pelo menos na segunda tentativa, o que corresponde a 54 dos 318 projetos da carteira do programa, envolvendo 28 etnias (Aikanã, Apinajé, Bakairi, Bororo, Canela-Apãnjekra, Canela-Ramkokamekra, Gavião, Guarani-Kaiowá, Ikpeng, Karajá, Kaiabi, Krahó, Krenak, Krikati, Kwazá, Latundê, Makuxi, Maxakali, Myky, Nambiqwara, Pareci, Suyá, Terena, Trumai, Wapixana, Xakriabá, Xavante e Yudja). Dentre os povos indígenas com população e área significativa no Cerrado, apenas os Javaé e Xerente não receberam apoio direto do PPP-ECOS, até o momento.

No caso das comunidades remanescentes de quilombos, o PPP-ECOS também vem ganhando alcance, apoiando as Comunidades do Cedro, em Mineiros (GO), Mumbuca e Prata, em Mateiros (TO), Caatinga, em João Pinheiro (GO), São Pedro do Alagadiço, Santiago, Trovoadas e Quilombo, em Minas Novas (MG). A partir de 2009, foi apoiado projeto proposto pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES) que mobiliza 74 comunidades quilombolas do estado de Minas Gerais em torno do tema da titulação de territórios.

Outras comunidades que se enunciam como comunidades tradicionais, a saber: quebradeiras de coco, nos estados de Tocantins e Maranhão, geraizeiros, no Norte de Minas Gerais e Oeste da Bahia, já tiveram acesso e apoio do programa às suas iniciativas de desenvolvimento local, com base no

4. Dados de 2009, extraídos da carteira de projetos do PPP-ECOS.

5. Pode-se considerar que esses povos tenham sido beneficiários indiretos do programa, por meio dos projetos de criação e fortalecimento da Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC).

uso sustentável da biodiversidade. Mas é justamente dessas comunidades tradicionais, nem indígenas, nem quilombolas, que menos informações se dispõe para avaliar o alcance do PPP-ECOS. Assim, à pergunta “Quais são os povos e comunidades tradicionais ainda não abrangidos pelo programa?” não é dada uma resposta suficiente, devido à dificuldade de identificar, quantificar e localizar esses grupos. Tampouco é plenamente conhecido o que restringe, de modo geral, o acesso de povos e comunidades tradicionais às fontes de apoio a projetos, como o PPP-ECOS, na ausência das ONGs – embora se possa partir de algumas hipóteses.

O PPP-ECOS lança editais anuais para seleção de projetos, desde a sua criação no Brasil, em 1994. Contudo, a renovação do conjunto de beneficiários do programa é menor do que se poderia esperar, tendo em vista a extensão territorial e densidade demográfica no Cerrado. Os processos de seleção são concorridos; em média aprova-se um em cada sete projetos apresentados ao programa. Além do edital, que descreve objetivos, linhas temáticas, prazos e regras gerais para apresentação dos projetos, o programa dispõe de um formulário para esse fim, composto por perguntas e planilhas (Plano de Trabalho e Orçamento), a serem preenchidas pelas organizações proponentes. Portanto, ainda que a Coordenação Técnico-Administrativa (CTA) e o Comitê Gestor Nacional (CGN) no Brasil sejam especialmente receptivos às proposições de organizações de base comunitária, pode-se supor que as propostas com maior qualidade técnica acabem adquirindo vantagens na seleção – no mínimo por apresentarem mais claramente os objetivos e ações propostas e/ou por melhor atenderem às exigências formais do programa, em termos de enquadramento temático. Hoje, na carteira do PPP-ECOS há um bom número de projetos, cujas proponentes são organizações de base comunitária, mas é também sabido que grande parte dessas organizações buscou alguma forma de assistência técnica para a elaboração e/ou apresentação do projeto, nos moldes exigidos pelo programa.

Assim, os instrumentos, adotados pelo PPP-ECOS no processo de seleção (edital e formulário) parecem ainda representar um fator de dificuldade no acesso de povos e comunidades tradicionais ao programa – sobretudo, pelas competências de leitura, compreensão e escrita exigidas para seu uso. De forma secundária, se não derivada desse primeiro fator, a dificuldade de acesso seria

incrementada naqueles lugares em que não há atores sociais (como as ONGs) com as competências e disponibilidade necessárias para assessorar os povos e comunidades tradicionais na elaboração de suas propostas. Por fim, o desconhecimento (parcial, mas não insignificante) sobre quais e onde estão localizados os povos e comunidades tradicionais do Cerrado deve, no mínimo, limitar o alcance da divulgação do PPP-ECOS, especificamente, junto a esse segmento.

Há alguns anos, essas questões estão colocadas para o programa, em nível global, especialmente após a Sétima Conferência das Partes da Convenção de Diversidade Biológica (COP 7), ocasião em que representantes indígenas de diversos países manifestaram-se a respeito do acesso ao⁶ *Small Grants Programme* (SGP) e ao que denominaram de “ciclo vicioso”, referindo-se à dependência a que se sentiam submetidos em relação às ONGs (Sawyer, 2005). Desde então, a Coordenação Global do SGP vem estimulando iniciativas nacionais para o desenvolvimento de novos mecanismos para a prospecção e/ou proposição de projetos ao programa, incluindo o uso de cartilhas, vídeo e oficinas de capacitação, como demonstrado no *Global Workshop* do SGP, realizado em Istambul, em 2003.

A adesão do PPP-ECOS aos esforços de ampliação do acesso de povos e comunidades tradicionais ao programa deu origem ao projeto “Metodologias Participativas para a Elaboração de Projetos Indígenas”, proposto e executado por A Casa Verde, organização sediada em Brasília - DF. O propósito original fora investigar as dificuldades de acesso e realizar experimentações com ferramentas diversas para o desenvolvimento de alternativas na proposição autônoma de projetos, por parte dos povos indígenas. A esse projeto, seguiu-se outro, que estendeu as experimentações a comunidades negras rurais e aprimorou o Vídeo-Projeto, enquanto metodologia de elaboração e apresentação de projetos e relatórios de atividades. Das experimentações, resultaram quatro projetos, dos quais três tiveram o vídeo como principal suporte.

A elaboração desses projetos e a sua posterior execução, por parte das próprias comunidades, refutam as suposições de que, para as dificuldades apresentadas no preenchimento de formulários, correspondessem dificuldades, igualmente significativas, na execução das atividades e recursos de um projeto.

6. Denominação do programa, no original em inglês. Assim, sempre que referido, no nível global, o programa será aqui designado pela sigla SGP, enquanto para a versão brasileira, seguirá sendo utilizada a sigla PPP-ECOS.

O vídeo revelou-se, não só uma ferramenta capaz de viabilizar o diálogo entre comunidades tradicionais e fontes de apoio a projetos, mas também lançou luz sobre outros constrangimentos culturais implicados na elaboração e/ou apresentação de projetos, além da exigência de pleno domínio da língua escrita.

ABRINDO PICADAS COM OS ÍNDIOS

As experimentações em torno do Vídeo-Projeto foram iniciadas em 2006. Foi uma opção metodológica, nessa fase, desenvolver o trabalho em diálogo com dois povos indígenas com diferentes históricos de contato: os Xakriabá e os Xavante.

No Norte de Minas Gerais, o povo Xakriabá ocupa uma área de 53 mil hectares, no município de São João das Missões. A reserva indígena criada em 1979 e homologada cerca de dez anos depois, integra 30 aldeias, numa zona de transições entre Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica. Originalmente, os Xakriabá ocuparam terras mais baixas, às margens do rio São Francisco, nas imediações de Itacarambi, MG. Disputas territoriais com os agentes da colonização, que tiveram início ainda no século XVII, empurraram os Xakriabá para terras mais áridas. Vítimas de ações de extermínio, apresamento e aldeamento, os Xakriabá foram dados como extintos por um longo período, tendo sua identidade étnica reafirmada somente a partir dos anos 1970, ao lado de reivindicações territoriais empreendidas pelo próprio grupo (Santos, 1997).

Os Xakriabá, hoje, ocupam-se da agricultura de subsistência e da criação de gado *pé duro* (espécie adaptada à paisagem árida do norte mineiro). Entre os mais jovens, alguns exercem funções de professores ou agentes de saúde nas aldeias, enquanto outros trabalham na sede do município, no comércio local ou na prefeitura de São João das Missões. Tendo perdido sua língua própria, os Xakriabá são falantes fluentes do português.

Os Xavante, diferentemente dos Xakriabá, retardaram o contato com a sociedade nacional até a década de 1940, deslocando-se para terras interiores. Grande parte dos Xavante, hoje, encontra-se no Mato Grosso, em sete diferentes terras indígenas. As aldeias são politicamente autônomas e,

não raramente, separadas por longas distâncias. Assim, os Xavante mantêm a identidade étnica, sem, contudo, constituírem uma unidade política. Os Xavante da Aldeia Tanguro, que participaram das primeiras experimentações do Vídeo-Projeto, encontram-se na Terra Indígena Pimentel Barbosa, no município de Canarana, MT.

Os Xavante têm preservada parte significativa dos traços culturais que lhe são particulares, inclusive a língua. Nesse sentido, vale destacar que, em Tanguro, apenas os homens falavam o português com fluência, no período de experimentações do Vídeo-Projeto.

Juntos, Xakriabá e Xavante compõem um par de casos extremos, em termos de alteridade com a sociedade nacional - sendo os Xakriabá tidos como *índios misturados* (Arruti, 1997) e os Xavante como mais distantes culturalmente. Para os fins do Vídeo-Projeto, eram bons casos para pensar sobre as dificuldades de acesso de povos indígenas às fontes de apoio a projetos, tanto quanto para investigar as possibilidades em termos de traduções interculturais.

Os Xakriabá já haviam tentado obter o apoio do PPP-ECOS, consecutivamente em 2002 e 2003, tendo apresentado dificuldades no preenchimento dos formulários de apresentação de projetos, bem como no enquadramento de suas propostas nas linhas de ação específicas do programa. À época, contavam com uma assessoria técnica intermitente de pesquisadores ou simpatizantes de suas causas, que se dispunham a auxiliá-los na elaboração de projetos. Em 2003, os Xakriabá obtiveram o primeiro apoio do PPP-ECOS, na modalidade *Planning Grant* – ou seja, um apoio inicial de US\$ 3 mil, para atividades de planejamento e/ou reformulação do projeto apresentado no edital daquele ano.

Os Xavante, por sua vez, já eram beneficiários do programa, por meio dos projetos Wedeze e Dasa Uptabi, apresentados respectivamente nos editais de 1998 e 2003 – o primeiro para enriquecimento de Cerrado com espécies nativas e o segundo para plantio de batatas nativas, em quintais agroflorestais da Aldeia Tanguro. Ambos os projetos contaram com a assessoria permanente de uma ONG, mas os Xavante manifestavam vivo interesse de se autonomizarem na proposição e execução de seus projetos - apesar de igualmente apresentarem dificuldades para compreender e preencher os formulários de aplicação do PPP-ECOS.

No salão da associação da Aldeia Xakriabá Barreiro Preto, cerca de 50 pessoas, entre jovens e adultos, mulheres e homens, trabalharam na elaboração do projeto *Água para Todos: Xakriabá em desenvolvimento sustentável* – o primeiro dos quatro projetos que resultaram das experimentações conduzidas pela equipe da Casa Verde. Nos moldes de um salão paroquial, o ambiente era amplo e fresco. Havia cartazes afixados à parede e um pequeno altar com imagens religiosas e flores de plástico. Os Xakriabá, como *índios caboclos*, são profundamente religiosos – de um catolicismo popular, sincrético e festivo, característico do Norte de Minas Gerais.

As atividades foram realizadas sob a forma de oficinas⁷ de elaboração de projetos, abrangendo etapas de planejamento comunitário, *tradução* e preenchimento de uma modalidade simplificada do formulário do PPP-ECOS. A intenção era, a um só tempo, capacitar o grupo nesse exercício, identificar quais os conceitos ou termos nos formulários representavam obstáculos à sua plena compreensão e, por fim, testar recursos diversos para operar uma adaptação desse instrumento, para uso de povos e comunidades tradicionais.

O projeto *Água para Todos* propunha a construção de cisternas de placa para captação de águas da chuva e abastecimento de uma escola e 19 residências da Aldeia Riachão, a 25 km da Aldeia Barreiro Preto. A escassez de água na Terra Indígena Xakriabá é um dos problemas mais críticos para o grupo. As cisternas de placa são reservatórios de água cilíndricos, cobertos e semi-enterrados. Construídas a base de ferro e cimento, são acopladas às casas⁸ por meio de calhas laterais que circundam os telhados, por onde a água das chuvas escorre até as cisternas. Em média, uma cisterna pode armazenar 16 mil litros de água das chuvas – o suficiente para cerca de oito meses de consumo doméstico (ou seja, para beber, cozinhar, escovar os dentes). Como as oficinas junto aos Xakriabá constituíram as primeiras atividades para investigação dos fatores de dificuldade na elaboração de projetos, conceitos e termos como objetivo, justificativa, cronograma de atividades, dentre outros, ainda foram os principais alvos de traduções e simplifi-

7. Refiro-me, aqui, não à conversão de um idioma para outro, mas apenas aos esforços de tornar inteligível alguns conceitos e termos, por meio de metáforas e exemplos diversos.

8. As cisternas de placa vêm sendo difundidas no Brasil, por meio do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: 1 Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), uma política pública do Governo Federal, em cogestão com a Articulação do Semiárido (ASA), um coletivo da sociedade civil. Na época das experimentações do Vídeo-Projeto, a política pública ainda não tinha alcançado os Xakriabá, mas já era uma forte referência.

cações. Nada de novo, visto que outras fontes, com atenção prioritária para povos e comunidades tradicionais, como a Carteira Indígena e a Coordenadoria de Agroextrativismo, ambos do Ministério do Meio Ambiente (MMA), já há algum tempo, lançam mão desse expediente. Também as cartilhas, elaboradas pelo *Programa de Pequenas Donaciones* (PPD) na Guatemala, seguiram nessa trilha. Os campos para a descrição de objetivos gerais e específicos nos formulários de projetos são então substituídos por questões mais amigáveis e autoexplicativas, como “O que a sua comunidade deseja realizar?”, “No quê será gasto o dinheiro doado pelo programa?”, “Quais atividades serão realizadas? Quando? Como?”. A cartilha do PPD da Guatemala também é fartamente ilustrada e conta com algumas traduções para o K’iche’ - língua de povos nativos da Guatemala.

Entre os Xakriabá, ainda que tenha sido adotada a estratégia de tradução/simplificação das questões do roteiro, chamou atenção da equipe da Casa Verde que o grupo designasse aos jovens professores indígenas protagonizar esses momentos nas oficinas. Assim, eram eles que vinham ao centro da roda e preenchiam as tarjetas com as respostas, num acordo tácito sobre a função que desempenhariam naquela ocasião: textualizar as posições da comunidade. Afinal, segundo justificou uma liderança: aos mais velhos cabe discutir estratégias e enraizar as ações na comunidade, dando-lhes legitimidade, porque os “velhos têm mais experiência de vida, são sabedores dos desejos da comunidade”; os jovens, por sua vez, detêm novas habilidades, como o domínio da leitura, da escrita e do uso de computadores, que os tornam mais aptos para situações como aquela. Uma sábia divisão de tarefas, sem dúvida. Mas, o que seguiu intrigando a equipe era que, ao assumir a dinâmica de perguntas e respostas mediadas pela escrita, tornou-se patente um decréscimo da participação do grupo, reproduzindo, de certa forma, as relações que se estabelecem entre assessores e comunidades na elaboração de um projeto: a comunidade participa nas decisões mais gerais, mas raramente de seu detalhamento, seja em termos dos riscos inerentes à iniciativa, dos recursos ou do tempo necessários para sua realização. Assim, a transcrição e detalhamento das ideias do grupo passam a ser tarefa de poucos. Mas, o que frequentemente se esquece é que muito do que se define nessa etapa acaba gerando repercussões importantes na execução do projeto.

A fim de procurar desenvolver uma dinâmica diversa de planejamento, de modo a manter a participação comunitária em todas as etapas de elaboração do projeto, durante as oficinas com os Xakriabá, a escrita foi sendo então substituída por outras formas de expressão, como o teatro e o desenho. A ideia era antes promover a discussão coletiva sobre a clássica seqüência: *o quê, por quê, como e quando realizar o projeto*, para só depois textualizá-lo. Depois de concebido de forma detalhada e participativa pela comunidade, então, o projeto seria redigido pela Comissão de Jovens e Professores, eleita pelo grupo. Tal redirecionamento metodológico foi decisivo para os desdobramentos que se seguiram.

Para exemplificar, o desenho foi utilizado para o planejamento de etapas e dos recursos necessários para a execução do projeto, com bons resultados. Tendo já definido, em linhas gerais, as diferentes atividades a serem realizadas no âmbito do projeto, o grupo se dividiu para desenhá-las. As ilustrações ofereciam riqueza de detalhes e foram produzidas com grande entusiasmo pelo grupo. Cada novo ingrediente despertava a memória para um seguinte e, assim, o planejamento das atividades do projeto antecipou o levantamento dos itens que compuseram, mais tarde, o orçamento – e vale destacar: foi o orçamento mais detalhado já visto pela equipe da Casa Verde. Na etapa para sua elaboração, o grupo reproduziu as colunas e linhas da planilha no chão da associação. Logo, uma área de cerca de 70 m² estava praticamente coberta com tarjetas indicando itens de despesa como cimento, cal, zinco, serrote e até cartões telefônicos para garantir o necessário diálogo com a fonte de apoio, durante a execução do projeto.

As oficinas foram, assim, marcadas pelo interesse e desembaraço dos Xakriabá nos exercícios de antecipação do futuro que implicam a elaboração de um projeto, ao mesmo tempo em que confirmaram a hipótese de que as habilidades de leitura, interpretação e escrita ainda constituem um dos principais fatores de restrição para o acesso de povos e comunidades tradicionais às fontes de apoio a projetos. Afinal, por outros meios, o grupo mostrou-se plenamente capaz de construir consensos na definição de um objetivo geral para o projeto, de planejar as atividades a serem realizadas para

a sua consecução, firmando prazos e responsáveis e identificando de forma detalhada os recursos (humanos e materiais) necessários.

Mas, no preenchimento mesmo do mais simples formulário de projetos são exercitadas outras competências. Além do domínio formal da linguagem escrita, exige-se também certa desenvoltura expressiva para textualizar a coordenação de aspectos quantitativos e qualitativos, conforme a lógica matricial que rege os formulários de projetos. Como a quase totalidade das fontes de apoio a projetos se utiliza dos formulários, às comunidades não restam outras saídas, senão concorrer em relativa desvantagem ou designar a redação de seus projetos àqueles que detenham todas as competências requeridas para esse exercício e se disponham a fazê-lo em seu favor – e, nesse último caso, a despeito do quanto isso possa significar em termos de perda de autonomia, como sugeria a queixa dos representantes indígenas na COP 7 sobre o “ciclo vicioso” que se estabelece na relação entre comunidades e ONGs.

Ora, Lévi-Strauss foi quem nos concedeu a mais contundente análise sobre as relações de poder que perpassam a escrita, tendo como ponto de partida (e inspiração) o testemunho de um incidente entre povos indígenas, que o antropólogo definiu como “o nascimento da escritura entre os Nambikwara” (1981: 292). Conta o autor, que numa reunião entre os Nambikwara e “outros bandos, aparentados ou aliados”, o chefe do grupo “tirou de um cesto um papel coberto com linhas tortas que fingiu ler e nos quais procurava, com uma hesitação fingida a lista dos objetos que eu devia dar em troca dos presentes oferecidos: a este, contra um arco e flecha, um sabre de cortar? A outro, pérolas! Para os seus colares... Essa comédia prolongou-se durante duas horas” (Ibid: 293). De volta ao seu acampamento, Lévi-Strauss rememora a performance do chefe Nambikwara e reconhece nela os sinais de uma apropriação, não cognitiva, mas sociológica da escrita, visto que o chefe não dispunha realmente de competências de leitura e escrita, mas antes esperava, com aquela conduta, causar a admiração nos seus companheiros, persuadindo-os de que “as mercadorias passavam por seu intermédio, que ele tinha obtido a aliança do branco e participava dos seus segredos”. Tratava-

se, portanto, da manipulação de um atributo de prestígio e autoridade ou, noutras palavras, numa mimética do exercício de poder que frequentemente está associado à escrita.

Ainda que preservadas as particularidades de cada situação, é possível aqui comparar o chefe Nambikwara de Lévi-Strauss à Comissão de Jovens e Professores Xakriabá. O decréscimo de participação do grupo, quando a Comissão entrou em exercício, assinala a distância social que frequentemente se estabelece entre os que dominam e aqueles que não dominam a escrita, nessas circunstâncias. Assim como, ao performar a leitura de uma lista de presentes, o chefe Nambikwara pretendeu adquirir autoridade sobre o grupo, os Xakriabá também atribuíram poder à Comissão, inclusive de decisão sobre aspectos importantes do projeto, com base no reconhecimento das competências de leitura e escrita de jovens e professores.

Não há dúvida quanto à importância do processo de escolarização dos povos indígenas no Brasil e do papel estratégico a ser desempenhado por seus professores na interlocução com a sociedade nacional. Mas o que se quer chamar atenção aqui é para o fato de que a escrita se constituiu num *saber-poder* (Foucault, 1985), que vem subtraindo a oralidade (e outras formas de expressão a ela associadas) de legitimidade para a comunicação e firmação de compromissos – mesmo quando essa é a forma de expressão, por excelência, de outras culturas.

No contexto de elaboração de um projeto, isso resulta, frequentemente, em redução (quando não exclusão) da participação de membros do grupo (sobretudo, os mais velhos), por não se constituírem em sujeitos escritores. Afinal, há uma tendência de se estabelecer equivalência entre a elaboração de projetos e a sua textualização. Mas, vale lembrar, a escrita é apenas o meio para a comunicação de um projeto e não o projeto em si. As atividades desenvolvidas para fins de elaboração do projeto *Água para Todos* – e mais tarde também entre os Xavante e as comunidades negras rurais do Cedro e da Serra do Salitre - deram provas da capacidade do grupo de coordenar o planejamento de ações futuras, o seu ordenamento no tempo e o levantamento dos recursos necessários para sua realização. Revelaram também o quanto é importante a combinação de competências entre os mais velhos e os jovens, homens e mulheres, seus diferentes pontos de vista e experiências.

A questão que persistia, portanto, era: como comunicar o projeto elaborado, sem o uso – ou, pelo menos, com o uso não exclusivo – da escrita? Embora os desenhos superassem em expressividade e riqueza de detalhes os textos produzidos pela Comissão de Jovens e Professores, eles não pareciam ser suficientes para comunicar um projeto por inteiro. Isso porque, aplicados na descrição das atividades os desenhos funcionavam bem, mas o mesmo não se pode dizer para a construção de outros componentes de uma proposta, como os objetivos, justificativa etc. Além disso, fora de contexto, os desenhos são signos abertos, que pedem o uso de recursos complementares, como legendas, para que adquiram sentido unívoco.

O teatro, por sua vez, apresentava potencial para ser generalizado, fosse como dinâmica de planejamento (em jogos que ensaiam a ação futura), fosse como forma de comunicar uma proposta (incluindo sua justificativa, objetivo e atividades previstas). Mas, efêmero por definição, o teatro se encerra no momento de sua realização ou, quando muito, na memória de quem o testemunhe. Sendo assim, para transmiti-lo a pessoas noutra tempo/espço que não o de sua execução original, seria preciso experimentar registrá-lo, transformando-o numa espécie de encenação documental.

A DESCOBERTA DO TEATRO FILMADO

Um senhor capina o solo ressequido de sua roça, enquanto fala da angústia de não ter água para plantar. Uma poeira fina se espalha sob o estalo metálico produzido por sua enxada, quando arremessada contra o chão. No momento seguinte, uma mulher equilibra um latão de água sobre a cabeça. Há crianças sentadas na soleira da porta de uma casa de pau a pique. A mulher se aproxima, queixando-se que não tem água para fazer comida ou banhar as crianças. Já dentro da casa, a pequena cozinha é escura. A mulher mostra o quão pouca e barrenta é a água que conseguiu trazer para sua família. As duas cenas retratam o cotidiano dos moradores da Aldeia Riachão e os transtornos causados pela escassez de água. Foram produzidas nos primeiros exercícios de teatro filmado, com o intuito de justificar os objetivos e atividades propostas pelo projeto *Água para Todos*.

As experimentações com o teatro filmado foram inspiradas no Doc-Ficção – modalidade etnográfica, que teve em Jean-Rouche um de seus maiores difusores. Grosso modo, no Doc-Ficção, situações cotidianas de um povo são filmadas, em lugar de serem textualizadas. A imagem animada é assim aplicada ao estudo das culturas.

Embora os objetivos sejam bastante distintos, o teatro filmado comunga de alguns pressupostos com o Doc-Ficção. O primeiro e mais evidente, que é, não só possível, mas também profícuo substituir a palavra escrita pela imagem animada para representar a realidade de um grupo social. O segundo pressuposto, que está contido no binômio “Doc-Ficção”, é de que, toda forma de representação não é a realidade em si, seja ela escrita ou filmada, mas sempre uma interpretação da realidade - o que não significa dizer que se trata de uma inverdade. Do mesmo modo, o teatro filmado, investe numa forma de autorrepresentação de situações passadas, presentes e mesmo futuras, quando utilizado para comunicar um projeto comunitário.

A representação teatral, por sua vez, é velha conhecida entre os povos. Os Xavantes performam seus sonhos (Maybury-Lewis, 1984), os Krahó as caçadas de cangambá (Melatti, 1986), enquanto os Bakairi mimetizam o lobo-guará, numa dança coletiva. Isso talvez explique, em parte, a forte adesão dos Xakriabá, Xavante e, mais tarde, também de comunidades negras rurais aos exercícios de teatro.

Sendo uma forma de expressão multiforme, o teatro também se revelou uma vigorosa ferramenta para o diálogo intercultural, inclusive com grupos culturalmente mais distantes, como os Xavante. As experimentações entre eles sucederam àquelas entre os Xakriabá, representando um novo desafio para a equipe. A Aldeia Tanguro, contava então com cerca de 60 habitantes, entre homens, mulheres e crianças. Os primeiros encontros com o grupo aconteceram numa pequena sala de aula, da escola da aldeia. Cerca de 15 homens e apenas duas mulheres participavam das sessões. Todo o diálogo era realizado com traduções simultâneas do português para a língua xavante e vice-versa. O ponto de partida seguiu sendo o roteiro simplificado de questões, que resultou do trabalho junto aos Xakriabá, mas a dinâmica entre os Xavante foi bastante diferente. Comentadas as questões,

uma a uma, a equipe foi convidada a deixar a aldeia. As respostas seriam discutidas no *warã* (espécie de assembleia comunitária) e só depois comunicadas à equipe da Casa Verde.

Os Xavante optaram por dar continuidade ao trabalho, que já havia sido iniciado na aldeia, com a domesticação de espécies de batatas nativas, de modo a resgatarem o que enunciaram como *dasa uptabi* – a verdadeira alimentação xavante. Isso porque, tradicionalmente, a coleta de tubérculos nativos constituía parte importante na composição da dieta xavante, mas com o crescente processo de sedentarização, essas batatas vinham sendo substituídas por outros gêneros alimentícios, como arroz e macarrão. Dessa feita, os Xavante propuseram também incluir plantios de milho crioulo, algodão e urucum – esses últimos utilizados nos paramentos de festas: o urucum para a pintura dos cabelos, rosto, dorso, pernas e braços e o algodão para a confecção das “gravatas” xavante.

A filmagem do vídeo-projeto foi realizada na escola, seguindo o roteiro de questões, sob a coordenação do próprio cacique. Uma a uma, as questões foram respondidas, primeiro na língua xavante e, depois, em português, num formato que se aproximava de uma entrevista dirigida.

Foi após a solicitação de esclarecimentos e complementações, por parte do Comitê Gestor Nacional (CGN) do PPP-ECOS, que os Xavantes passaram a realizar tomadas externas, filmando a caminhonete que propunham consertar, os canteiros de batata já existentes, bem como o discurso de anciãos que, paramentados com suas gravatas, dirigiam-se ao comitê, para fazer os esclarecimentos solicitados. Discurso e performance política são elementos bastante imbricados e marcantes entre os Xavante – e o vídeo-projeto favorecia particularmente a expressão dessa característica. A insistência dos Xavante em tomar as imagens de seus anciãos, discursando em sua própria língua, em traje social – e, portanto, com a cerimônia que a situação parecia lhes exigir - não era outra coisa senão um esforço de autorrepresentação. Afinal, como destacou Boal (2006), interpretamos a todo instante diferentes papéis e/ou situações sociais. A atitude dos anciãos xavante, naquela ocasião, demonstrava a consciência da interlocução então estabelecida entre dois mundos, por meio do vídeo. Num gesto claro de diplomacia, eles afirmavam sua autoridade frente ao PPP-ECOS e à sua própria comunidade. A relativa artificialidade da situação, deixa claro o esforço de representação empreendido pelos

Xavante: era preciso imaginar o interlocutor (os membros da equipe técnica do PPP-ECOS), eleger as respostas e a forma como seriam dadas (quem seriam os emissores, o tom de voz, a postura e os adereços a serem adotados por eles e, por vezes, também o lugar de realização da filmagem).

A força documental do vídeo é também bastante pronunciada. Ao capturar uma grande gama de elementos da realidade local, constitui-se num argumento-imagem do projeto, visto que, em poucos minutos, o espectador tem uma amostra do contexto local, da aldeia e seus habitantes, da mata nativa no entorno, dos viveiros e canteiros já existentes, das sementes de milho crioulas, dos veículos postos à disposição a título de contrapartida. Ao mesmo tempo, ao comunicarem o projeto em vídeo, os proponentes selam publicamente um compromisso de executá-lo, caso seja confirmado o apoio pleiteado. Duplo compromisso, porque firmado, simultaneamente, perante a fonte de apoio e entre os próprios membros da comunidade, sejam esses participantes diretos ou testemunhas oculares no processo de criação do vídeo-projeto. Naturalmente, espera-se que um projeto escrito represente igual manifestação de compromisso, mas o que torna o vídeo um suporte mais eficiente, nesse sentido, é justamente o processo de registro audiovisual que, se não favorece, ao menos permite uma participação mais ampla de diferentes membros da comunidade (mulheres e homens, jovens, adultos e idosos).

Por fim, o uso do teatro filmado também realiza uma presentificação do projeto, auxiliando na ativação de nexos importantes para sua tessitura e na apreensão coletiva do encadeamento cronológico de suas atividades. Afinal, projetos coordenam aspectos quantitativos e qualitativos, em larga medida, abstraídos da realidade, porque se referem a um plano de ações futuras que deve ser comunicado a outrem. Nos vídeos-projetos, as comunidades encenam as atividades do projeto - a limpeza do terreno, a tomada de preços, a compra do material, plantios e colheita, a transformação da matéria-prima -, identificando assim os recursos necessários, antecipando dificuldades que possam enfrentar, acordando divisões de tarefas, ensaiando vivamente a ação futura.

Após as experimentações com povos indígenas, dois outros vídeos-projetos foram produzidos e implementados junto a comunidades negras rurais, na Serra do Salitre, Minas Gerais e no Cedro, em Mineiros, Goiás. As possibilidades com o teatro filmado, que se esboçaram desde os Xakriabá, foram adquirindo maior consistência e se generalizaram como forma expressiva nesses vídeos-projetos, revelando novos e interessantes matizes resultantes das combinações dos elementos em jogo (teatro, vídeo, projeto, comunidades tradicionais e suas formas particulares de organização e expressão).

Na Serra do Salitre, o trabalho foi desenvolvido junto a um terno de congada devotado a Nossa Senhora do Rosário - uma forma de organização cultural e religiosa, bastante característica de comunidades negras rurais nos estados de Minas Gerais e Goiás. Fundadas em relações de parentesco e compadrio, as congadas são uma forma tradicional de agrupamento social, cujas origens remontam ao período da escravidão. O Terno de Congada de Nossa Senhora do Rosário, na Serra do Salitre, é composto majoritariamente por famílias de bóias-frias, que se empregam sazonalmente nas fazendas de cana, que abundam no município. Na congada, essas famílias encontram espaço para se afirmarem socialmente e contestarem o cativo ao qual, de certo modo, ainda se vêm submetidas (Costa, 2006).

O Terno de Nossa Senhora do Rosário não tinha qualquer experiência prévia com projetos até a realização do vídeo-projeto – e, nesse sentido, cumpriu com a função de grupo controle para o teste das estratégias metodológicas que vinham se delineando para esse fim. O vídeo-projeto teve como objeto a constituição de uma horta medicinal, dedicada ao cultivo de ervas nativas e exóticas, que são utilizadas nas práticas tradicionais de cura e benção da irmandade. Mais uma vez, a equipe da Casa Verde se viu confrontada a demandas de fortalecimento e valorização de práticas tradicionais - para não falar aqui em resgate, uma abordagem que definitivamente não dá conta do complexo processo de afirmação cultural empreendido por essas comunidades, em face das muitas ameaças que as rondam.

Sem terras próprias, o terno de congada implantou sua horta num pequeno torrão de terra cedido por um fazendeiro local. No vídeo-projeto, é o *capitão* do terno, Seu João, quem conduz a narrativa. Mostra o terreno que será utilizado e perfila um sem número de espécies de conhecimento e uso tradicional da irmandade. Na cena final, os membros do terno posam em frente à casa do *capitão*, altivos em suas fardas, alguns com bandeiras em punho, outros prontos a tocar suas caixas (tambores de madeira e couro) em louvor a Nossa Senhora do Rosário. A cena é bela e surpreendentemente expressiva. Como entre os Xavante, fica patente o esforço, face à oportunidade dada, de autorre-presentation do grupo, por meio do acionamento de seus diacríticos – lá, os anciãos em suas gravatas, aqui, os devotos em suas fardas. Numa dinâmica especular, essas comunidades comunicam seus projetos e reafirmam-se nas suas formas particulares de organização social e representação política.

Em respeito a esse aspecto, os vídeos-projetos produzidos e executados na Serra do Salitre e no Cedro tiveram como proponentes grupos informais, conforme os modos tradicionais de organização social desses grupos - na Serra do Salitre, um terno de congada, no Cedro, uma família extensa, a família Moraes Pio.

A comunidade do Cedro, diferentemente da Serra do Salitre, já havia sido beneficiária de projetos, inclusive do PPP-ECOS, mas apresentava um histórico de conflitos internos. Não obstante fosse uma das principais referências em termos de manejo e transformação de plantas medicinais do Cerrado - tendo inclusive sediado um dos primeiros laboratórios comunitários no bioma -, na época do vídeo-projeto, a comunidade estava dividida e as atividades do laboratório paralisadas.

O vídeo-projeto Engenho de Cana São Rafael, que visava à retomada da produção de rapadura e açúcar mascavo, foi proposto e executado por uma das famílias extensas da comunidade e não pela associação, como nos projetos anteriores. O intuito era reconhecer e operar as formas particulares de solidariedade⁹ do grupo, sem impor o padrão associativo, que comumente organiza as relações entre as comunidades beneficiárias e as fontes de apoio a projetos.

A organização associativa figura como condição posta por quase todas as fontes de apoio a projetos comunitários. Nesse contexto, a associação impõe-se como unidade social, jurídica-

9. Algumas exceções, nesse sentido, merecem menção. Recentemente, editais lançados na área de cultura têm permitido a proposição de projetos e o repasse de recursos para pessoas físicas – caso da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), que tem apoiado mestres da cultura popular e circos familiares, e do Fundo de Arte e Cultura (FAC) da Secretaria de Cultura do Governo do Distrito Federal (GDF), que contempla projetos de artistas, individualmente ou organizados em grupos informais, desde que estejam cadastrados junto à secretaria, como Agentes de Cultura.

mente constituída para representar a comunidade, muitas vezes, sobrepondo-se a formas anteriores e endógenas de solidariedade e representação social e política. Essa compulsória juridicalização das comunidades parece estar relacionada ao que Cortina (2001) aponta como uma colonização da racionalidade contratual sobre outras formas de organização da vida social - como a família, a irmandade religiosa, a comunidade de vizinhança.

Sem pretender aprofundar aqui uma análise teórica sobre esse fenômeno, vale assinalar que a exigência de constituir uma pessoa jurídica pode, em alguns casos, ser mais um obstáculo para comunidades no acesso a fontes de apoio a projetos. Tendo em vista os custos crescentes (com registros públicos, obrigações tributárias e contabilidade), além da rotina burocrática que implica uma associação, não parece ser prudente constituí-la apenas para a execução de um projeto - embora essa acabe sendo a principal motivação das comunidades para fazê-lo. Entre agentes de desenvolvimento, como as fontes de apoio a projetos, a associação costuma ser vista como um sinal de amadurecimento nas formas de solidariedade e organização de um grupo social. Espera-se também que a associação impulse a aprendizagem de habilidades técnico-burocráticas por parte, se não de todos os seus membros, ao menos daqueles que estão em posição de dirigi-la e de que, desse modo, torne-se possível galgar degraus cada vez mais altos na firmação de parcerias e na captação de recursos para os projetos da comunidade.

Essa aprendizagem social se confirma em boa parte dos casos, mas não raramente as associações também se constituem num verdadeiro embaraço para as comunidades - seja pelos desafios que colocam em termos de sustentabilidade econômica e gestão administrativa, seja pelas clivagens que, por vezes, operam no seio das comunidades. Será esse realmente o único caminho?

Excepcionalmente, e por estarem inseridas no contexto das experimentações do vídeo-projeto, as iniciativas da Serra do Salitre e do Cedro foram apoiadas pelo PPP-ECOS, por meio da Casa Verde. A experiência, se não permite conclusões, sugere outras possibilidades.

Sendo propostos e executados por grupos sem pessoa jurídica constituída, o repasse dos recursos foi realizado por meio de contas de pessoas físicas, escolhidas para representarem as comunidades

na situação específica do projeto. Não por acaso, na Serra do Salitre, o representante escolhido foi o Capitão do Terno e, no Cedro, um tio e sua sobrinha. Os repasses foram regulados por meio de simples Termos de Doação, firmados entre esses representantes e a Casa Verde.

Assim como na cena final do vídeo-projeto Horta Medicinal de Nossa Senhora do Rosário, da Serra do Salitre, em que o Terno de Congada se apresenta em frente à casa do Capitão, no vídeo-projeto do Cedro, a família Moraes Pio também dedica alguns minutos à apresentação de seus membros. Sentados sob uma frondosa mangueira, chefes das famílias nucleares, na maioria mulheres, apresentam-se: meu nome é Lucely Pio Moraes, tenho 02 filhos e sou moradora da comunidade do Cedro; meu nome é Elizanete Pio de Moraes tenho 05 filhos, sou moradora da comunidade do Cedro e participante do projeto Engenho de Cana São Rafael; sou Aramantina Maria de Jesus, moro na comunidade do Cedro com mais 02 filhos; meu nome é Hidelbrando Simão Moraes, morador da comunidade do Cedro. Em seguida, o grupo apresenta uma maquete improvisada com gravetos e lascas de tijolos, indicando a área da comunidade do Cedro, suas vias de acesso e as dez casas das famílias nucleares responsáveis pelo projeto. Essas cenas abrem o vídeo-projeto, contextualizando-o, mas, sobretudo, dando fé do compromisso daquelas famílias com a sua realização. Do ponto de vista da autenticidade (ou seja, da prova documental), tal manifestação de compromisso supera qualquer acordo escrito.

A Horta Medicinal de Nossa Senhora do Rosário e o Engenho de Cana São Rafael foram projetos de baixo custo: R\$5 e 22 mil reais, respectivamente. Os valores foram repassados numa única parcela e a sua execução inteiramente assumida pelas comunidades. Em nenhum dos casos, houve problemas posteriores com a prestação de contas, mas, ao contrário, os planos de trabalho foram rigorosamente implementados e os gastos documentados por meio de recibos e notas fiscais, conforme os acordos firmados no Termo de Doação. A propósito, surpreendeu sempre à equipe da Casa Verde a desenvoltura e zelo com que as comunidades lidaram com a elaboração de orçamentos, a tomada de preços na praça e a posterior execução dos recursos. Sem registro em algo que se assemelhe a um livro caixa, sempre tiveram, contudo, o cuidado de guardar na memória cada decisão tomada e, numa

80 pasta designada especificamente para esse fim, os comprovantes de cada compra ou pagamento por serviço. Se a escrita se confirmou como um obstáculo junto às comunidades, o mesmo não é válido para a gestão de recursos de um projeto. Afinal, as comunidades detêm conhecimentos matemáticos informais, construídos em contextos da vida cotidiana – calculam a área a ser plantada, a compra de insumos, a quantidade de material necessário para uma determinada obra.

ASPECTOS TÉCNICOS NO REGISTRO AUDIOVISUAL DE UM PROJETO PERCALÇOS E APRENDIZADOS

Por uma escolha metodológica, todos os vídeos-projetos foram produzidos a partir de uma câmera digital bastante simples, mormente de uso doméstico. O intuito era desenvolver as experimentações sobre bases técnicas acessíveis, de modo a facilitar replicações. Nessa mesma perspectiva, a edição dos vídeos-projetos, desde os Xavante, passou a ser realizada na própria câmera, dispensando ilhas de edição. Seguindo um roteiro predefinido, os grupos filmavam uma cena por vez, voltando sempre para assistir, comentar, aprovar ou refazer a filmagem. Esse procedimento, além de dispensar a mediação de outros profissionais e o uso de recursos sofisticados de edição, estimulou as comunidades a refletirem, permanentemente, fosse sobre o próprio projeto (atividades, tempo de execução e recursos necessários), fosse sobre a melhor forma de comunicá-lo.

Mesmo ciente da existência de uma gramática audiovisual, cujos parâmetros de produção podem ser estudados, aprendidos e reproduzidos na realização de um vídeo, a equipe da Casa Verde insistiu em iniciar as experimentações sem domínio desses parâmetros, por entender que era preciso também identificar quais erros ou dificuldades seriam comumente enfrentados pelas comunidades nessa tarefa. Pretendia-se manter o olhar incauto – ou seja, sem as prevenções da técnica audiovisual – já que, afinal, animavam o processo, pretensões de simplificação nas formas de comunicação dos projetos e de consequente autonomização das comunidades nesse exercício. Se a adoção do vídeo impusesse, como condição, capacitações específicas ou a dependência em relação a outros profissionais, os objetivos da iniciativa não seriam cumpridos. Assim, era preciso desenvolver uma forma

de fazer vídeo, passível de ser reproduzida por qualquer comunidade de posse de uma câmera com função filmadora.

Logo, áudio e luz revelaram-se como os aspectos mais críticos na produção de um vídeo-projeto. As primeiras tomadas do *Dasa-Uptabi* apresentavam sérias limitações para audição, bem como deficiências de imagem, que decorriam da má iluminação obtida na sala de aula aonde foram realizadas as filmagens. Os problemas com a iluminação pareciam menos importantes por não comprometerem a compreensão da proposta, enquanto as deficiências no áudio, por razão inversa, eram realmente preocupantes, exigindo um mínimo de qualificação técnica para os vídeos subsequentes, como condição para uma plena comunicação dos projetos.

Assim, as comunidades do Salitre e do Cedro, ao realizarem seus vídeos-projetos, foram orientadas a fazê-lo em ambientes abertos com iluminação natural, preferencialmente no início da manhã e numa posição em que o sol ficasse atrás de quem filmava e nunca de quem estava sendo filmado; para garantir uma boa audição, que as pessoas falassem uma por vez, sempre em voz alta e dirigindo-se para a câmera, bem como que controlassem os ruídos que pudessem atrapalhar as filmagens. Dicas simplórias, mas suficientes para melhorar o desempenho dos vídeos-projetos, sem ameaçar os propósitos de autonomia, por parte das comunidades na sua execução.

Obedecendo a um roteiro previamente discutido e definido pela comunidade, os vídeos-projetos basicamente combinam entrevistas e teatro filmado na composição de sua narrativa – e, aqui, vale destacar que o roteiro é fundamental para que a comunidade elabore com objetividade e clareza o que pretende comunicar a título de projeto. Grosso modo, um vídeo-projeto situa a comunidade, justifica a proposta, narra atividades e aponta os recursos necessários para sua realização (humanos e materiais). Para cada um desses tópicos, as comunidades então elaboraram suas respostas, por vezes as ensaiaram e, por fim, as filmaram. A roteirização, em todos os casos, contribuiu bastante para reduzir a circularidade característica da comunicação oral, tornando a enunciação do projeto mais concisa e objetiva. O tempo de duração de cada vídeo-projeto produzido é, em média, de 25 a 35 minutos – tempo que pareceu razoável para os seus fins.

Por fim, vale mencionar que as tentativas de comunicar os itens do orçamento e seus respectivos valores em vídeo não foram bem sucedidas. Por isso, os orçamentos foram sempre apresentados em planilha anexa ao vídeo. As planilhas, bastante simples, elencam os itens de despesas, seus valores unitários e totais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem pretensões estéticas, o vídeo-projeto investe num novo uso social do vídeo, dito de outro modo, numa apropriação da linguagem audiovisual para a comunicação de projetos.

O vídeo revelou-se uma ferramenta capaz de ampliar a participação da comunidade no processo de elaboração e comunicação de um projeto – velhos e jovens, homens e mulheres - favorecendo diferentes perspectivas e o enraizamento da proposta. Impressiona o equilíbrio alcançado entre gerações nesse processo, pois os jovens rapidamente aderem à câmera, ao mesmo tempo em que os mais velhos são valorizados em sua autoridade, frequentemente assumindo posição central nas narrativas.

Chama atenção também, não só a força documental, mas autenticidade atribuída aos projetos quando expressos por meio do vídeo. Como já foi destacado, as comunidades têm a oportunidade de se autorrepresentarem, retomando a posse sobre sua imagem e projetos de futuro. Nesse exercício, fazem-se construtoras de narrativas audiovisuais bastante singulares, encontrando uma maneira de falar de si, de seus problemas e planos, por meio do vídeo.

O manuseio da câmera não foi absolutamente um problema. Afinal, condições engendradas no último meio século parecem ter criado uma rara convergência histórica, de modo que processos de democratização de inovações tecnológicas, como o vídeo, oferecem uma rara oportunidade de traduções interculturais, nos termos propostos por Boaventura de Sousa Santos (2006). A tecnologia pode, assim, ser posta a serviço da manutenção da diversidade cultural, valorizando a oralidade

características de povos e comunidades tradicionais que, em lugar de se verem confinadas ao passado, articulam-se ao presente e ao futuro, por meio da apropriação da linguagem audiovisual para a expressão singular e autônoma de seus projetos. Nesse sentido, a experiência do vídeo-projeto encaminha-se antes para uma forma de resistência cultural e de refuncionalização dessa nova tecnologia, como sugere Martín-Barbero (1997).

Muitas parecem ser as possibilidades de difusão do vídeo-projeto, como metodologia, sobretudo, porque iniciativas como o Vídeo nas Aldeias (que difunde e estimula a produção audiovisual por parte de povos indígenas) e os Pontos de Cultura, (política pública do Ministério da Cultura) têm distribuído kits multimídias e contribuído para a democratização no acesso e produção audiovisual no Brasil.

Espera-se que outras fontes se abram a essa possibilidade, não como privilégio, mas numa manifestação de respeito e aceitação de diferenças culturais, num diálogo não tutelado com povos e comunidades tradicionais.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUTI, José Maurício Andion. 1997. “A Emergência dos ‘Remanescentes’: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas” *in*: **Mana** [online]. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, out.
- BARROS, Flávia Lessa de. 1996. “Ambientalismo, Globalização e Novos Atores Sociais” *in*: **Sociedade e Estado**. Brasília: Departamento de Sociologia da UnB, n. 1, jan-jun, p. 111-127.
- BOAL, Augusto. 2006. **Jogos para Atores e Não-Atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BRASIL. DECRETO Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- CORRÊA, Mari *et. al.* 2006. **Mostra Vídeo nas Aldeias: um olhar indígena**. Olinda: Vídeo nas Aldeias.
- CORTINA, A. 2001. **Alianza y contrato. Política, ética y religión**. Madrid: Trotta.
- FOUCAULT, Michel. 1985. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1981. **Tristes Trópicos**. Lisboa: Edições 70.

- MARTÍN-BARBERO, Jesus. 2001. **Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- MAYBURY-LEWIS, David. 1984. **A Sociedade Xavante**. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- MELATTI, Julio Cezar. 1986. **Índios do Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: EdUnB.
- NOGUEIRA, Mônica. 2005. **Quando o Pequeno é Grande: uma análise de projetos comunitários no Cerrado**. São Paulo: Annablume.
- SANTOS, Ana Flávia Moreira. 1997. **Do Terreno dos Caboclos do Sr. São João à Terra Indígena Xakriabá, as circunstâncias da formação de um povo**: um estudo sobre a construção social de fronteiras. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 2006. **A Gramática do Tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cor tez.
- SAWYER, Donald. 2005. **Improving Access by Indigineous Communities to SGP in Brazil**. Brasília: ISPN.



Produção e comercialização de produtos agroextrativistas do Cerrado no PPP-ECOS: avanços, limites e desafios

87

por Luis Roberto Carrazza¹

APRESENTAÇÃO

Este capítulo foi elaborado com base na experiência acumulada e lições aprendidas relacionadas à produção e comercialização de produtos agroextrativistas ao longo dos 15 anos de existência do Programa de Pequenos Projetos Eossociais (PPP-ECOS). Traz uma conceituação breve sobre agroextrativismo, histórico das ações do PPP-ECOS sobre o tema e uma síntese das reflexões da Coordenação Técnico-Administrativa (CTA) sobre os avanços, limites e desafios enfrentados para a produção e comercialização dos produtos agroextrativistas desenvolvidos por organizações da sociedade civil no Brasil a partir da experiência com o Cerrado.

Desde o início do PPP-ECOS, vários projetos apoiados manejam, desenvolvem e aprimoram os produtos agroextrativistas do Cerrado tanto para subsistência como para mercados, onde a comercialização surge como um desafio e necessidade para as organizações de base comunitária escoarem sua produção. Ao contrário do modelo empresarial, a comercialização da produção comunitária representa um meio para geração e distribuição de renda, assim como de melhoria da qualidade de vida de tais comunidades, e não um fim focado no acúmulo de capital e concentração de renda.

Com a crescente demanda de mercado por produtos com apelo social e ambiental, muito se tem avançado na estruturação de empreendimentos comunitários com base produtiva a partir dos

1. Luis Roberto Carrazza é assessor técnico do PPP-ECOS desde 2001 e Secretário Executivo da Central do Cerrado.

produtos da biodiversidade nativa. Cada vez mais os empreendimentos se adequam às exigências legais e do mercado para comercializarem seus produtos, porém, diversas contradições e desafios ainda precisam ser superados.

Não podemos dissociar da comercialização as etapas de produção e beneficiamento que, no geral, dependem de pessoal qualificado, assistência técnica, insumos, crédito, infra-estrutura, tecnologias, logística, capacitação, entre outros fatores pouco acessíveis a essas comunidades. Estas são, geralmente, invisíveis à sociedade e ao poder público, implicando num alto grau de exclusão e dependência de agentes externos.

A comercialização dos produtos, sejam extrativistas ou não, aparece como um dos principais gargalos para o ganho de escala da produção comunitária, porém representa apenas um elo da cadeia produtiva e não deve ser analisado de forma isolada quando se quer avaliar a importância do agroextrativismo, bem como o papel e desempenho dessas organizações comunitárias na sociedade.

O entendimento sobre o modelo de produção agroextrativista, suas vantagens, limitações, desafios e contradições, é fundamental para o desenvolvimento de alternativas e soluções, de forma que as organizações de base comunitária possam sobreviver frente às exigências impostas pelos marcos regulatórios e pelos mercados, ambos bastante distantes da realidade dessas comunidades.

AGROEXTRATIVISMO

Na perspectiva do PPP-ECOS, o agroextrativismo pode ser entendido como um modelo de produção familiar que combina a coleta e aproveitamento da biodiversidade nativa com a produção agrícola e pecuária. Acontece a partir do uso de tecnologias apropriadas e é focado na subsistência com excedente direcionado para os mercados. Tem sua viabilidade econômica, ambiental e social associada à diversificação da produção. Representa um modelo efetivo de fixação rural que concilia conservação ambiental com inclusão social e melhoria de qualidade de vida para as comunidades envolvidas e para a população como um todo.

Seguem abaixo os principais produtos apoiados pelo PPP-ECOS e respectivas matérias primas utilizadas para as diferentes finalidades e usos:

Tabela 1. Caracterização dos produtos manejados pelos projetos PPP-ECOS

Finalidade	Principais produtos	Principais matérias primas nativas
Alimentar	Frutos in natura, conservas, polpas de fruta, doces, geléias, farinhas, sementes, méis, castanhas, carnes silvestres, etc.	Frutos: Pequi, baru, buriti, babaçu, jatobá, mangaba, cajuí, coquinho azedo, etc. Fauna: cateto, queixada, ema, tracajá, peixes, etc.
Medicinal	Chás, xaropes, multimisturas, fitoterápicos, garrafadas, etc.	Cascas, resinas, raízes, folhas, frutos, flores e caules de diversas plantas.
Têxtil	Tecelagens, bordados, trançados, redes, colares, corantes, etc.	Fibras: buriti, taioba, palha de arroz, tucum, etc Corantes: jenipapo, pequi, cúrcuma, urucum, aroeira, capitão do campo, entre outros.
Artesanato	Biojóias, cerâmica, utilitários com fibras nativas, cestarias, etc.	Capim dourado, buriti, babaçu, sementes diversas, barro e areias
Combustível	Carvão, lenha, biomassa, óleos, etc.	Galhos, troncos, raízes, folhas de diversas espécies. Óleos vegetais diversos.
Cosmético	Óleos, óleos essenciais, tinturas, sabonetes, shampoos, fitocosméticos, etc.	Babaçu, gueroba, buriti, pequi, macaúba, tucum, copaíba, entre outros
Industrial	Óleos, corantes, látex, resinas, fibras, etc.	Babaçu, fava d'anta, gueroba, macaúba, buriti, pequi, tucum, copaíba, rufão, entre outros
Construção	Palhas, fibras, madeira, tijolos (adobe), etc.	Folhas, galhos, troncos de diversas espécies, barro, areia, etc

Praticado pelas comunidades locais com base na cultura e tradições regionais, o agroextrativismo e seus produtos ainda são pouco conhecidos pela população em geral e carecem de políticas públicas específicas que reconheçam as vantagens deste modelo estratégico de desenvolvimento. Seguem abaixo as principais características e vantagens associadas ao modelo de produção agroextrativista considerando os aspectos socioculturais, ambientais e econômicos:

Aspectos Socioculturais

- Promove a manutenção/fixação das comunidades no campo;
- Promove a valorização da cultura e tradições locais;
- Promove a segurança alimentar e nutricional;
- Utiliza/absorve essencialmente mão de obra local;
- Concilia conservação ambiental e cultural com segurança alimentar e geração de renda;
- Garante a função social da terra;
- Ganho de escala se dá por meio da ampliação do esforço de coleta e envolvimento de mais famílias no processo produtivo;
- Promove a integração entre as pessoas, o associativismo e o cooperativismo.

Aspectos Ambientais

- Alternativa econômica ao desmatamento e ao avanço da fronteira agrícola;
- Promove o convívio harmônico das pessoas com a natureza;
- Gera inúmeros serviços socioambientais (água, biodiversidade, clima, solo, polinização, etc);
- Combina conservação ambiental com segurança alimentar e geração de renda;
- Promove a valorização e conservação da biodiversidade nativa;
- Estimula a recuperação da vegetação nativa;
- Baixa dependência de insumos externos (sustentabilidade econômica e energética), impactando menos o meio ambiente.

Aspectos Econômicos

- Promove geração de renda direta e indireta para comunidades;
- Possibilita o aproveitamento imediato, com baixo investimento, de áreas conservadas ou em processo de regeneração onde a produção natural está disponível;
- Baixo custo de manutenção;
- Alternativa econômica ao desmatamento;
- Oportunidade de remuneração por serviços socioambientais (água, carbono, biodiversidade, etc);
- Disponibilização dos produtos nos mercados.

91

HISTÓRICO DO PPPECOSNO APOIO À PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGROEXTRATIVISTAS

Desde o início do programa, os projetos produtivos relacionados ao uso sustentável da biodiversidade do Cerrado sempre foram os mais significativos em termos de propostas apresentadas e, conseqüentemente, em volume de apoio. Mais de 70% dos projetos apoiados pelo PPP-ECOS lidam com processos produtivos a partir do uso sustentável da biodiversidade do bioma.

Na fase piloto e na primeira fase operacional do programa, o PPP-ECOS, ainda muito experimental, buscava fortalecer as organizações sociais e estimular a produção, a partir das práticas e costumes já existentes, atendendo às demandas das comunidades sem muita preocupação com o enquadramento dos projetos ao marco regulatório e mercado.

Ao mesmo tempo, outros programas apoiados pelo governo brasileiro e cooperação internacional, em especial na Amazônia Legal, estimularam que as associações e organizações de base comunitárias estruturassem empreendimentos produtivos comunitários entendendo o agroextrativismo como uma alternativa econômica ao desmatamento, conservação da biodiversidade e degradação social decorrente do avanço das fronteiras agrícolas.

Nesse período, muitas organizações alavancaram a produção, aprimoraram o manejo da biodiversidade, desenvolveram tecnologias de produção, beneficiamento e gestão, melhorando signifi-

cativamente a qualidade dos produtos. Apesar dos avanços na organização da produção, inúmeras barreiras, antes invisíveis, apareciam ao longo da caminhada de grande parte dos empreendimentos. Dentre essas, sua gestão coletiva, o atendimento às exigências legais (sanitárias, fiscais, tributárias, trabalhistas, etc) e a comercialização dos produtos ainda são as mais recorrentes. Apesar de a comercialização ser sempre reportada pelas organizações como um dos principais problemas relacionados ao agroextrativismo, fica claro que a dificuldade de comercialização dos produtos por esses empreendimentos comunitários é conseqüência do não atendimento à uma série de requisitos impostos pela legislação e pelo mercado, e não causa do problema em si.

Alguns projetos, em especial os que trabalhavam com plantas medicinais e fitoterápicos, sofreram interdição e multas da Vigilância Sanitária. Outros foram multados pelos órgãos ambientais por falta de licenças e registros, mesmo sendo reconhecidos como referência em conservação da biodiversidade. Ainda houve aqueles que foram acionados pelas delegacias de trabalho pelo fato das organizações não atenderem ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho na relação com os trabalhadores envolvidos no processo produtivo. Ficava cada vez mais evidente que as regras não eram estabelecidas para este público, vítima de um sistema que sempre privilegiou os interesses do capital em detrimento do interesse público de fato.

Nesse contexto, a responsabilidade do Comitê Gestor Nacional do PPP-ECOS e da CTA sempre foi muito grande, havendo forte receio de, por meio do apoio aos projetos, acabar por estimular frustrações e decepções nas comunidades. Refletindo esta preocupação, o roteiro de apresentação de projetos vem sendo aprimorado ao longo dos anos, incorporando questões para provocar a reflexão das comunidades sobre a gestão coletiva dos empreendimentos, planejamento produtivo, viabilidade econômica, custos de produção, exigências legais, mercados que serão acessados, riscos envolvidos, entre outros aspectos envolvendo produção e mercado. A intenção é de que as comunidades apoiadas estejam minimamente preparadas e conheçam de antemão um pouco mais sobre os desafios que virão pela frente caso os projetos sejam implementados.

Desde 2001, o PPP-ECOS realiza a “Oficina de Capacitação e Planejamento para os Projetos Seleccionados”, em vigor até hoje. Trata-se de uma oportunidade para as comunidades e a CTA se conhecerem e para que os projetos sejam aprimorados para a execução. Além da capacitação sobre o funcionamento do programa, são abordadas questões de planejamento, gestão, mercado, boas práticas de fabricação, legislação, políticas públicas, entre outros temas relevantes para a boa implementação dos projetos. Representa ainda um momento ímpar de troca de informações e intercâmbio entre os projetos, a partir do qual percebemos maior segurança das comunidades na sua execução, com melhoria significativa na gestão dos empreendimentos.

Entendendo a comercialização dos produtos como um fator determinante para alavancar a produção, e percebendo o abismo existente entre o mercado formal e a produção agroextrativista comunitária, a partir do ano 2000 o PPP-ECOS apoiou e estimulou fortemente a participação das organizações beneficiárias em diversas feiras e eventos de venda direta.

Além de promover os produtos, as feiras têm ajudado a qualificar as comunidades e a produção para o mercado. Propicia o contato direto dos produtores com os consumidores e o intercâmbio com outras organizações. Para muitas organizações, nestes espaços é possível escoar informalmente grande parte da produção sem necessidade de assumir compromissos de fornecimento futuro. Além do caráter promocional, os eventos possuem um caráter didático que envolve toda preparação e participação efetiva das comunidades nas feiras, sendo também um espaço privilegiado para testes de aceitação e aprimoramento de produtos.

No ano 2000, o PPP-ECOS apoiou a Rede Cerrado a realizar a Mostra de Produtos Sustentáveis do Cerrado, e nos anos seguintes os Encontros e Feira dos Povos do Cerrado que, em 2009, realizou sua sexta edição. Neste rico espaço de articulação e reconhecimento mútuo, o debate sobre produção e mercado para produtos agroextrativistas evoluiu e as contradições existentes, das quais trataremos mais adiante, tornaram-se mais claras.

De 2001 a 2005 o PPP-ECOS apoiou a realização de quatro edições da “Feira de Produtos Sustentáveis do Cerrado”, ocorridas no Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA) na

Cidade de Goiás-GO, bem como a participação de projetos do PPP-ECOS no Mercado Floresta, um dos eventos de maior visibilidade no Brasil para os produtos da sociobiodiversidade, organizado em São Paulo-SP pela ONG Amigos da Terra.

As organizações apoiadas pelo PPP-ECOS foram convidadas, em tais eventos, a apresentarem os produtos estabelecidos no mercado local com bom nível de desenvolvimento e qualidade com potencial de fornecimento para mercados diferenciados. Paralelamente às feiras, eram realizadas oficinas sobre gestão, planejamento produtivo, certificação, comercialização, etc.

Em 2003, o ISPN executou um projeto de Assistência Preparatória para o PNUD, identificando experiências comunitárias e possibilidades de inserção de produtos agroextrativistas do Cerrado apoiados pelo PPP-ECOS para o Programa Caras do Brasil, do Grupo Pão de Açúcar, e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executado pela Companhia Nacional de Abastecimento Agrícola (CONAB) com recursos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Em relação ao programa “Caras do Brasil”, houve uma elevada expectativa das organizações de escoamento da produção, porém nenhuma organização mobilizada conseguiu acesso. Tal experiência evidenciou que não basta interesse por parte do mercado para inserção dos produtos, o problema é estrutural. Para atendimento às normas da legislação e às exigências do próprio mercado, tornam-se necessários investimentos significativos na organização da produção para ganho de escala, incluindo capital de giro, desenvolvimento de produtos, adequações das agroindústrias às normas sanitárias, bem como assessoria técnica especializada e continuada para atender as comunidades e ajudar a cumprir as regras burocráticas caras e complexas.

Quanto ao PAA/CONAB, que trazia de forma muito inovadora uma oportunidade de inserção de produtos nos mercados locais com exigências simplificadas e condições favoráveis para os produtores organizarem a produção e a entrega dos produtos no mercado local, diversas organizações, mesmo com dificuldades, tiveram seus produtos inseridos no programa. O PAA mostrou que a

garantia de compra alavanca a produção, deixando muito claro que, com regras apropriadas, a sociedade civil organizada tem capacidade de ofertar em quantidade produtos de qualidade.

Ainda em 2003, o PPP-ECOS apoiou um projeto para promover a Certificação Participativa da Produção Agroextrativista das organizações apoiadas pelo programa, e em 2005, o ISPN executou o projeto de Comercialização e Certificação Apropriada para Produtos Agroextrativistas. Muitas organizações acreditavam que a certificação da produção ajudaria a encontrar saídas para a comercialização dos produtos, e ambos os projetos abriram oportunidades interessantes de comercialização para mercados nicho, a exemplo do mercado de orgânicos e o comércio justo. Ensinou ainda que a certificação devia ser um instrumento de diferenciação dos produtos para tais nichos, mais exigentes de que o mercado convencional, e devia ser requerida somente pelas organizações que já atendem minimamente os requisitos básicos do mercado formal. Tais projetos propiciaram também a participação ativa das organizações do Cerrado no processo de normatização da agricultura orgânica no Brasil, que reconheceu oficialmente os Sistemas Participativos de Garantias (certificação participativa) como mecanismo de verificação de conformidade alternativo às certificações convencionais por auditoria, inadequadas para à produção familiar comunitária.

Em 2004, por meio do Instituto Centro e Vida (ICV) foi elaborada a primeira edição do catálogo “Cerrado que Te Quero Vivo” com os produtos e meios de vida sustentáveis apoiados pelo PPP-ECOS. Em 2005, a organização Pesquisa e Conservação do Cerrado (PEQUI) editou o catálogo em inglês. A publicação em duas línguas ajudou a promover o PPP-ECOS e deu visibilidade ao Cerrado, suas organizações e aos produtos agroextrativistas.

A qualidade de apresentação do catálogo despertou o interesse de diversos mercados, desde pequenas lojas de produtos naturais até grandes indústrias em busca dos inovadores produtos do Cerrado. Passaram a chegar às comunidades e ao ISPN muitos contatos de empresas e outros interessados na aquisição dos produtos, mas poucos negócios foram fechados devido à baixa capacidade de atendimento das demandas por parte das organizações produtoras.

Ao mesmo tempo em que as demandas do mercado formal dificilmente eram atendidas, as feiras de venda direta já não eram suficientes para escoar a produção. Percebia-se um abismo entre o mercado local informal e o mercado convencional, onde cada organização fazia o possível para estruturar seus processos de comercialização para além do mercado local.

Em 2004, na Feira de Experiências do Cerrado do V FICA, o grupo de organizações que vinha se encontrando nos eventos e feiras mobilizados pelo PPP-ECOS e ISPN, constatou que individualmente dificilmente conseguiriam viabilizar uma estrutura especializada para comercialização para fora do mercado local, tendo em vista a baixa escala de produção e o alto custo de implementação e manutenção de uma estrutura deste tipo. Como alternativa, vislumbrou-se uma estrutura coletiva para comercialização dos produtos ecossociais do Cerrado, nascendo neste momento a Articulação de Comercialização de Produtos do Cerrado.

Como consequência deste rico processo, em 2005, o PPP-ECOS apoiou o Projeto “Apoio à Comercialização” por meio do Instituto Novas Fronteiras para Cooperação (INFC), que culminou na constituição efetiva da Central do Cerrado, uma articulação iniciada com 19 organizações comunitárias para promoção e comercialização coletiva dos produtos agroextrativistas deste bioma.

Paralelamente a este movimento de promoção, aprimoramento dos produtos e qualificação das comunidades para mercados, o ISPN ajudou o Movimento Slow Food a identificar e mobilizar as organizações apoiadas pelo PPP-ECOS para participarem em 2004, 2006 e 2008 do evento Terra Madre – Encontro Mundial das Comunidades dos Alimentos Tradicionais, ocorrido em Turim na Itália. Este encontro, promovido pelo movimento internacional e fundação Slow Food, foi um marco histórico para fortalecer a valorização dos processos tradicionais de produção com base nos produtos da biodiversidade nativa. Neste período, com apoio do PPP-ECOS, o baru foi selecionado como uma Fortaleza Slow Food e diversos outros produtos agroextrativistas passaram a integrar a Arca do Gosto, grande livro de produtos de excelência gastronômica que atende os preceitos Bom, Limpo e Justo pregados pelo Slow Food.

Desde 2006, o ISPN participa, juntamente com outras instituições, da promoção da Iniciativa Caatinga Cerrado, que visa à qualificação dos empreendimentos e acesso aos mercados. Realiza na ExpoSustentat América Latina, uma das mais importantes feiras de negócio para produtos sustentáveis, a Sala Caatinga Cerrado, que é vanguarda de um novo modelo de produção e desenvolvimento com base nos produtos nativos elaborados por comunidades ecoprodutivas.

PRODUÇÃO COMUNITÁRIA X MERCADO CONTEXTO OPORTUNIDADES E CONTRADIÇÕES

A produção sustentável de produtos da sociobiodiversidade sempre foi realizada pelas comunidades locais e povos tradicionais para auto-sustento, sendo o excedente escoado na forma de produtos primários com baixa agregação de valor e grande dependência de atravessadores.

Com o aumento da demanda por produtos naturais, a globalização dos mercados, a consolidação do conceito de responsabilidade socioambiental empresarial e o atual cenário de mudanças climáticas, amplia-se a cada dia a demanda por produtos de qualidade, ambientalmente bem manejados e socialmente justos.

Por outro lado, apesar das oportunidades de mercado crescentes, as barreiras impostas pela legislação (sanitária, ambiental, trabalhista, tributária, fiscal, creditícia, etc) e pelo próprio mercado representam um entrave para o desenvolvimento da produção.

Ao contrário dos empreendimentos empresariais que normalmente se estabelecem a partir da constatação de uma oportunidade de mercado, via de regra, os empreendimentos comunitários iniciam sua produção com base na disponibilidade de matéria prima (frutos, fibras, sementes, etc) e o conhecimento local sobre manejo e beneficiamento, relacionados ao produto primário em questão. Poucos se atentam para as questões legais, tecnológicas, gerenciais e mercadológicas que devem ser trabalhadas antes mesmo de se iniciar a produção.

Enquanto o mercado demanda por produtos de qualidade com regularidade, escala de produção, preços competitivos, bem apresentados, entregues dentro dos prazos, com nota fiscal, registros e

certificações, as organizações comunitárias apresentam, de forma genérica, as seguintes limitações:

- **Escala insuficiente** para abastecimento de forma continuada e na quantidade desejada;
- **Falta de padrão** na cor, textura, tamanho do produto, tipo de embalagem, peso etc, são rotineiramente comuns para produtos de grupos comunitários e prejudicam fortemente a inserção destes produtos no mercado;
- **Falta de capacidade empresarial** por parte das comunidades para gerir o empreendimento;
- **Dificuldades para atendimento às exigências legais** (sanitárias, fiscais, organizativas etc), muitas vezes elaboradas para empreendimentos de grande escala, o que atrapalha a formalização das iniciativas comunitárias;
- **Falta de assistência técnica continuada e/ou profissionais especializados** para assessorar o processo produtivo e a comercialização dos produtos;
- **Dificuldades para distribuição dos produtos** por diversos motivos (falta de veículo, estradas precárias, comunidades isoladas etc);
- A **apresentação dos produtos** nem sempre está de acordo com as exigências legais e do mercado, o que atrapalha sobremaneira sua colocação;
- **Divulgação insuficiente ou inexistente**, principalmente para produtos pouco conhecidos pelo público geral;
- **Dificuldade de agregar o valor socioambiental** no preço dos produtos;
- **Sazonalidade da produção** impedindo que se tenha o produto o ano todo, ou obrigando a formação de estoques, o que implica em necessidade de capital de giro para aquisição do produto bruto e custos de estocagem, geralmente altos;
- **Dificuldade de acesso ou falta de tecnologias de produção** apropriadas para escala comunitária;
- **Preços incompatíveis** e mal planejados dificultando a inserção dos produtos no mercado;

- **Dificuldade de acesso a crédito** pelas organizações sem fins lucrativos;
- **Dificuldade de diversificação do mercado** com a produção destinada para um conjunto muito pequeno de clientes, criando forte dependência, alta fragilidade e vulnerabilidade;
- **Dependência de recursos externos** para manutenção dos empreendimentos.

Frente a tantas dificuldades e desafios, é evidente que não existe uma receita pronta e única para solucionar todos esses problemas. A experiência do PPP-ECOS mostra que o avanço da organização em relação aos processos de produção e comercialização para mercados consolidados está relacionado à capacidade de gestão, visão de negócios do empreendimento, bem como pragmatismo e dinamismo para tomadas de decisões para que possam atuar no mundo dos negócios.

Ao mesmo tempo em que muitas comunidades anunciam que não produzem mais porque não há para quem vender, nota-se um crescimento vertiginoso de demanda por produtos agroextrativistas com forte desencontro entre a produção e o consumo. Torna-se cada vez mais evidente que muitos não comercializam não por falta de produção, mas em consequência da dificuldade de organizar a produção e de se operar no mercado.

A rigor, as normas e exigências legais inerentes à produção, beneficiamento e comercialização, foram formuladas com base nas especificidades do modelo de produção industrial e não comunitário. Existe uma lacuna de normatização para o modelo de produção comunitária, que deve ser elaborada com critérios e muita sensibilidade para promover a inclusão produtiva sem prejuízo à qualidade dos produtos e segurança dos produtores e consumidores.

Várias são as contradições existentes entre a produção comunitária e o mercado. De forma geral, as organizações de base comunitária são seduzidas a produzirem para atender a um nicho de mercado altamente exigente e sofisticado, inacessível aos agricultores envolvidos. A inserção das comunidades em processos de fornecimento para tais mercados exige amplo entendimento sobre aspectos de gestão de negócios, comunicação, apresentação de produtos, desenvolvimento de embalagens e rótulos, logística, etc, distantes da realidade vivida no campo.

No plano ideal, e como meta do PPP-ECOS para empoderamento das comunidades, é desejável que os agricultores dominem e trabalhem autonomamente com cadeias completas e fechadas de produção, dominando desde a produção da matéria prima e insumos, até o beneficiamento, a logística de distribuição, gestão, marketing, comercialização, etc. Porém, no plano real, muitas vezes os agricultores e suas organizações possuem baixa capacidade de entendimento da complexidade dos aspectos que envolvem uma cadeia completa de produção, frustrando expectativas e gerando desilusões.

Desde o início de sua implementação, o PPP-ECOS defende que a produção seja focada primeiramente para o auto-consumo, com menor agregação de valor, tornando o produto mais acessível para o consumo na comunidade. Agregar valor significa transformar o produto tornando-o mais caro, o que deve estar associado ao tipo de mercado que se pretende atender. Deve vir como consequência de um processo constante e paulatino de aprendizado e implementação de melhorias na organização produtiva, sua gestão, infra-estrutura, condições de beneficiamento, logística, comercialização, etc. Depende da compreensão e superação de entraves legais, mercadológicos, organizacionais, de gestão, de infra-estrutura, tecnológico, de assessoria, políticos, etc que devem ser amadurecidos num processo lógico e contínuo.

Para a inserção de um produto no mercado, antes de mais nada, é fundamental que se conheça bem as necessidades deste para que a produção seja orientada à demanda.

É imprescindível que os empreendimentos agroindustriais comunitários consolidem seus produtos no mercado local e regional, menos exigentes, antes de se aventurarem no âmbito nacional e internacional. Quanto mais distante o mercado que se pretende acessar, mais complexas são as exigências impostas pela legislação e pelo próprio mercado. Maior também são os custos com logística e, conseqüentemente, o custo de venda dos produtos.

A consolidação de um produto no mercado depende do nível de atendimento das exigências impostas pelo próprio mercado. Estas podem ser mais ou menos severas, dependendo do tipo de mercado que se pretende ocupar. Enquanto o mercado local e regional propicia o escoamento

do excedente da produção com logística facilitada, o mercado nacional ou internacional requer grandes volumes e alto nível de especialização e qualificação das comunidades.

O mercado internacional geralmente paga melhor que o mercado nacional, porém requer logística e certificações bastante complexas e burocráticas. Por outro lado, amplia a credibilidade do produto e organização junto à opinião pública e ao governo, contribuindo para o marketing institucional, além de elevar a autoestima dos produtores.

Para as organizações que ainda tem baixa inserção no mercado, a participação em feiras e eventos possibilita a relação direta com consumidor e outros empreendimentos, sendo bastante importante para o aprimoramento dos produtos e escoamento da produção sem ter que assumir processos de logística complicados para abastecimento do mercado de forma continuada e com escala de produção. Para as organizações mais estruturadas as feiras e eventos representam uma boa oportunidade de promoção dos produtos, realização de negócios e obtenção de retorno dos consumidores sobre os produtos.

Atualmente, alguns programas do governo propiciam a compra de produtos da agricultura familiar, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional da Alimentação Escolar, fazendo do mercado institucional uma excelente oportunidade de ampliação de escala com segurança, ganhos significativos na organização da produção, aprendizado em gestão, logística, empreendedorismo, etc. Devido à adequação deste mercado à realidade comunitária, muitas organizações no entanto, estruturaram quase toda sua produção para o mercado institucional, criando alta dependência e vulnerabilidade caso este segmento de mercado sofra algum tipo de interrupção ou restrição.

Neste sentido, independentemente do produto e do nicho que se pretende trabalhar, é imprescindível que os empreendimentos diversifiquem ao máximo seus mercados para que tenham maior segurança, independência e autonomia frente a mudanças políticas, crises econômicas, entre outros fatores que podem provocar a interrupção de compra dos produtos por algum canal aberto de comercialização.

Enquanto temos, de um lado, demanda pela produção sustentável comunitária que atenda aos marcos legais e às exigências do mercado, temos do outro, comunidades rurais altamente excluídas em relação ao acesso aos meios de comunicação (tv, fone, internet, correio, etc), infraestrutura (energia elétrica, estradas de qualidade, pontes, bancos, etc), centros de consumo e abastecimento, educação e assessoria técnica de qualidade, oportunidades de qualificação, crédito, etc. Apesar de avanços ocorridos nos últimos anos, há uma grande carência de políticas públicas e de um tratamento diferenciado para inclusão produtiva comunitária, que seja realizada em bases sustentáveis e que respeite as diversidades culturais e étnicas.

LIÇÕES APRENDIDAS

Segue abaixo uma síntese das principais lições aprendidas ao longo dos 15 anos do Programa de Pequenos Projetos Eossociais relativas à produção e comercialização de produtos agroextrativistas.

Marco Regulatório

- Legislação ambiental, sanitária, fiscal e trabalhista inapropriada para realidade/escala comunitária;
- Processos de formalização são complexos, dinâmicos/instáveis, caros e burocráticos e representam riscos para as organizações;
- Falta informação, orientação e assessoria para cumprimento das normas;
- Dificilmente um empreendimento comunitário consegue atender a todas exigências para iniciar a produção e comercialização dentro das normas legais, sendo o processo de formalização constante e paulatino;
- Informalidade apresenta limitações e riscos, porém serve como plataforma para conhecer mercado e suas exigências; e
- É necessário buscar conhecer e cumprir as exigências legais e do mercado antes de começar a operar em mercados mais consistentes.

Mercado

- Não falta mercado. Existe um desencontro entre oferta qualificada e demanda de mercado;
- Em muitos casos o atravessador se configura como um mal necessário;
- Há demanda crescente por produtos com apelo ecossocial;
- O nível de exigência elevado para mercados formais (padrão de qualidade, prazos de entrega, escala, condições de negociação, etc) torna-os acessíveis para poucos;
- Mercados institucionais (CONAB, prefeituras), locais (feiras livres, eventos e armazéns locais, etc) e menos exigentes servem de plataforma para mercados mais exigentes;
- Interação comunidades x empresas, na lógica do mercado justo e solidário, pode ser uma saída;
- Exigência de certificação para mercados nichos (orgânico, comércio justo, manejo, etc) exclui muitos, porém propicia diferenciação e agregação de valor significativo; e
- Deve-se buscar oferecer o que o mercado quer e não simplesmente o que se tem.

Gestão da organização e da produção

- Gestão coletiva, desenvolvimento de produtos e comercialização (necessidade de preparo para mercado do qual não participa) são os principais entraves internos para serem superados;
- Falta de capacidade empresarial. Misturam-se as funções políticas e técnicas;
- Dificuldade de compatibilizar a produção com mercado. Desafio constante de mobilização e comprometimento dos agricultores com os processos de produção coletiva;
- Falta de assistência técnica continuada e/ou profissionais especializados;
- Consolidação dos empreendimentos exigem investimentos em capital de giro e infraestrutura, porém há muita dificuldade de acesso à crédito oficial por organizações sem fins lucrativos;
- Em geral, as organizações se envolvem em processos de estruturação de negócios com baixo nível de planejamento;

- Desenvolvimento das comunidades depende de ações integradas com apoio de diferentes atores como governo, ONGs, sociedade e empresas;
- Os produtos da sociobiodiversidade geralmente são pouco conhecidos pelo público em geral; carecendo de promoção e marketing, para os quais os empreendimentos não estão preparados;
- Distribuição e logística dos produtos custa caro e é muito complexa, considerando o nível de exclusão e isolamento das comunidades;
- Em geral, os preços dos produtos comunitários são incompatíveis e/ou mal planejados; Sazonalidade da produção exige planejamento, pessoal e capital de giro para coleta e manutenção de estoque;
- Logística para produção comunitária tem custos adicionais e diminui a competitividade. Nichos específicos e/ou subsídios são necessários; e
- Tecnologias de produção e gestão inadequadas. Necessidade de ferramentas apropriadas.

Aspectos Ambientais

- Manejo e produção dominados pelas comunidades, sendo a segunda limitada principalmente pela organização da produção e acesso aos mercados;
- Projetos com extrativismo propiciam muitas vezes a regeneração de áreas degradadas e a fiscalização de áreas naturais pelas comunidades;
- Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) com agroextrativistas e agricultores familiares propicia a permanência das famílias no campo e segura o avanço da fronteira agrícola sobre as áreas nativas, especialmente no Cerrado;
- Necessidade de remuneração por serviços sociambientais; e
- Diversificação da produção extrativista é fundamental para garantir a conservação do sistema como um todo onde a especialização excessiva pode degradar o ambiente.

DESAFIOS AO AGROEXTRATIVISMO

105

Apesar de avanços obtidos nos últimos anos, com o estabelecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, bem como do Plano Nacional de Promoção das Cadeias Produtivas de Produtos da Sociobiodiversidade, muito ainda há para ser feito. De forma geral, grande parte dos desafios encontrados pelas comunidades agroextrativistas decorre da falta de atenção e oportunidades que deveriam ser oferecidas pelo estado.

Em relação aos projetos produtivos, os maiores desafios estão relacionados ao marco regulatório inadequado à escala de produção comunitária, gestão do empreendimento e acesso aos mercados.

Seguem abaixo alguns dos principais desafios a serem superados:

- Estabelecimento de políticas públicas diferenciadas de fomento e apoio à produção, beneficiamento e comercialização agroextrativista;
- Adequação e estabelecimento de marco regulatório (sanitário, ambiental, fiscal, trabalhista, etc) apropriado à produção agroextrativista;
- Assessoria técnica qualificada e continuada para atuação com agroextrativismo;
- Formação e qualificação dos empreendimentos agroextrativistas para acesso a mercados diferenciados que valorizem os aspectos sociais e ambientais associados aos produtos;
- Desenvolvimento de ferramentas de planejamento e gestão apropriadas à lógica e escala da produção comunitária;
- Formação em empreendedorismo comunitário com foco na estruturação de negócios sustentáveis com viabilidade econômica;
- Apoio à Pesquisa & Desenvolvimento tecnológico voltado para tecnologias adequadas às realidades do agroextrativismo;
- Desenvolvimento de produtos acabados para consumo de massa a partir de produtos primários do agroextrativismo;
- Desenvolvimento de campanha de promoção dos produtos;

- Proteção e acesso às áreas sob uso sustentável da biodiversidade por comunidades locais e tradicionais.

Superando a estagnação ocorrida até o final da década de 90, quando o mercado para produtos comunitários era demonizado, muito se avançou para que as organizações comunitárias passassem a atuar no mercado, porém, se pautando na lógica da cooperação e princípios do cooperativismo e comércio justo.

Atualmente, a agricultura familiar está num momento rico de entendimento e de apropriação das ferramentas para desenvolvimento de estudos de mercado, planos de negócios, identidade visual, estabelecimento de arranjos de produção integrados, tecnologias apropriadas, sistemas de gestão participativos simplificados e novos produtos, imprescindíveis para que a produção comunitária ocupe o seu devido lugar e represente uma real alternativa ao modelo de produção empresarial concentrador de terras e de renda predominante no Brasil e no mundo.

Além da conscientização e qualificação dos agricultores e suas organizações para atuarem nos mercados, torna-se crucial a conscientização da população para o consumo responsável (ético, justo e solidário) que promova e priorize os produtos sustentáveis e boicote os produtos que carregam consigo degradação social, cultural, ambiental etc.

CONCLUSÕES

O marco regulatório e a burocracia excessiva para a produção e comercialização da produção são os principais entraves a serem superados pelas comunidades agroextrativistas. É urgente sua adequação à lógica de produção agroextrativista.

Apesar dos desafios, diversas comunidades estão conseguindo produzir e gerar renda com a manutenção do Cerrado em pé. Para ampliação da escala de benefícios, é necessário que haja mais investimentos em infraestrutura, formação, assessoria e gestão dos empreendimentos.

Para o agroextrativismo e agricultura familiar, dificilmente soluções isoladas vão dar conta do problema. É necessário que as soluções sejam pensadas de forma holística e integrada, envolvendo os diversos fatores relacionados à cadeia de produção (gestão, assessoria, crédito, infraestrutura etc) com participação dos diversos setores da sociedade (público, empresas e sociedade civil organizada). O modelo de produção agroextrativista tem muito a colaborar para a conservação ambiental com segurança alimentar, inclusão social e geração de renda para comunidades. O modelo de produção agroextrativista gera benefícios ambientais e sociais amplos, porém possui custos adicionais para obtenção de escala em relação ao modelo empresarial. Como os custos ambientais e sociais inerentes à produção predominante não são internalizados pelo setor empresarial, torna-se necessário isenções fiscais e tributárias para garantir competitividade ao modelo agroextrativista.

Políticas de fortalecimento do consumo e da produção local, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos e Lei da Alimentação Escolar com produtos da agricultura familiar, devem ser reforçadas. O pagamento por serviços socioambientais deveria ser instituído para cobrir os custos adicionais do modelo agroextrativista, garantir maior competitividade e reduzir a degradação. Por fim, e não menos importante, a organização em rede deve ser fortalecida para facilitar a comercialização da produção com viabilidade econômica.

QUER SABER MAIS?

ASHOKA EMPREENDIMIENTOS SOCIAIS E MCKINSEY&COMPANY INC. 2001. Empreendimentos sociais sustentáveis: como elaborar planos de negócio para organizações sociais. São Paulo, SP. Peirópolis.

CARRAZZA, Luis Roberto. 2009. Tecnologias Sociais Agroextrativistas como Estratégia de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Local. *In*. Otterloo, Adelice et al. Tecnologias Sociais: Caminhos para a Sustentabilidade. Brasília, DF. Rede de Tecnologias Sociais.

CORREA, Ciro *et al.* 2006. Cerrado: Contexto histórico-político e convivência sustentável com o bioma – Reforma Agrária, Agroecologia e Permacultura. Brasília, DF. CONCRAB.

FRANÇA, Cássio Luiz de (org). 2001. Comércio Ético e Solidário. São Paulo, SP. Fundação Friedrich Ebert/ILDES.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. 2004. Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro, RJ.

INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA. 2005. Cerrado que te Quero Vivo - Produtos e Meios de Vida Sustentáveis apoiados pelo Programa de Pequenos Projetos Ecosociais. Brasília, DF. ISPN, ICV e Pequi.

MANCE, Euclides André (org). 2003. Como organizar redes solidárias. Rio de Janeiro, RJ. DP&A. FASE, IFil.

MELLO, Claiton; STREIT, Jorge; ROVAI, Renato (org). 2009. Geração de trabalho e renda, gestão democrática e sustentabilidade nos empreendimentos econômicos e solidários. São Paulo, SP. Fundação Banco do Brasil. Publisher Brasil.

NOGUEIRA, Mônica. 2005. Quando o pequeno é grande. Uma análise de projetos comunitários no Cerrado. São Paulo, SP. AnnaBlume.

OTTERBO, Adalice *et al.* 2009. Tecnologias Sociais: Caminhos para a Sustentabilidade. Brasília, DF. Rede de Tecnologias Sociais.

PIRES, Mauro Oliveira *et al.* 1999. Comercialização de Produtos do Uso Sustentável da Biodiversidade no Brasil. Brasília, DF. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

ROCHA, Marcelo Theoto; DORRESTEIJEN, Hans, GONTIJO, Maria José. (org). 2005. Empreendedorismo em negócios sustentáveis - Plano de negócios como ferramenta do desenvolvimento. São Paulo, SP. Peirópolis.

SAWYER, Donald Rolfe. 2005. Comercialização - Entradas e Saídas. Brasília, DF. Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN.

RETRATOS DO PPP-ECOS

PARTE II

Agroextrativismo como alternativa de desenvolvimento regional na Chapada das Mesas

O avanço da fronteira agrícola no Cerrado ao norte de Tocantins e sul do Maranhão e os projetos de desenvolvimento planejados pelo governo federal, principalmente a pavimentação de estradas e a construção de usinas hidrelétricas (principalmente a UHE de Estreito) colocaram a região da Chapada das Mesas e suas populações tradicionais em situação de risco. Não só o ambiente, mas a cultura dos povos da região também se encontra ameaçada por um modelo de desenvolvimento excludente para esses grupos “invisíveis”.

As técnicas tradicionais de manejo da biodiversidade herdadas dos ancestrais quase nunca são levadas em conta na hora do planejamento público que envolve os territórios dessas populações. A reversão dessa política na região é uma meta cujos resultados já começam a ser percebidos por meio da atuação da Associação Agroextrativista dos Pequenos Produtores de Carolina (AAPPC).

Formada por pequenos produtores agroextrativistas da região, a AAPPC buscou seu primeiro apoio no PPP-ECOS no ano de 1995. O objetivo era conseguir meios de aproveitar melhor os frutos nativos. A associação apostou no extrativismo do bacuri, bacaba, buriti, cajá, caju, murici e outros adaptados às condições de clima e solo da região como forma de subsistência econômica.

Uma das inspirações para o projeto da AAPPC foi a existência do projeto Frutos do Cerrado, apoiado pelos Projetos Demonstrativos (PDA/MMA) no sul do Maranhão e norte de Tocantins, desenvolvido por comunidades indígenas Timbira na região de Carolina. O projeto segue o modelo do agroextrativismo de frutos nativos do Cerrado para produção de polpas da marca FrutaSã.

Ao pensar uma forma de sobrevivência econômica a partir da biodiversidade do Cerrado, a associação também se inseriu no trabalho de conservação do bioma. O trabalho com os frutos rendeu para a comunidade bem mais que renda e experiência na gestão dos recursos naturais. Ao dialogar com populações tradicionais indígenas da região, o projeto possibilitou intercâmbio de saberes e de



material na forma de sementes e mudas de espécies nativas da região.

O segundo projeto da AAPPC foi apoiado pelo PPP-ECOS em 2006. O apoio ajudou a aprimorar um modelo de uso dos recursos naturais da região, o incremento das áreas de produção agroextrativista e o fortalecimento das atividades econômicas comunitárias por meio do associativismo. Além do fortalecimento institucional, o projeto tem viabilizado a ampliação do viveiro e a realização de um mapeamento de áreas com potencial extrativista na região. A capacidade de produção do viveiro, hoje, é de 30 mil mudas por ano, com potencial e mercado para o aumento da produção.

O projeto Valorizando a Atividade Agroextrativista como Modelo de Desenvolvimento Regional da Chapada das Mesas (município de Carolina, MA) permitiu a realização de diagnóstico socioambiental que passou a orientar o desenvolvimento almejado pela comunidade, adiantando-se às políticas públicas que parecem nunca chegar à região de modo sistemático.

Tal diagnóstico tem relevância no contexto do imenso impacto que a UHE de Estreito causará na população da região, principalmente aos extrativistas que terão muitas de suas áreas tradicionais de coleta alagadas. O inventário, portanto, dá a dimensão exata das espécies que desaparecerão no lago da UHE. Como desdobramento, na linha de compensação ambiental decorrente da implantação da UHE de Estreito na região, há diálogo no sentido de o viveiro da AAPPC fornecer as mudas para a recuperação das áreas degradadas pelo empreendimento.

Para além do diagnóstico, a comunidade conseguiu adensar com vegetação nativa áreas degradadas pelo mau uso do solo. Somando recursos do PPP-ECOS e de outros financiadores, foi possível plantar quase 30 mil mudas de árvores – sobretudo frutíferas – que também entram como fonte de recursos naturais para outras atividades econômicas, sem contar os ganhos ambientais e o sequestro de carbono. Foram beneficiadas 49 propriedades onde residem quase 200 pessoas, que foram capacitadas para práticas agroextrativistas.

**Associação Agroextrativista dos Pequenos Produtores
de Carolina – AAPPC (Carolina-MA) -**

aappc.ma@gmail.com

Quando um projeto não se expressa só em números – O caso da AGROTEC

A experiência no apoio ao Centro de Tecnologia Agroecológica de Pequenos Produtores (AGROTEC) e a luta de seu mais importante líder, Vanderlei Pereira de Castro (*in memoriam*), pode ser considerada uma das principais intervenções do Programa de Pequenos Projetos Eossociais (PPP-ECOS), que culminou na introdução dos medicamentos fitoterápicos feitos com plantas nativas do Cerrado no Sistema Único de Saúde (SUS).

Com uma longa história ligada ao conhecimento tradicional dos velhos pajés da etnia Xavante e uma capacidade ímpar de articulação política em todos os níveis de governo e organização social de bases populares, a história de Vanderlei Pereira de Castro se mescla à da AGROTEC e vice-versa. Foi ele quem, em 1995, criou o centro com o objetivo de formar as populações tradicionais para a apropriação de seus saberes e aplicação em modos de vida sustentáveis, a partir da biodiversidade nativa. Os primeiros apoios vieram de projetos ligados ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Com recursos internacionais, Vanderlei de Castro estruturou a AGROTEC e começou a lhe dar vida.

As primeiras iniciativas do centro foram: criação de animais silvestres para manejo sustentado; lavoura de plantas medicinais; apicultura; manejo da agrobiodiversidade (baru, jatobá, cagaita, coquinho, entre outros); implementação de sistemas agrofloretais com consórcio de abacaxi, mamão e banana; e recuperação de nascentes e de áreas degradadas, onde o centro foi instalado após a doação de um terreno pela Prefeitura de Diorama.

Todas as atividades tinham forte influência das formas tradicionais de manejo associadas ao conhecimento agropecuário técnico acadêmico. Os beneficiários das iniciativas eram os agricultores familiares, assentados, indígenas e quem mais viesse se juntar à experiência inédita. Paralelo a esse



quadro, havia muita perseguição política em um estado dominado por uma mentalidade conservadora em relação aos avanços que as comunidades começavam a vislumbrar, não só do ponto de vista econômico, mas também político.

O laboratório de fitoterápicos da AGROTEC, muito bem equipado e inspirado nos modelos alemães (que usam a medicina natural em seu Sistema Público de Saúde) sofreu várias investidas dos órgãos de fiscalização da saúde do Brasil. A ponto de levar o líder da AGROTEC a fazer um movimento político tão forte que acabou resultando em um Decreto da Presidência da República, dando à organização um caráter de excepcionalidade em função da profunda experiência no manejo de plantas medicinais.

Se hoje o Brasil tem, ainda que com muitos problemas, a adoção de fitoterápicos produzidos por comunidades tradicionais como medicina complementar no sistema de saúde público, isso se deve ao trabalho da AGROTEC na pessoa do seu dirigente e de todos os que investiram na idéia. A criação e o manejo de animais silvestres por grupos tradicionais; a tecnologia solar de desidratação de frutas; a capacitação de pequenos agroextrativistas e agricultores familiares em técnicas de manejo sustentável da biodiversidade do Cerrado também são resultados – muitas vezes incomensuráveis – da interferência direta do trabalho da AGROTEC nos rincões do Brasil central.

A sustentação financeira do PPP-ECOS à proposta social, ambiental e política da AGROTEC se insere no campo das ações muitas vezes intangíveis, mas perceptíveis do ponto de vista da educação, dos impactos da tecnologia, na atualização de mentalidades para uma abordagem sustentável do Cerrado.

Por meio do apoio ao longo de 12 anos, o programa se tornou mais do que um doador, mas um parceiro da AGROTEC. Os extensos relatórios de acompanhamento de execução dos projetos da AGROTEC arquivados no PPP-ECOS talvez não consigam por si só traduzir os impactos positivos que tiveram os sucessivos apoios do programa. Para além dos dados e das quantificações, os recursos do PPP-ECOS foram condição básica para que muitas das iniciativas da AGROTEC lograssem sucesso,

potencializadas por co-financiamentos, e conseguissem avançar apesar de todas as adversidades.

Um dos principais trunfos da entidade e de seu fundador foi interferir em processos políticos que se encontravam emperrados na burocracia e na má-vontade da máquina estatal para com os povos tradicionais. Cada experiência da AGROTEC, por menor que seja, só poderá ser expressa na medida da esperança que essa iniciativa semeou de um Brasil que considere seus povos tradicionais, com seus conhecimentos e técnicas, na construção de um país sustentável.

Centro de Tecnologia Agroecológica de Pequenos
Produtores – AGROTEC (Diorama-GO)-

agrotec@persogo.com.br

O doce sabor nativo do Maranhão

115

A região nordeste do Maranhão é um mosaico de ecossistemas resultado da interação dos biomas Cerrado, Amazônia e Caatinga. A enorme biodiversidade da região se contrapõe a pouca disponibilidade de dados sobre a ecologia dos ecossistemas. A região tem baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e mais da metade da população é analfabeta. Esse contexto socioambiental, porém, foi bastante fecundo para a implementação do Projeto Abelhas Nativas.

A tecnologia de manejo das abelhas sem ferrão já vinha sendo pesquisada por professores da Universidade Federal do Maranhão e começava lentamente a ser implementada no começo do ano 2000. Era uma alternativa à apicultura tradicional que invadia a região, na esteira das plantações de eucalipto em larga escala que avançavam sobre as áreas naturais de Cerrado.

A Associação Maranhense para a Conservação da Vida (Amavida) foi a responsável pela busca dos recursos do PPP-ECOS e pela implementação das atividades do Projeto Abelhas Nativas (PAN) nas comunidades. A princípio, poucos acreditavam no potencial de mercado para o mel das abelhas nativas (tiúba, uruçú e jandaíra). Além disso, a coleta do mel no campo não dava muita chance de sobrevivência às colméias, que eram destruídas para a extração do mel. Parecia impossível transformar essa realidade em uma atividade sustentável. Mas o empenho de pessoas como o professor de biologia e pesquisador da UFMA, Murilo Drummond, e a força de vontade das comunidades só precisavam mesmo de um empurrão.

A experiência começou com 20 famílias de oito comunidades que apostaram na ideia e decidiram se capacitar. Aprenderam a coletar o mel sem destruir as colméias, a manejar as abelhas e a processar o produto a ponto de torná-lo apto para a comercialização. Na primeira etapa do projeto apoiado pelo PPP-ECOS, foi possível criar o meliponário-escola no município de Urbano Santos, onde foram capacitadas 273 pessoas. Em 2004, a produção de mel de abelhas nativas, o Natmel, já começava a ganhar o mercado.



O primeiro núcleo para o desenvolvimento do projeto estava formado e, a partir daí, as comunidades envolvidas no trabalho mudaram de vida. O Projeto Abelhas Nativas (PAN) virou uma referência de desenvolvimento sustentável na região.

A tecnologia de extração e maturação do Natmel desenvolvida pela equipe da universidade em conjunto com comunidades tornou-se uma referência nacional quando se trata de abelhas nativas. A Fundação Banco do Brasil selecionou esta como uma das Tecnologias Sociais que podem servir de modelo para outras comunidades rurais.

Junto com a tecnologia, veio a noção de um jeito novo de tratar as áreas naturais, vitais para a sobrevivência das abelhas. A experiência do PAN também colabora para a elaboração de políticas públicas. Ela tem servido de base para orientar normatizações no que se refere ao manejo, produção, beneficiamento e comercialização dos produtos das abelhas nativas. A ausência de normas específicas para o mel de abelhas nativas é um dos principais entraves que os produtores enfrentam para obter o registro sanitário no Ministério da Agricultura.

Com a continuidade das ações, o Projeto Abelhas Nativas tem conseguido ampliar a escala do empreendimento nos últimos anos. O projeto beneficia atualmente cerca de 200 famílias. Juntas, elas produziram em 2008 uma tonelada de mel nativo. Atualmente, o Natmel rende mais para as famílias do que a produção do mel de abelhas africanizadas (*Apis mellifera*). Em 2009, o preço do mel atingirá o valor de R\$ 45,00 o quilo para as comunidades melhor classificadas nas conformidades estabelecidas pela Tecnologia do PAN (ou TPAN), um selo do próprio projeto. Este valor volta integralmente em forma de renda para as famílias.

A dificuldade de registro do produto é o grande entrave para sua comercialização; ainda assim, alternativas têm sido acessadas com relativo sucesso. O produto ganhou um sistema de certificação comunitária e chega ao mercado nacional por meio das estratégias do Comércio Justo. O processo de comercialização agregou ao produto uma embalagem artesanal feita com palha de buriti, que dá um charme extra ao produto e o torna mais atrativo para o mercado consumidor. Restaurantes e re-

nomados chefs de cozinha assimilaram o mel das abelhas nativas em receitas sofisticadas, agregando ainda mais sofisticação ao produto sustentável das comunidades.

Associação Maranhense para a Conservação da Vida -
AMAVIDA (São Luis-MA)

amavida@amavida.org.br

Gênero e desenvolvimento sustentável em Assentamentos da Reforma Agrária

Localizado em uma área de grande biodiversidade na transição entre o Cerrado e o Pantanal, o município de Nioaque, a 220 km de Campo Grande (MS) é bastante peculiar. Quase a metade da população de 16 mil pessoas é formada por assentados da reforma agrária distribuídos em nove assentamentos. A região também concentra expressiva produção agropecuária destinada ao agro-negócio (gado, soja e cana de açúcar principalmente) e atividades de mineração. Assentados, agro-pecuaristas, usineiros e mineradores representam uma forte pressão sobre a vegetação nativa e os recursos hídricos locais.

É nesse contexto que surge um projeto apoiado pelo PPP-ECOS com foco em um dos assentamentos no oeste do estado, o Andaluçia, que desde a sua criação, em dezembro de 1996, teve a assessoria técnica – e política – da ONG Ecologia e Ação (ECO), de Campo Grande. O assentamento surge com cerca de 160 famílias (aproximadamente 700 pessoas) de vários estados brasileiros.

Em 2002, por meio da ECO, o PPP-ECOS apoiou o primeiro projeto no Assentamento Andaluçia para um diagnóstico e prospecção de atividades produtivas com base na biodiversidade local. O Projeto “Produção Sustentável e Capacitação no Assentamento Andaluçia” pretendia estabelecer alternativas econômicas e segurança alimentar para cerca de 164 famílias do assentamento. Com 5 mil hectares, a gleba tinha poucas reservas de mata nativa e muitas áreas degradadas.

Desde o começo do projeto, a comunidade se mostrou bastante interessada em participar de todas as etapas do trabalho, e isso viria mais tarde a fazer enorme diferença e caracterizar a experiência que se consolidou no assentamento. O diagnóstico participativo fez jus ao nome. As questões de gênero foram trabalhadas desde os primórdios do projeto, garantindo a participação de todos.

A decisão do grupo foi de investir os talentos e os recursos em três linhas básicas de ação: agro-extrativismo dos frutos do Cerrado (cumbaru, jatobá, pequi e outros), turismo rural e artesanato em



tecelagem, atividade que se destacou a partir da descoberta da utilização de matérias primas naturais e técnicas tradicionais de fiação, tingimento com corantes naturais extraídos de plantas do Cerrado de forma sustentável e tecelagem, incluindo fibras vegetais de plantas nativas cultivadas pelas famílias. O contexto ambiental e a biodiversidade da região foram os principais fatores a partir dos quais os projetos se desenvolveram.

Em 2004, o segundo projeto por meio da ECOA complementava e ampliava o anterior, avançando na experiência comunitária ao articular outros assentamentos e agregar instituições de ensino, pesquisa e governos locais para atender às demandas específicas dos assentados. Essa articulação, ainda hoje, marca a atuação do assentamento nos fóruns regionais e nacionais de que seus representantes participam, entre eles os conselhos estaduais e federais que se relacionam com as questões agrárias, da produção familiar e das políticas públicas para o setor.

Durante a execução do segundo projeto – ainda com a assessoria da ECOA –, os assentados lançaram a proposta de criação do Centro de Produção, Pesquisa e Capacitação do Cerrado (Ceppec), inaugurado em dezembro de 2003, e oficialmente instituído em março de 2005, com objetivo de capacitar, pesquisar e ser um centro de referência para os trabalhadores rurais do Cerrado e do Pantanal. O centro é uma formalização do que já vinha se dando na prática, porém com mais autonomia para o grupo dos assentados, que passam a ter uma figura jurídica própria para a gestão do empreendimento.

É importante salientar que o Ceppec é majoritariamente gerido pelas mulheres do assentamento Andalucia e que, entre outras inovações, o Ceppec criou um fundo gerado pela comercialização dos produtos comunitários (tecelagem, extrativismo e serviços, como intercâmbio entre grupos realizado na sede do Ceppec), no qual 30% da renda são reinvestidos na compra de materiais, equipamentos e pagamento de custos fixos da entidade.

As ações atuais se dão no âmbito do novo centro. A meta passou a ser o fortalecimento de ações estratégicas para o incremento e diversificação da produção dos agricultores familiares não só do

assentamento Andalucia, mas também de outros 11 municípios que agregam 50 assentamentos com propostas afins. O Ceppec passou a abranger, de forma direta, 20 outros assentamentos da região, agregando um número ainda maior de famílias.

O Centro ganhou um escritório em Nioaque para se inserir no município e ter mais visibilidade, mantendo sua unidade produtiva na zona rural. O trabalho evoluiu, teve ainda mais repercussão e passou a atrair novos interessados em apoiar as ações, que se multiplicaram em vários segmentos: agroecologia, beneficiamento e comercialização de produtos orgânicos, banco de sementes, capacitação técnica, pesquisa e educação para o campo, redes de parceiros e outras.

Enquanto isso, os produtos do Ceppec traziam valores socioambientais agregados e, com isso, novos mercados se abriram. A Oficina de Tecelagem Andalucia tornou-se um produto-símbolo do assentamento, sobretudo em relação à qualidade dos trabalhos e aos aspectos de “gênero”, social e ambiental que a iniciativa trazia como forte característica. Quanto à comercialização dos produtos oriundos da tecelagem e da costura, este parece ser um gargalo superado. Os produtos alcançaram mercado e a Oficina tem suas despesas pagas pela própria venda dos produtos, não recebendo mais recursos a fundo perdido para se auto-gerir.

Atualmente, o centro associa pesquisa científica em parceria com universidades e institutos com a geração de publicações técnicas e educativas (manuais de uso da biodiversidade, cartilhas, boletins e programas de rádio), trabalho de base camponesa, capacitações técnicas diversas, produção de base agroecológica, gênero, juventude e monitoramento da degradação socioambiental nos assentamentos. A ocupação humana sustentável no Cerrado tem hoje no Ceppec um ponto de referência que irradia e inspira projetos similares para outros assentamentos e comunidades rurais do país.

Centro de Produção, Pesquisa e Capacitação
do Cerrado – Ceppec (Campo Grande-MS)

www.ceppec.org.br

Agroextrativismo no Bico do Papagaio

121

Os municípios de Esperantina, São Sebastião e Buriti, na região conhecida como Bico do Papagaio no estado do Tocantins, apresentam alto índice de áreas degradadas. O triste saldo é reflexo da derrubada da floresta para venda de madeiras e conseqüente transformação da terra em pastagem para o gado.

Os três municípios estão localizados no Arco do Desmatamento, uma faixa que engloba toda a região sul da Amazônia Legal em que se situa a transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica. É também uma área pioneira de ocupação agropecuária, processo que gerou a destruição de milhares de hectares de vegetação para dar lugar aos pastos para o gado e às áreas de culturas como soja, arroz e milho.

A combinação entre a abertura de estradas para integrar a Amazônia às outras regiões brasileiras e as políticas de incentivos fiscais para a ocupação agropecuária criou as condições para um tipo de ocupação predatória, onde a vegetação nativa é tida como entrave a ser destruído, tanto pelos pequenos e médios, quanto pelos grandes produtores rurais.

É nesse contexto geopolítico e ambiental que surgem iniciativas como as do Sindicato Regional dos Trabalhadores Rurais de Esperantina, São Sebastião e Buriti (STR-Regional), que buscou no PPP-ECOS o apoio para fortalecer o agroextrativismo em sua região. A atividade sempre fez parte dos modos de vida das comunidades tradicionais, principalmente a extração do coco babaçu, do buriti e de outras frutas nativas. A intenção do STR era potencializar o extrativismo com base em um modelo de desenvolvimento local por meio da agroecologia.

O primeiro projeto apresentado em 2004 visava organizar nove grupos para produção e beneficiamento de mel, aprimorar o produto (inclusive a embalagem) e integrar a atividade aos sistemas agroflorestais já implementados; além de melhorar a qualidade e apresentação de outros produtos feitos com frutos da região. O projeto teve a participação de 50 famílias, que se envolveram desde a



sua elaboração até a implementação. Inicialmente, oito agentes foram capacitados, o que depois foi se disseminando entre as demais famílias, quebrando, aos poucos, velhos paradigmas no trato com a natureza. Com a apicultura, as famílias passaram a valorizar mais as espécies nativas, adquirindo uma nova percepção em relação ao ambiente.

Conforme o relato das comunidades, com o apoio do PPP-ECOS a apicultura se firmou como atividade econômica e passou a estimular outras formas de manejo sustentável dos sistemas de produção e geração de renda familiar complementar. Os sistemas agroflorestais e o aproveitamento das frutas nativas e plantadas se ampliaram entre os pequenos agricultores. Eles agora trabalham para aprimorar a indústria de doces ao mesmo tempo em que buscam na biodiversidade local as matérias-primas para a produção de artesanatos.

O avanço da produção comunitária culminou em 2007 com a criação da Cooperativa de Produção e Comercialização dos Produtores Familiares Agroextrativistas e Pescadores Artesanais de Esperantina Ltda (COOAF - Bico). A cooperativa tem papel importante no fortalecimento das cadeias produtivas do mel, da farinha orgânica e das frutas.

Além da importância socioambiental na região, os projetos desenvolvidos pelo STR de Esperantina, São Sebastião e Buriti são reconhecidos no âmbito do PPP-ECOS pelo elevado grau de organização das comunidades na gestão dos recursos e na administração diária das atividades. O fato da comunidade participar ativamente de todas as etapas – desde a formulação até a prestação de contas – é um indicador importante de que a gestão democrática e eficiente de pequenos projetos de desenvolvimento econômico comunitário de base sustentável é uma realidade possível, e que desponta em áreas reconhecidas até o momento somente pelos baixos índices oficiais de desenvolvimento humano, escolaridade e renda, e pelos altos índices de degradação ambiental.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esperantina,
São Sebastião e Buriti (Augustinópolis - TO)

Exportando modos de vida sustentáveis

123

O estado do Mato Grosso é conhecido pelos altos índices de desmatamento. Com uma área total de 905 mil km², o estado apresenta uma taxa de desmatamento acumulada até 2005 de 35% de seu território – uma confluência de três biomas de alta biodiversidade: Amazônia, Cerrado e Pantanal. A região do Cerrado já perdeu cerca da metade de sua cobertura original. A mata nativa tem sido intensamente devastada para atender ao agronegócio, sobretudo da soja e do gado, para exportação.

A despeito da participação no PIB brasileiro, a agropecuária comercial de larga escala praticada no Mato Grosso tem tido também forte impacto sobre as populações que tradicionalmente habitam o interior do estado, sobretudo indígenas, ribeirinhos e extrativistas, restritos a áreas cada vez menores e com menos recursos naturais e hídricos à disposição.

Em parceria com as populações rurais para enfrentar a situação, a FASE-MT busca estimular o agroextrativismo e a agroecologia como modos de alternativos de geração de renda, mas também como elementos de segurança alimentar, agregação comunitária e social. A lógica de atuação da entidade é promover a auto-gestão das comunidades, aumentando o protagonismo, a participação e a valorização do trabalho de mulheres e homens pela sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Parte da população do interior matogrossense é originária de outras regiões, sobretudo do sul do Brasil. Ao migrar para a transição Cerrado-Amazônia-Pantanal, os imigrantes se depararam com uma realidade social e ambiental bastante diversa e desconhecida. Por sua vez, as populações tradicionais também sofrem um choque cultural com a chegada dos imigrantes. A fricção cultural muitas vezes tem levado a conflitos e a resistências mútuas.

Os dois projetos da FASE-MT apoiados pelo PPP-ECOS tiveram como objetivo o trabalho com esses dois públicos-alvo. O intuito era de capacitar os agricultores familiares (tanto os nativos quanto os imigrantes) no ideário e nas práticas do agroextrativismo e da agroecologia em seus em-



preendimentos familiares e comunitários, intercambiando saberes e compartilhando experiências em prol do bioma. O trabalho busca valorizar os saberes tradicionais dos povos nativos em relação à biodiversidade e promover o intercâmbio de conhecimentos entre os diferentes agricultores.

A partir do PPP-ECOS, a FASE-MT passou a integrar o Programa de Alternativas à Soja (ALSO), desenvolvido pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), com apoio da Fundação Doen (Holanda). Com isso, recebeu apoio para assistência técnica, capital de giro e infra-estrutura, recursos que foram aplicados no fortalecimento das alternativas econômicas de comunidades em áreas de conflitos relacionados ao avanço da monocultura da soja.

Ao implementar os projetos, a FASE-MT dedica um esforço importante para o equilíbrio das relações de gênero, onde cada vez mais as mulheres conquistam participação e dividem com os homens a responsabilidade sobre os destinos de cada atividade. Nesse sentido, em 2009, com os recursos oriundos da Fundação Doen, a FASE e seus parceiros lançaram o Fundo Rotativo Solidário com o objetivo de impulsionar o trabalho dos agroextrativistas num contexto de crescente escassez dos recursos externos e da também crescente necessidade das comunidades em criar suas próprias soluções e alternativas econômicas. Os critérios de funcionamento do fundo foram definidos pelas próprias comunidades em processo participativo que reflete o desenvolvimento alcançado pelas mesmas com o apoio da FASE-MT.

Outra diretriz do trabalho no âmbito dos projetos apoiados pelo PPP-ECOS é a de influenciar governos locais para a promoção de políticas públicas voltadas para os agricultores familiares. Também pretende-se estimular os institutos de pesquisa e universidades na geração de ciência e tecnologia para municiar as comunidades camponesas de conhecimentos necessários para o convívio mais proveitoso e sustentável com o meio ambiente. Discussões sobre o acesso ao patrimônio genético e a repartição de benefícios também recebem o estímulo da FASE-MT e começam a ganhar corpo nos fóruns de decisão.

Os projetos desenvolvidos pela FASE-MT também foram responsáveis pela organização de encontros de agroextrativismo que ajudaram a formar, entre os agricultores familiares, redes de trocas de informações, tecnologias e sementes para a agricultura familiar.

O resultado desses esforços pode ser percebido nos vários eventos e feiras micro-regionais, estaduais e nacionais (Feira Estadual de Roças e Quintais e Feira da Agricultura Familiar) onde as comunidades assessoradas pela FASE-MT apresentam grande diversidade de produtos, resultados da interação promovida pela instituição. São doces, geléias, licores, farinhas, artesanatos, chás, moda e utensílios feitos a partir da exploração sustentável dos recursos naturais.

Uma rede de comércio justo também ganha forma na região a partir do excedente produzido pelos agricultores e extrativistas. Em apenas um grupo, o “Amigas da Fronteira”, a renda com a venda dos subprodutos do pequi foi de R\$ 1.200,00 na safra 2006/2007. As frutas nativas do sertão rendem ao Grupo Mulheres Natureza Viva uma média de R\$ 2 mil por evento. O Grupo Guanandi comercializa artesanato. Em 2006, vendeu cerca de R\$ 3 mil em peças nos eventos regionais. O Grupo das Margaridas – que trabalha com o mesocarpo do babaçu – tem renda mensal de cerca de R\$ 1 mil.

Os produtos das comunidades também integram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal, e já são consumidos fora das fronteiras do estado, que, além de soja e gado, agora também exporta um modo de vida mais justo e solidário a partir das experiências com o povo do campo e o apoio do PPP-ECOS.

Federação de Órgãos para Assistência Social e
Educativa – FASE (Cáceres-MT)

fasecac@terra.com.br

Comunidades Indígenas, alianças agroextrativistas e mercado de produtos sustentáveis

Assessorados pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI), os povos indígenas Timbira das etnias Krahô, Krikati, Apinayé, Gavião-Pykopjê, Apãnjekrá Canela e Rãkokamekrá Canela desenvolvem, desde meados da década de 1990, uma experiência de uso sustentável da biodiversidade do Cerrado com finalidades econômicas. Foi a maneira encontrada por esses grupos indígenas para se contrapor ao avanço da fronteira agrícola e de criar uma alternativa à política de apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai) para as aldeias da região.

Juntas, as comunidades Timbira ocupam cerca de um milhão e duzentos mil hectares de terras ao sul do Maranhão e norte de Tocantins – uma das regiões economicamente mais empobrecidas do país, mas com razoável oferta de recursos naturais comercialmente viáveis: jaborandi, cajá, babaçu, buriti, fava-d’anta, bacuri, pequi, entre outros.

O estímulo ao aproveitamento desses recursos nativos pelas populações indígenas e locais começou a despontar como uma alternativa econômica a partir de uma parceria entre os índios e o CTI. A união possibilitou a criação da Associação Wyty-Catë, que reúne algumas associações indígenas Timbira. Por meio da associação, os envolvidos deram início ao projeto Frutos do Cerrado visando o uso sustentável da biodiversidade da região.

Em que pese a polêmica sobre um empreendimento que envolva indígenas produzindo para um mercado consumidor, o projeto Frutos do Cerrado tinha o objetivo de gerar renda para 232 famílias a partir da coleta sustentável de matéria-prima nativa, processamento e comercialização de produtos. O projeto teve o apoio do Programa de Projetos Demonstrativos (PDA/MMA), complementado pelo apoio do PPP-ECOS.

Os recursos ajudaram na implementação de uma fábrica de polpas de frutas que em 1996 já



processava cerca de seis toneladas de fava-d'anta, oito toneladas do mesmo produto no ano seguinte e mais 15 toneladas de polpa de frutas diversas.

As atividades tiveram o mérito de demonstrar a viabilidade de um projeto coletivo entre as aldeias de diferentes etnias e seus assessores, envolvendo pequenos produtores rurais da região e resultando na quase eliminação da figura dos atravessadores que antes só lucravam com os produtos coletados na região.

Os resultados dessa primeira etapa começaram a surgir. A Wyty-Catê criou a empresa FrutaSã - Indústria, Comércio e Exportação Ltda., um empreendimento social que continuava a envolver o CTI, as famílias indígenas e os pequenos agricultores no aprofundamento da experiência extrativista do Cerrado.

Para ampliar a produção, o grupo elaborou um Plano de Negócios a ser implementado no âmbito de um projeto apoiado pelo PPP-ECOS. A diferença da segunda fase do projeto Frutos do Cerrado foi o fortalecimento da incorporação de agricultores familiares vizinhos das Terras Indígenas ao processo produtivo da FrutaSã. Vitimados pelo avanço das monoculturas, sobretudo da soja no Cerrado, os agricultores não-índios tinham na defesa da biodiversidade do bioma algo que os unia aos Timbira.

A parceria entre índios e agricultores se efetivou formalmente em 1997, e o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) teve papel importante nessa relação. A criação da Rede Frutos do Cerrado (RFC) foi um dos resultados dessa aproximação. Em 1997, a FrutaSã passa a integrar a rede da qual fazem parte também diversas outras organizações comunitárias. O grupo criou o slogan “Ajude a Manter o Cerrado em Pé” e, em torno dessa idéia, o trabalho se dinamizou em várias iniciativas.

Como resultado da dinâmica local, a Coordenação da RFC optou posteriormente pela separação administrativa dos setores dos pequenos produtores e dos indígenas, resultando em dois núcleos, o primeiro representado pela CCAMA – Central das Cooperativas Agroextrativistas do Maranhão,

e o outro pela FrutaSã, de propriedade da Wyty-Catê e do CTI. Contudo, a unidade política da RFC foi mantida, dado o objetivo comum das organizações envolvidas: manter o Cerrado da região ‘em pé’.

Apesar das grandes dificuldades e dos desafios enfrentados para conquistar a sustentabilidade econômica da FrutaSã, alcançar uma participação mais efetiva índios na gestão do negócio e da necessidade de se buscar novos mercados, o Projeto FrutaSã é hoje uma vitrine que atrai estudiosos e interessados em novas formas de comércio a partir de modelos onde os três aspectos da sustentabilidade possam se encontrar unidos.

Entre os prêmios que a iniciativa recebeu estão: o Prêmio Chico Mendes 2004 – Ministério do Meio Ambiente, o Prêmio do Programa de Gestão Pública e Cidadania 2005 – Fundação Getúlio Vargas e o Prêmio Negócios Sustentáveis do Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável – CEBDS - 2007. A FrutaSã foi a única finalista brasileira do Prêmio Iniciativa Equatorial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ano 2006.

Hoje, a marca FrutaSã responde por 14 produtos - abacaxi açai/juçara, acerola, araçá goiaba, bacuri, buriti, cajá, caju, cupuaçu, goiaba, manga, maracujá, murici e tamarindo em polpa vendidos no mercado regional. A FrutaSã atende a uma das maiores redes de supermercado do Maranhão, nas cidades de Riachão, Balsas, Imperatriz, Açailândia, Santa Inês, São Luís, além de Carolina. No Tocantins, há fornecimento em menor escala para a cidade de Araguaína e Palmas. Em 2008, a empresa investiu na melhoria da qualidade da produção e na viabilização do pré beneficiamento de frutos nas aldeias associadas à Wyty-Catê, ações que ainda se constituem como desafios a serem superados, como tantos outros.

FrutaSã Indústria, Comércio e Exportação (Carolina-MA)

frutasa@uol.com.br

Um modelo cooperativista no norte de Minas Gerais

129

A Cooperativa Agroextrativista Grande Sertão é fruto de uma história cujos protagonistas são os agricultores familiares e as populações tradicionais do norte de Minas Gerais. Trata-se de um projeto político e econômico que começou a ser formulado nos anos 1970 com o apoio de organizações de base ligadas à igreja católica, os sindicatos dos trabalhadores rurais e a população.

A intenção era estabelecer uma forma de desenvolvimento regional que incluísse os agricultores familiares e povos tradicionais, bem como o conhecimento que eles detinham sobre o uso da terra e dos recursos naturais na transição Cerrado-Caatinga. O que motivou os agricultores na direção do cooperativismo de base camponesa foi a tentativa de fazer frente a um modelo de desenvolvimento local ainda vigente e que degrada a biodiversidade, o da monocultura do eucalipto, da fruticultura irrigada e dos grandes pastos para criação de gado que só trazem lucros para o grande agronegócio que domina a região.

A Cooperativa Agroextrativista Grande Sertão surgiu como resultado de quase duas décadas da organização dos agricultores e do trabalho ativo do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais (CAA-NM), que, desde o início, buscou no PPP-ECOS os recursos para a formação e capacitação do pessoal que iria começar a dar forma ao sonho cooperativista.

Vale lembrar que a Cooperativa Grande Sertão se constituiu em três etapas distintas. Na primeira (1990 – 1997), houve a articulação com os agricultores, a apropriação da tecnologia do beneficiamento de frutos nativos e de espécies de valor comercial e o início das vendas para o mercado consumidor. A fase seguinte (1998 – 2002) foi a do aperfeiçoamento tecnológico, administrativo e comercial, culminando com a formalização jurídica do empreendimento. Na terceira fase (a partir de 2003), a consolidação da cooperativa nos moldes como ela existe até hoje.

O apoio do PPP-ECOS começa no ano de 1995 com um projeto do CAA-NM para a capacitação do primeiro grupo de agricultores que iriam estruturar a fase I da cooperativa: a implantação



da primeira unidade de beneficiamento de frutos. Outros apoios do programa, combinados aos de outros doadores, ajudaram a fundamentar cada uma das fases seguintes da cooperativa.

Até o ano de 2007, a cooperativa contava com a adesão de cerca de 1.500 famílias de 150 comunidades em 21 municípios da região. A composição dos cooperados é um mosaico étnico que inclui Geraizeiros, Caatingueiros, Quilombolas, Vazanteiros e índios Xacriabá.

A cooperativa tem garantido a esses grupos a compra direta dos produtos coletados ou produzidos comunitariamente. Isso significa a ausência do atravessador e a garantia de melhores preços aos agricultores. Eles fornecem as frutas para a Grande Sertão, que beneficia e comercializa as polpas congeladas (araçá, cajá, coquinho azedo, mangaba, maracujá nativo, araticum, serigüela, tamarindo, acerola, abacaxi, manga e maracujá), pequi congelado, óleo de pequi, pequi em conserva, rapadurinha, cachaça, açúcar mascavo, mel (apis), arroz e farinha de mandioca.

Na safra de 2006/2007, a renda média por família entre os cooperados foi de R\$161,00. Para uma região com tão baixos índices econômicos, o valor é significativo. Quanto aos ganhos coletivos em relação à manutenção da biodiversidade e aos serviços ambientais, os benefícios gerados ainda não foram devidamente valorados. No entanto, a manutenção das áreas nativas, a preservação das nascentes e o desmatamento evitado pelas comunidades são apenas alguns dos efeitos globais gerados pelos agricultores da Cooperativa Grande Sertão.

Atualmente, cerca de 80% da produção da Grande Sertão vai para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal e ajuda a abastecer asilos, creches, hospitais, restaurantes populares e o mercado institucional por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Os desafios, porém, ainda são grandes para a cooperativa. O principal deles neste momento é a criação de novos mercados para os produtos da Grande Sertão.

A cooperativa tem a seu favor alguns pontos para enfrentar de maneira mais assertiva os desafios do mercado consumidor. A logomarca da empresa tem sido sistematicamente divulgada por meio de uma estratégia de marketing dinâmica que caracteriza a ação da cooperativa.

Apesar de alguns avanços, a motivação política por uma nova forma de ocupação do espaço na região traçada há algumas décadas ainda persiste. A comprovação da viabilidade do projeto dos agroextrativistas do norte de Minas Gerais dá alento à luta para garantir a integridade dos territórios das comunidades agroextrativistas, historicamente expropriadas pelo capital privado em aliança com os poderes públicos. A reconquista desses territórios está sendo buscada pelas comunidades por meio da reivindicação pela criação de reservas extrativistas, territórios quilombolas e assentamentos agroextrativistas na região.

Cooperativa Grande Sertão (Montes Claros-MG)

grandesertao@caa.org.br

A construção de uma política pública para a medicina popular do Brasil

Apesar da enorme diversidade de plantas medicinais existentes no Brasil e do incomparável acervo cultural de povos e comunidades tradicionais em relação ao uso dessas plantas como remédios caseiros para inúmeros males, somente há pouco tempo tais conhecimentos tem sido divulgados à população em geral, começando a ter, inclusive, reconhecimento científico. Porém, tais conhecimentos são muito antigos, sendo frutos do acúmulo de gerações.

Organizar o conhecimento tradicional, pesquisar os usos e manejo sustentável das plantas e dar um corpo ao saber ancestral. Com esses objetivos, e articulada com a Rede Cerrado e a Rede de Plantas Mediciniais da América do Sul, começa uma experiência pioneira que desde o seu início contou com o apoio do PPP-ECOS.

Em 1999, o Workshop de Plantas Mediciniais do Cerrado realizado na Comunidade do Cedro/GO e o 5º Encontro Nacional da Rede Cerrado realizado em Montes Claros/MG foram os primeiros espaços políticos de articulação de comunidades tradicionais que praticam a medicina popular. Nascia nesse contexto o que viria a ser chamado futuramente de Articulação Pacari, uma rede de organizações comunitárias decidida a criar um sistema popular para organizar o saber tradicional, usar e manejar as plantas medicinais do Cerrado e influir nas políticas públicas do setor.

Em 2000, um projeto abrigado pela Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE- MG) serviu como alicerce de valorização da medicina popular. O primeiro apoio do PPP-ECOS foi usado no fortalecimento da Articulação e na elaboração de uma metodologia de pesquisa inédita: a pesquisa popular, onde representantes comunitários e conhecedores tradicionais são os pesquisadores. O tema da pesquisa é de interesse da comunidade e seus resultados podem ser aplicados na melhoria da qualidade de vida de seus moradores.



Os técnicos envolvidos na pesquisa contribuem metodologicamente para organizar e registrar os conhecimentos, levantar questões relacionadas ao tema e capacitar os pesquisadores populares e a comunidade sobre políticas públicas. A pesquisa popular utiliza o diálogo de saberes entre representantes comunitários, conhecedores tradicionais e técnicos e reconhece o valor e a autonomia do conhecimento tradicional pela sua própria experimentação e aplicabilidade.

O desafio de criar e experimentar uma nova metodologia de pesquisa está sendo vencido pouco a pouco e, como resultado desse esforço nasceu a “Farmacopéia Popular do Cerrado”, um tratado que organiza e sistematiza os conhecimentos relativos às plantas medicinais da região.

A Farmacopéia é composta por monografias populares de plantas medicinais que abrangem elementos de identificação das espécies, descrição de seus ambientes de ocorrência e de suas relações ecológicas, caracterização da parte usada da planta, técnicas de manejo sustentável para a sua coleta, indicação popular de seu uso medicinal, formas de uso e toxicidade.

O principal resultado esperado com a elaboração da Farmacopéia Popular do Cerrado é o seu uso no dia-a-dia das comunidades: por quem coleta plantas medicinais e por quem prepara e usa remédios caseiros.

Em 2005, um novo projeto com apoio do PPP-ECOS vem trazer um estímulo adicional ao projeto político da Articulação Pacari, cujo objetivo é o reconhecimento social e político da medicina popular com base na biodiversidade do Cerrado. Com o aporte dos recursos, foi possível discutir as bases da auto-regulação da medicina popular com base nos critérios oriundos da prática popular do uso de plantas medicinais.

Esse princípio básico se subdivide em três: segurança da qualidade da planta medicinal (por meio do uso de plantas nativas vindas de manejo sustentável ou cultivo orgânico, garantindo rastreabilidade da matéria-prima); segurança na adoção de boas práticas nas farmacinhas populares, com procedimentos e infra-estrutura adequados; e, por último, segurança na indicação do uso da planta, ou seja, o seu uso é validado pelo conhecimento tradicional.

Ao apoiar organizações comunitárias para implantar planos de manejo de plantas medicinais, construir ou adequar melhores estruturas para as farmacinhas comunitárias, realizar capacitações em boas práticas de uso e manejo de plantas medicinais e proporcionar a pesquisa e o registro das plantas medicinais na Farmacopéia Popular do Cerrado; o PPP-ECOS procura fechar o ciclo de apoio às comunidades, sem o qual seria impraticável a implementação de um projeto político para a medicina popular para além do âmbito local.

Como desdobramento de anos de trabalho, a PACARI pretende contribuir com a implementação de políticas públicas que relacionam e articulam diretrizes culturais, ambientais e de saúde, como também a geração de trabalho e renda para as comunidades e povos tradicionais que utilizam a medicina popular.

Para isso, a Articulação está trabalhando junto a três políticas específicas: a Política Nacional de Plantas Medicinas e Fitoterápicos, aprovada em 2006 e cujo programa de ação encontra-se em elaboração; a legislação de Acesso aos Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Repartição de Benefícios, que se encontra em consulta pública, e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, que está na fase de implementação de seu Plano de Ação.

A Articulação Pacari tem levado a proposta de auto-regulação da medicina popular para ser discutida em conferências regionais com o objetivo de abrir a participação de outros atores e segmentos sociais: territórios da cidadania, conselhos de saúde, de assistência social, de desenvolvimento sustentável, Programa Saúde da Família, dentre outros, com o objetivo de fortalecer e articular, a partir do local, o reconhecimento, adoção e proteção da medicina popular brasileira como um patrimônio ambiental e cultural de povos e comunidades tradicionais que irá beneficiar a todos. Um passo importante para esse processo foi a recente publicação da Farmacopéia Popular do Cerrado (2009), resultado de anos de um trabalho conjunto de técnicos e comunidades.

Articulação Pacari – Plantas Medicinais do Cerrado (Goiás Velho-
GO)

pacari@pacari.org.br

Futuro promissor

135

Conservar o Cerrado, manter sua biodiversidade e ao mesmo tempo criar oportunidades econômicas que permitam aos agricultores familiares produzir de modo agroecológico, gerar renda e serem parceiros do movimento de preservação do meio ambiente parece uma promessa. E, de fato, é. Mas é uma promessa que está sendo construída na comunidade de Caxambu, no município goiano de Pirenópolis. E o Programa de Pequenos Projetos Ecosociais tem contribuído com essa iniciativa.

No final da década de 1990, um grupo de sete famílias donas de pequenas propriedades na comunidade de Caxambu começou a produzir alimentos orgânicos como forma de recuperar suas terras que haviam sido degradadas no passado pelo mau uso do solo. Lutando contra a falta de perspectivas sociais e econômicas, os agricultores produziam frutas nativas, hortaliças e coletavam castanha de baru para o comércio na própria região. Essa foi a maneira encontrada por eles para evitar a venda das pequenas propriedades, que se tornariam fazendas de gado, e de resistirem ao êxodo que ainda leva, sobretudo os jovens, a abandonar o Cerrado para viver nas periferias das cidades.

Para ampliar a experiência para outros núcleos comunitários, a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Caxambu (ADCC) enviou um projeto em atendimento à chamada do Edital do PPP-ECOS em 2001. Batizado com o nome de Promessa de Futuro, o projeto tinha como objetivo aumentar a capacidade de produção da pequena fábrica de conservas, certificar os produtos e começar a inseri-los no mercado de produtos orgânicos de grandes centros consumidores.

O primeiro apoio do PPP-ECOS permitiu à associação fazer o diagnóstico e análise das condições ambientais das reservas e nascentes na comunidade, treinar os agricultores no manejo ecológico, implantar o viveiro de mudas nativas e organizar um banco de sementes para intercâmbio.

A produção de doces, compotas, geléias, chás e remédios com frutos, folhas e flores nativas ganhou força. A comunidade formada basicamente por pessoas idosas e crianças encontrou no projeto



uma perspectiva de futuro que está indo além da promessa. A região de Pirenópolis foi pioneira na exploração comercial do baru. A Associação de Desenvolvimento Comunitário do Caxambu e o Centro de Estudos e Exploração Sustentável do Cerrado (CENESC) tiveram papel decisivo no desenvolvimento da extração sustentável do baru na região e também com o fato de a castanha típica do Cerrado ter se tornado uma fortaleza dentro do movimento internacional do Slow Food. Atualmente, já são 17 as famílias envolvidas no trabalho na comunidade de Caxambu. Com sete anos de experiência acumulada e alguns objetivos iniciais plenamente cumpridos, a comunidade continua a se mobilizar em busca de apoio para garantir um futuro promissor.

Em 2008, o grupo de Caxambu voltou a receber apoio do PPP-ECOS para consolidar o projeto. Entre as atividades previstas estão as reformas da agroindústria e de uma antiga escola que irá se tornar o galpão de armazenamento e quebra de baru. O registro de inspeção sanitária é outra meta que o projeto deverá atingir em breve. Também deverá ampliar a comercialização, abrindo novos mercados de modo a incluir famílias da própria comunidade que ainda não se beneficiam diretamente com o projeto. A segunda etapa do Promessa de Futuro inclui também investimentos na divulgação da experiência em agroecologia por meio de publicações e um website.

A comercialização da produção ainda é um gargalo importante. Ainda assim, o Promessa de Futuro tem adquirido cada vez mais respeito e credibilidade como uma experiência brasileira em agroecologia. Atualmente, o projeto é um dos empreendimentos mais atuantes na Central do Cerrado, que comercializa os produtos de comunidades agroextrativistas. Seus produtos ganham as vitrines das lojas comprometidas com o comércio de produtos sustentáveis. Feiras como a Exposus-tentat e o Terra Madre (Slow Food) estão entre os eventos dos quais a comunidade participa.

**Associação de Desenvolvimento Comunitário de Caxambu
(Pirenópolis-GO)**

Ciência e tradição na experiência Xavante com o manejo de queixadas

137

Um sábio pajé do povo Xavante chamado Sibupá certa vez teve um sonho. Nele, via que os animais selvagens dos quais seu povo se alimentava tradicionalmente estavam desaparecendo. Com o sumiço dos bichos, o povo Xavante também definhava, no relato feito pelo sonhador. O fato é verídico e se deu nos idos dos anos 1980. Tempos depois, ambas as previsões sonhadas por Sibupá começaram a acontecer.

Ameaçados pelo avanço da fronteira agrícola no estado do Mato Grosso e pela forte pressão exercida por caçadores ilegais sobre os animais silvestres que faziam parte da dieta indígena, os Xavante se viram diante de uma situação crucial. O contato com os não-índios também levava às aldeias hábitos alimentares cada vez mais distantes da dieta Xavante. Com a degradação cultural e a escassez de recursos naturais, os Xavante começaram a perder algumas das importantes tradições, entre elas a caça.

Foi aí que os Xavante da aldeia Wederã – uma dissidência da Terra Indígena Pimentel Barbosa, localizada no município de Canarana (MT) – decidiram buscar alternativas a este cenário que se configurava. A primeira iniciativa foi com o apoio da organização WWF e tinha como objetivo monitorar o grau de degradação ambiental das terras onde se localiza a aldeia e monitorar as populações de queixada. Eles visavam restabelecer a caça em bases sustentáveis para a população indígena, formada por cerca de 170 pessoas.

Tal projeto não seguiu em frente e, em 2004, a Associação Aliança dos Povos do Roncador apresentou um projeto ao Edital PPP-ECOS, com o objetivo de retomar o monitoramento incluindo, desta vez, o manejo das queixadas em regime de semi-cativeiro.



Com o recurso, começaram a se aprimorar tecnologicamente. Numa busca por interação com o conhecimento científico da universidade, foram utilizados recursos da internet na obtenção e análise de imagens de satélite para delimitar o espaço de implementação do projeto. Indígenas e universitários também testaram técnicas de captura de animais silvestres e perceberam que, na maioria das vezes, o que melhor funcionava era a antiga técnica dos Xavante de capturar as queixadas usando fogo para cercar os animais. A técnica tradicional acabou sendo mantida apenas no âmbito de certos ritos de caça, pois o risco de queimadas indesejadas poderia ameaçar ainda mais as áreas remanescentes de Cerrado de suas terras já degradadas.

Como resultado do intercâmbio de saberes, os primeiros animais começaram a ser capturados e marcados com uso da tecnologia dos rádio-colares (telemetria), implementada com a ajuda de consultores e de índios treinados para a captura e adaptação dos equipamentos. Alguns queixadas capturados começaram a ser criados em regime de semi-cativeiro. Estava iniciada a experiência de manejo de animais silvestres pelos Xavante. Em 2007, as 25 famílias da aldeia Wederã obtiveram o segundo apoio do PPP-ECOS para a consolidação do projeto. Os recursos ajudaram na capacitação de mais seis índios nas técnicas de captura, monitoramento e manejo das queixadas. O projeto ajudou a dinamizar as práticas agrícolas na aldeia, pois era necessário o plantio de milho para alimentar os animais cativos. Na lida dos roçados, também extraíam outros recursos para a alimentação na aldeia. Apesar das diversas dificuldades enfrentadas no caminho, oriundas da tentativa de colocar conhecimentos e saberes em diálogo, o projeto continua a existir e inspira projetos semelhantes em outras aldeias e entre outros grupos indígenas. O sonho Xavante, de viver do alimento nativo e manter suas tradições, continua vivo.

Associação Aliança dos Povos do Roncador (Wederã-MT)
idiorie@yahoo.com.br

Colhendo da terra um fruto novo

139

O assentamento da reforma agrária Taboleirão I, localizado no município de Senador La Roque (MA), tinha tudo para repetir a história de outros tantos assentamentos feitos em áreas degradadas, sem condições de criação de uma economia mínima para a sobrevivência das famílias. Localizada em uma área de transição entre Amazônia e Cerrado, a região sofreu com a política oficial de ocupação da Amazônia Legal que deixou o meio ambiente destruído e aniquilou o extrativismo, reduzindo as áreas de babaçuais no sul do Maranhão.

Ao receberem a terra, os assentados do Taboleirão I viram diante de si um Cerrado quase todo destruído. Mas mostraram logo de início um modo diferenciado de lidar com a realidade do assentamento devido ao adiantado grau de organização da comunidade, fator que a distinguiu das demais. A criação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento da Gleba Taboleirão I foi a demonstração de que o grupo queria avançar apesar das dificuldades. Associados, eles decidiram buscar apoios para mudar a realidade.

Em 2004, a associação enviou o primeiro projeto ao Edital do PPP-ECOS. O projeto “Colhendo da terra um fruto novo” foi selecionado com o objetivo de consolidar a experiência de modelo produtivo com Sistemas Agroflorestais (SAFs), desenvolvida na comunidade para aproveitamento sustentável dos recursos naturais, e que tinha ênfase no caju. Aos cinco hectares de SAFs existentes desde os primeiros anos do assentamento, a comunidade incorporou outros 30 hectares. O trabalho envolveu inicialmente 15 famílias.

Para restabelecer o ecossistema degradado, a comunidade capacitou agricultores e produziu cerca de 10 mil mudas de espécies nativas do Cerrado para o reflorestamento. Entre as espécies plantadas encontravam-se o baru, o jatobá, a aroeira, o cedro, a sucupira, a copaíba, a sapucaia, a candeia, o araçá e o murici. Depois, começaram a ser introduzidas as técnicas de enxertia e o manejo da



biodiversidade de modo orientado. A agricultura local passou a seguir os modos do plantio agroecológico com uso de defensivos naturais.

Aos poucos, foram sendo introduzidas outras técnicas, como o consórcio de plantas com pequenos animais domésticos (galinhas e ovelhas) e a apicultura. Os recursos do PPP-ECOS contribuíram para que a comunidade pudesse se capacitar nas novas tecnologias de uso da terra e de manejo de animais.

À medida que se capacitava tecnicamente, a comunidade também buscava novas formas de organização, associativismo e disseminação do ideário por meio dos programas da rádio comunitária e de informativos, que ajudaram e ainda ajudam a disseminar a experiência. O associativismo foi se fortalecendo e a inclusão de jovens e mulheres ao processo produtivo e social ganhou solidez, tornando-se um modelo de gestão participativa.

Em 2006, novo projeto apoiado pelo PPP-ECOS, ajudou a diversificar a produção familiar e comunitária por meio da implantação da mini-fábrica de beneficiamento de frutas e produção de doces, construção esta que também contou com apoio do MMA. Inicialmente, a renda a partir do caju se restringia à venda da castanha in natura, cerca de 30 toneladas por ano. Com a construção da mini-fábrica, um grupo formado principalmente por mulheres passou a aproveitar a polpa, antes desperdiçada. É do aproveitamento das polpas do caju, mamão e outras frutas que se originam os doces e geléias comercializados por elas. O desafio agora é de inserção de tais produtos na merenda escolar das crianças da região.

Além do PPP-ECOS, três outros parceiros vieram se juntar no apoio à comunidade do Taboleirão I: o CENTRU (Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural do Maranhão), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador La Roque e a Central de Cooperativas Agroextrativistas do Maranhão (CCAMA). Com maior auto-estima, organização social forte e os apoios recebidos, a comunidade conquistou um lugar de destaque nas experiências agroextrativistas que fazem a diferença e que estão mudando realidade de um Brasil tão distante das políticas públicas oficiais.

Associação dos Pequenos Produtores Rurais do
Projeto de Assentamento da Gleba Taboleirão I 141
(Senador La Roque-MA)

taboleirao1@yahoo.com.br

Água e saúde para o povo Xacriabá

A Terra Indígena Xacriabá localiza-se em uma área de transição entre o Cerrado e a Caatinga no município de São João das Missões, no norte de Minas Gerais. O clima é semi-árido e as condições da terra são muito adversas. Quando demarcada, a área de cerca de 45 mil hectares destinada aos índios era a parte menos provida de nascentes e a mais degradada do ponto de vista ambiental. Conjugados, esses fatores tornaram a água uma questão crucial para a população de aproximadamente 6.400 pessoas que vivem na área hoje.

Essa foi uma das razões que estimulou os indígenas a apresentar em 2004 ao PPP-ECOS, o projeto “Mãos Dadas na Recuperação da Natureza: Água é Vida”, por meio da Associação Indígena Xacriabá Aldeias Santa Cruz e São Domingos. O objetivo era levantar recursos para ações de recuperação e manejo das nascentes degradadas pelo desmatamento, controle das queimadas e evitar o pisoteio do gado, criado à solta.

Além de vencer as adversidades naturais, os Xacriabá também lutam para resgatar a memória de seu povo, perdida por séculos de massacre cultural imposto pelos brancos e pela enorme miscigenação que esse grupo, pertencente ao tronco Macro-Jê, sofreu. Entre os aspectos da tradição Xacriabá – fortemente relacionada ao uso da biodiversidade do Cerrado – está a medicina natural tradicionalmente praticada pelos velhos pajés.

Foi na tentativa de resgatar essa memória que surgiu o segundo projeto: desta vez para a criação do Centro Xacriabá de Aproveitamento dos Recursos Naturais do Cerrado. O projeto consistia na ampliação da Casa de Medicina localizada na aldeia do Barreiro Preto, na implementação de uma cozinha experimental e na realização da oficina de fabricação de sabão artesanal com matéria-prima local.

Ambas as iniciativas apoiadas pelo PPP-ECOS trouxeram resultados importantes para o povo Xacriabá e a região de Cerrado onde vivem, quais sejam: interação entre as diversas aldeias que



compõem a TI, replicação das ações de recuperação de áreas degradadas, ações de reflorestamento, capacitação e sensibilização das comunidades e, primordialmente, a recuperação das áreas das nascentes por meio do cercamento.

Com os bons resultados dos projetos, o Comitê Gestor Nacional (CGN) do PPP-ECOS selecionou sua replicação para outras aldeias, o que levou à realização do projeto “Nascentes”, outra iniciativa vital para a segurança hídrica dos Xacriabá.

Somando-se a outros apoios, entre os quais o do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e da Articulação do Semi-Árido (ASA), os Xacriabá implementaram uma série de ações para enfrentar a escassez de água e seguir na fabricação dos remédios artesanais. Paralelamente a essas ações, a comunidade recebeu recursos complementares da Fundação George Fischer para a construção de cisternas na aldeia mais carente de recursos hídricos da Terra Indígena. O projeto aprovado pela George Fischer foi o primeiro construído com base na metodologia do vídeo-projeto (Capítulo 3 deste volume).

Hoje, as 15 nascentes das aldeias mais populosas já estão cercadas e protegidas contra a degradação. A iniciativa envolveu toda a comunidade. Crianças, jovens e adultos participaram no processo de educação ambiental.

Organizadas pelos professores da aldeia, as crianças compuseram uma cartilha ilustrada com desenhos também feitos por elas. Os jovens participam da recuperação das matas ciliares com o plantio de cerca de 7.500 mudas de árvores nativas e frutíferas. Criadas no viveiro comunitário, as mudas de angico, aroeira, laranjeira, bananeira e outras servem para arborizar escolas e as casas das aldeias e também para alimentação. Os adultos trabalharam no cercamento das nascentes e na disseminação da informação entre as outras aldeias.

Com apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 10 indígenas foram capacitados para fabricar medicamentos. Os xaropes, pomadas, unguentos e chás da farmácia indígena são distribuídos gratuitamente. Os frutos nativos são processados na cozinha experimental e ajudam na merenda escolar.

Os resultados práticos podem parecer tímidos diante da tamanha necessidade de estruturação básica das comunidades extremamente carentes da aldeia. Ainda faltam casas, cisternas, luz elétrica, transporte, escolas e saúde que possam atender a todos os habitantes das TI Xacriabá.

Todavia, o processo de articulação política, de organização comunitária e de reforço das iniciativas comuns parecem ser até agora os ganhos mais significativos para as comunidades apoiadas pelo PPP-ECOS na região. Cada uma das ações é precedida de um diagnóstico participativo, que reforça os laços de solidariedade e apoio mútuos. Nesse processo, novas lideranças começam a despontar. Um ânimo novo toma conta da população. As experiências demonstraram a capacidade de organização e de auto-gestão e formam a base para que a própria comunidade se auto-determine na construção de seu futuro.

**Associação Indígena Xacriabá da Aldeia do Barreiro Preto
(Itacarambi-MG)**

xacriaba@uai.com.br



146

Conclusão

por Donald Sawyer ¹

Este livro, com suas partes sobre “faces” e “retratos”, conta detalhes do apoio do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS) a mais de 300 projetos no Cerrado e transições para outros biomas, combinando objetivos de conservação de ecossistemas e melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. A experiência acumulada ao longo de 15 anos permite traçar algumas conclusões gerais, ou ao menos hipóteses a serem testadas, com o intuito de encontrar soluções socioambientais que possam ser generalizadas.

A linha mestre da atuação do PPP-ECOS pode ser resumida como a promoção de meios de vida sustentáveis, uma adaptação de *sustainable livelihoods*. Mais da metade dos projetos são de coleta, beneficiamento e comercialização de produtos da biodiversidade, gerando bem-estar e renda, tanto monetária quanto não-monetária, como segurança alimentar: frutos, castanhas, mel, artesanato, plantas medicinais etc. Em termos do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF), a fonte principal de recursos do PPP-ECOS, a estratégia visa à utilização sustentável da biodiversidade, um dos três pilares da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), embora este objetivo tenha recebido pouca atenção quando comparado com a conservação e a repartição de benefícios. O programa brasileiro acrescenta a este objetivo ambiental diversos objetivos sociais, buscando sinergias.

1. Professor e Vice-Diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB) e Pesquisador Associado ao Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN). Foi Coordenador Nacional do PPP-ECOS.

Esta estratégia ecossocial pode se tornar nova alternativa para a atuação de movimentos sociais e ambientais e para a formulação de políticas públicas de diversos tipos. Atualmente, com a passagem da temática das mudanças climáticas para o primeiro plano nas preocupações globais, estão sendo revistas as estratégias de gestão ambiental baseadas quase exclusivamente na conservação por meio de áreas protegidas. A solução convencional tem sido criar unidades de conservação federais, estaduais, municipais e particulares, com pouca ou nenhuma presença ou atividade humana. Essa solução, além de implicar elevados custos, especialmente onde as terras não são públicas, mostra-se insuficiente, uma vez que conserva apenas pontos específicos. Além disso, quando desloca comunidades, a criação de unidades de conservação pode ser injusta, e até mesmo gerar movimentos contrários e de retaliação por parte daqueles que até então eram os responsáveis pela conservação das áreas. Mesmo atingindo uma nova meta de 20% de cada bioma, esta proteção pouco resolve em termos ambientais amplos, se implicar o sacrifício e a destruição dos 80% restantes, sem os quais nada, nem ninguém, sobrevive.

Em anos recentes, o escopo espacial da estratégia de conservação da biodiversidade tem se ampliado no sentido de contemplar os entornos das unidades de conservação. Procurando estabelecer parcerias com as populações que vivem nos arredores, diversas iniciativas promovem educação ambiental, gestão compartilhada, corredores de biodiversidade, mosaicos para conectividade e apoio a atividades produtivas sustentáveis no entorno. No entanto, essas estratégias continuam focalizando espaços geográficos restritos, sem influir na acelerada destruição generalizada. A conectividade entre pequenos pontos isolados é pouco viável se exigir extensão muito maior que as próprias áreas protegidas. Concentra espacialmente a proteção onde já é maior. Como conseqüência, a estratégia focada na sobrevivência de espécies ameaçadas não reduz os impactos negativos sobre os recursos hídricos ou as emissões de gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento, da pecuária e das lavouras. Desconsidera estas funções ecológicas vitais, que implicam outra escala de atuação.

Além de sua biodiversidade rica, singular e especialmente útil, uma vez que as espécies do Cerrado são resistentes a estresse térmico e hídrico, há que se lembrar que o bioma também abriga

grande variedade de comunidades indígenas, quilombolas, agroextrativistas e camponesas. Estas comunidades têm conservado grandes áreas naturais por sucessivas gerações. Seu impacto ambiental existe, mas é reduzido. Uma vez que lhes é vital manter o Cerrado em pé, para continuar como fonte de seu sustento, essas populações podem atuar como vigilantes e guardiões. Suas paisagens complexas e multifuncionais, ainda que parcialmente antropizadas, mantêm importantes funções ecológicas de biodiversidade, estoques de carbono e ciclos hidrológicos, ao contrário das pastagens e monoculturas implantadas pelo avanço desenfreado da fronteira agrícola. Assim, a agricultura familiar camponesa e o agroextrativismo podem ser importantes aliados da conservação da natureza na escala de paisagem. O agronegócio pode ser contido nas áreas já desmatadas, com maior produtividade e sustentabilidade (menor erosão, poluição e emissão).

As práticas de uso sustentável têm fortes raízes culturais, baseadas em conhecimentos tradicionais sobre a flora e a fauna. Os saberes tradicionais são produzidos de forma coletiva, com base em ampla troca de informações, sendo transmitidos oralmente de uma geração para outra, ao menos localmente. Este acervo constitui um patrimônio cultural e científico de grande relevância, que deve ser igualmente conservado. Em alguns pontos, conforme previsto na Convenção de Diversidade Biológica, o conhecimento dito tradicional pode incorporar inovações tecnológicas.

Além de beneficiar diretamente as populações pobres, marginalizadas e vulneráveis, o uso sustentável da biodiversidade estimula a permanência dos agroextrativistas no campo. Embora não possa concorrer economicamente com o agronegócio em termos de lucratividade, oferece alternativas à migração para as cidades ou para novas fronteiras agrícolas, cujas conseqüências costumam ser decepcionantes. Nas palavras de uma professora local, os jovens que vão para as cidades “acabam na cadeia ou no cemitério”. A “conservação” das comunidades rurais implica múltiplos benefícios sociais e ambientais.

Estimular e valorizar o uso sustentável da sociobiodiversidade por parte de comunidades locais, constitui, portanto, uma estratégia fundamental, se não a única alternativa viável para mitigar as di-

versas mudanças ambientais em curso e se adaptar às novas realidades ecológicas e econômicas. Pode fazer parte da pauta de debates da sociedade e do governo.

Como se pode aprimorar a estratégia? Uma das primeiras lições aprendidas no PPP-ECOS refere-se à necessidade de integrar “extrativismo” à agricultura familiar e à reprodução física e cultural dos povos e comunidades tradicionais. Hoje em dia, diferentemente das “drogas do sertão” ou da borracha, que estruturaram economias regionais inteiras em séculos passados, a extração contemporânea é uma atividade complementar e sazonal, que gera modesta renda monetária. No entanto, a síntese entre agricultura e extração representada pelo agroextrativismo pode viabilizar a permanência do modo de produção familiar no campo, mantendo funções interdependentes dos ciclos hidrológicos, da biodiversidade e de clima na maior parte do território nacional.

Um dos maiores obstáculos físicos ao agroextrativismo refere-se à escala. Por depender de biodiversidade, ao contrário de monoculturas, o agroextrativismo implica grande dispersão espacial do recurso natural. As espécies exploradas ocorrem em locais com pouca infra-estrutura de transporte e comunicação. Isto dificulta a escala necessária para eficiência econômica e competitividade na coleta, no beneficiamento e na comercialização. Não há escala para agroindústria em cada comunidade. Urge encontrar soluções tais como especialização local (com um mínimo de diversificação, para reduzir riscos), adensamento, domesticação, infra-estrutura polivalente, pré-beneficiamento remoto e unidades de beneficiamento ou equipamentos móveis, para atender diversas comunidades. Outro obstáculo é eminentemente político. Para quem conhece a prática, fica cada vez mais evidente a necessidade de apoiar e desburocratizar a comercialização da produção agroextrativista, como meio de estimular a sustentabilidade econômica e, portanto, a autonomia das comunidades. Os entraves regulatórios incluem barreiras de todos os tipos: organizacionais, fiscais, tributárias, creditícias, fundiárias, comerciais, tecnológicas, trabalhistas, previdenciárias, financeiras, sanitárias, inspeccionárias e até mesmo ambientais. Poderiam ser ajustadas para a realidade do Brasil interiorano.

Nas comunidades, destaca-se o obstáculo de organização para a produção. O problema parece ser maior em áreas de fronteira, de imigração, onde falta coesão social. Por outro lado, a experiência

do PPP-ECOS mostra a necessidade de se encontrar formas de organizar a produção familiar e comunitária que não dependam de personalidade jurídica, que impõe custos insuportáveis e relações formais inadequadas para famílias e comunidades. A prática do “projetismo” precisa ser substituída, ou pelo menos complementada, por abordagens que levem em conta a continuidade da vida e evitem a dependência de dinheiro de doação.

O obstáculo do conhecimento talvez seja de superação mais fácil. Pode-se promover maior troca de experiências, ou seja, comunicação horizontal entre as comunidades. Além disso, as universidades podem exercer papel relevante, como aponta a experiência com PESCO, no capítulo 1 deste livro, e desdobramentos na iniciativa UNICOM, levada adiante pelo ISPN, bem como o trabalho da PEQUI, outra entidade que realizou este livro. Ao estabelecer novos laços, o envolvimento de estudantes e professores em pesquisas sobre meios de vida sustentáveis pode gerar benefícios ao longo de décadas na construção e transmissão de conhecimento científico e técnico útil.

O presente livro, que analisa as diversas experiências apoiadas pelo PPP-ECOS até o momento, visa estimular outros empreendimentos a percorrerem o mesmo caminho, em busca de um modelo mais sustentável para o Cerrado e outros biomas, com aumento de renda, segurança alimentar e nutricional, direitos e dignidade, aliados à manutenção das funções ecológicas – de água, biodiversidade e clima – que são importantes para o continente e para o planeta. Produzida com apoio da União Europeia, por meio do projeto Elos Ecosociais entre as Florestas Brasileiras: Meios de Vida Sustentáveis em Paisagens Produtivas (FLORELOS), esta publicação pretende contribuir para a troca de experiências e reflexões com os outros 130 países envolvidos no Small Grants Program (SGP) do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF), implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e executado pelo Escritório de Serviços de Projetos das Nações Unidas (UNOPS). No Brasil e no resto do mundo, ainda há muitos frutos a serem colhidos.



 **PPP-ECOS**
PROGRAMA DE PEQUENOS
PROJETOS ECOSSOCIAIS



ISPN
Instituto Sociedade,
População e Natureza



Pesquisa e Conservação do Cerrado